

Diário do Legislativo de 01/04/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 125ª Reunião Ordinária

2.2 - Reunião de Debates

2.3 - 121ª Reunião Ordinária Interrompida - Ciclo de Debates "Nossas Águas, Nossa Vida"

2.4 - 81ª Reunião Extraordinária

2.5 - 82ª Reunião Extraordinária

2.6 - 83ª Reunião Extraordinária

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.854/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete da Deputada Maria Tereza Lara, a vigorar a partir de 1º/4/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.765, de 31/8/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34

Supervisor de Gabinete I - 4 horas	AL-26
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 4 horas	AL-10
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.855/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Edson Rezende, a vigorar a partir de 1º/4/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.768, de 31/8/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24

Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.856/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado José Henrique, a vigorar a partir de 1º/4/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.663, de 3/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10

Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.857/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Glycon Terra Pinto, a vigorar a partir de 1º/4/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.766, de 31/8/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Secretário de Gabinete II - 4 horas	AL-20
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.858/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Márcio Cunha, a vigorar a partir de 1º/4/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.595, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Supervisor de Gabinete I - 4 horas	AL-26
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 4 horas	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05

Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.860/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Durval Ângelo, a vigorar a partir de 1º/4/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.838, de 27/1/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

--	--

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.861/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Pastor George, a vigorar a partir de 1º/4/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1836, de 27/1/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 4 horas	AL-41
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Motorista - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.862/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Ivair Nogueira, a vigorar a partir de 1º/4/2000:

Cargo	Padrão
-------	--------

Técnico Executivo Gabinete II - 4 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete I - 4 horas	AL-19
Secretário de Gabinete I - 4 horas	AL-19
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.863/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior, a vigorar a partir de 1º/4/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.837, de 27/1/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Assistente de Gabinete II - 4 horas	AL-25

Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA 125ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 30/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino, José Braga, Durval Ângelo e Luiz Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 917 a 922/2000 - Requerimentos nºs 1.235 a 1.242/2000 - Requerimentos dos Deputados Márcio Kangussu, Pastor George, Alberto Pinto Coelho (3), Elbe Brandão e Rogério Correia e da Comissão de Política Agropecuária - Proposição Não Recebida: Requerimento do Deputado Márcio Cunha - Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação, de Direitos Humanos e de Meio Ambiente e dos Deputados Marco Régis e Djalma Diniz - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Antônio Carlos Andrada, João Leite, Márcio Cunha e Irani Barbosa - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscricões - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Alberto Pinto Coelho (2); deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Política Agropecuária e dos Deputados Elbe Brandão e Alberto Pinto Coelho; aprovação - Requerimento do Deputado Irani Barbosa; apresentação da Emenda nº 1; discurso do Deputado Miguel Martini; votação do requerimento, salvo emenda; aprovação; leitura da Emenda nº 1; votação da Emenda nº 1; aprovação; requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros; prejudicialidade - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação - Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.271; votação secreta; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sandoval Coelho - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Luiz Tadeu Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Tadeu Leite) - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 917/2000

Cria Delegacia Regional de Polícia Civil no Município de Patrocínio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criada Delegacia Regional de Polícia Civil no Município de Patrocínio.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública tomará as providências administrativas para a instalação da Delegacia Regional, bem como delimitará a área de circunscrição de sua atuação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de março de 2000.

Antônio Andrade

Justificação: A criação de Delegacia Regional de Polícia Civil no Município de Patrocínio se deve à redistribuição territorial da atuação da Secretaria da Segurança Pública na região do Alto Paranaíba, de forma a propiciar melhor desempenho da Polícia Civil na região, de conformidade com o anseio da população.

Espero a anuência dos nobres pares para a aprovação desta proposição, a fim de atender à expectativa da população da região do Alto Paranaíba.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 918/2000

Declara de utilidade pública o Movimento Político Comunitário Paracatuzinho, com sede no Município de Paracatu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Movimento Político Comunitário Paracatuzinho, com sede no Município de Paracatu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 28 de março de 2000.

Antônio Andrade

Justificação: O Movimento Político Comunitário Paracatuzinho é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade reunir esforços na busca de melhoramentos necessários para a população do Município de Paracatu, bem como da conscientização política apartidária.

Esperamos contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto, uma vez que a entidade atende aos requisitos legais e aos propósitos de integração social.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 919/2000

Declara de utilidade pública a Associação Rioverdense de Assistência e Promoção Humana -ARAPRU -, com sede no Município de Conceição do Rio Verde.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Rioverdense de Assistência e Promoção Humana - ARAPRU -, com sede no Município de Conceição do Rio Verde.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 28 de março de 2000.

Aílton Vilela

Justificação: A Associação Rioverdense de Assistência e Promoção Humana é uma entidade de caráter assistencial, constituída de segmentos do sindicato rural, da Conferência de São Vicente de Paulo, de igrejas, de Loja Maçônica, do Lions, entre outros. É uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção humana nas áreas da educação e da assistência social e hospitalar.

Segundo seu regimento, a Associação não faz nenhuma discriminação de cor, sexo, profissão, credo religioso ou ideologia política, podendo, ainda, celebrar convênios com órgãos municipais, estaduais e federais.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 920/2000

Declara de utilidade pública o Grupo Espírita Semente, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grupo Espírita Semente, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2000.

Alberto Bejani

Justificação: O Grupo Espírita Semente é uma sociedade civil, religiosa e filantrópica, de orientação espírita, sem fins lucrativos; foi fundada em 9/5/81, no Município de Juiz de Fora.

Destacam-se, entre os objetivos da entidade, os seguintes: atender à criança e ao adolescente carente, visando contribuir para seu desenvolvimento biológico, psicossocial e espiritual; estender as formas de atendimento às famílias carentes, objetivando uma melhor integração da criança e do adolescente no lar; integrar-se na comunidade de forma a contribuir com seu progresso e desenvolvimento; difundir os postulados espíritas em seu tríplex aspecto, científico, filosófico e religioso, conforme foram codificados por Allan Kardec.

Além de seu caráter eminentemente filantrópico, a entidade tem personalidade jurídica, e seus diretores, reconhecidamente idôneos, não são remunerados pelo exercício de seus cargos.

Desta forma, conto com o apoio dos colegas parlamentares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 921/2000

Dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Certificação de Qualidade Ambiental para bens e produtos industrializados e agrícolas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado, no Estado de Minas Gerais, o Sistema Estadual de Certificação de Qualidade Ambiental para bens, produtos industrializados e agrícolas.

Parágrafo único - A certificação de que trata este artigo se dará na forma da criação do Selo de Qualidade Ambiental do Estado de Minas Gerais, requerido, de forma voluntária, por empresas industriais e produtoras de bens de consumo, que poderão, obtido o certificado de qualidade ambiental, fazer uso dele na forma de rótulo sobre seus produtos.

Art. 2º - A instituição do Selo de Qualidade Ambiental do Estado de Minas Gerais, de competência do Poder Executivo, objetiva certificar que a produção de determinado bem de consumo utiliza processo gerencial e técnico sujeito a uma adequada gestão ambiental e que não causa danos ambientais ou que os tenha reduzido ao mínimo, bem como, no caso de produtos agrícolas, que são produzidos sem a utilização de fertilizantes e defensivos químicos.

Art. 3º - O Sistema Estadual de Certificação de Qualidade Ambiental será planejado, administrado e executado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com apoio técnico da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM -, do Instituto Estadual de Florestas - IEF - e do Instituto Estadual de Gestão das Águas - IGAM.

Art. 4º - A concessão do certificado de qualidade ambiental fica condicionada à avaliação técnica do processo produtivo do bem, que considerará, entre outros fatores:

I - análise do ciclo de vida do produto e ausência de impactos e danos ambientais no processo de produção;

- II - processo de produção com sistema de gestão ambiental adequado;
- III - licenciamento ambiental da empresa produtora;
- IV - recebimento, por parte da empresa, de certificação ambiental reconhecida internacionalmente;
- V - índices de consumo de recursos naturais e energéticos;
- VI - padrões de descarte e destinação final do produto;
- VII - resultados de auditorias ambientais;
- VII - fatores sociais, econômicos e de saúde na produção, no uso e no descarte do produto.

Art. 5º - Os custos de análise para a concessão do certificado deverão ser ressarcidos pela empresa requerente e serão fixados em regulamento próprio.

Art. 6º - Para fins do que dispõe o art. 4º desta lei poderão ser contratadas, na forma da lei, empresas de consultoria.

Art. 7º - Esta lei será regulamentada no prazo de cento e oitenta dias a partir da data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, de de 2000.

Eduardo Hermeto

Justificação: O respeito ao meio ambiente e a produção de bens de consumo, principalmente do setor alimentício, mediante a utilização de técnicas e práticas que evitam a utilização de produtos químicos nocivos à vida, bem como a produção de todo e qualquer bem que minimize os impactos ambientais, são fatores que agregam valor aos produtos assim comercializados, haja vista a existência de mercado em crescente expansão, tanto interna quanto externamente, para produtos naturais ou produzidos de maneira ecologicamente correta. A aceitação desses produtos pelo mercado depende de certificação de qualidade ambiental, na sua grande maioria concedido por instituições não governamentais, sem que exista um padrão definido e uniforme para tais concessões. Com essa iniciativa, não pretendemos substituir as instituições já existentes, mas definir parâmetros uniformes que sejam aceitos, nacional e internacionalmente, para a concessão do selo de qualidade ambiental. Isso será conseguido com o estabelecimento pelo Estado de Minas Gerais de critérios de análise e procedimentos adequados que atendam as expectativas dos mercados, condição indispensável para sua efetividade. A competência para a instituição, administração e execução do Sistema Estadual de Qualificação Ambiental fica delegada aos órgãos do Poder Executivo subordinados ao Sistema Estadual de Meio Ambiente.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 922/2000

Autoriza o Poder Executivo a doar os próprios públicos que especifica aos municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar os próprios públicos das escolas estaduais de 1º grau aos municípios que efetuaram, ou venham a efetuar, municipalização desse nível de ensino.

Art. 2º - O município interessado na doação prevista nesta lei deverá manifestar-se oficialmente na forma disposta em regulamento a ser expedido pelo Executivo.

Art. 3º - A doação se concretizará através de decreto do Poder Executivo, no qual constarão todas as especificações do imóvel e o seu respectivo registro, finalidade e cláusula de reversão.

Art. 4º - O Poder Executivo, na forma regulamentar, adotará as medidas necessárias à execução desta lei, no prazo de trinta dias contados de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Ambrósio Pinto

Justificação: A municipalização do ensino básico, seja o da 1ª à 4ª séries, seja o da 5ª à 8ª séries, que corresponde ao 1º grau, enfrenta alguns problemas peculiares. Um deles é o de o município administrar tudo o que se refere à educação, menos os prédios onde funcionam as escolas, esses de propriedade do Estado. Para uma simples reforma de telhado, necessita o município de fazer um convênio com o Estado, o que, por força burocrática, é demorado. Assim, nada mais justo que o Estado, que já passou o ensino do 1º grau à responsabilidade dos municípios, passe também os prédios onde funcionam as escolas, pois os municípios têm melhores condições e rapidez para a solução dos problemas na rede física de ensino. Contamos com a aquiescência dos Deputados à aprovação desta nossa proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.235/2000, da Comissão de Saúde, solicitando seja enviado ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Marília, SP, comunicando que essa Comissão corrobora a moção de apoio à CPI dos Medicamentos da Câmara dos Deputados e dando ciência das medidas que vêm sendo tomadas no Estado relativamente à questão dos medicamentos. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 1.236/2000, da Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais com vistas a que se envie a esta Casa relação das 50 maiores empresas licenciadas para operar máquinas de videoloteria. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.237/2000, do Deputado Márcio Cunha, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Skål Internacional Belo Horizonte pela iniciativa de elaborar um folheto informativo sobre turismo. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 1.238/2000, do Deputado Paulo Piau, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas a que se aumente o contingente de militares no destacamento da cidade de Iturama. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 1.239/2000, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas à recuperação da Rodovia BR-365, no trecho que liga Montes Claros a Pirapora. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 1.240/2000, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Educação com vistas à apuração de denúncias contra a Profa. Vanda de Pádua, da Escola Estadual Silvano Brandão. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.241/2000, da Comissão de Saúde, solicitando sejam enviados ofícios ao Presidente do COSEMS-MG e ao Secretário Municipal de Saúde de Riacho dos Machados parabenizando-os pela inclusão, no orçamento municipal, de verba destinada à assistência à saúde.

Nº 1.242/2000, da Comissão de Saúde, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com o Deputado Adelmo Carneiro Leão por sua indicação para Secretário da Saúde. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Do Deputado Márcio Kangussu, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Assembléia com vistas à inclusão, na programação da TV Assembléia, de dados sobre pessoas desaparecidas. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Pastor George, solicitando sejam os professores da UNIMONTES que menciona convidados a comparecer a esta Casa para apresentar pesquisa sobre prostituição de adolescentes no Norte de Minas e vale do Jequitinhonha. (- À Comissão do Trabalho.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Alberto Pinto Coelho (3), Elbe Brandão e Rogério Correia e da Comissão de Política Agropecuária.

Proposição Não Recebida

- A Mesa deixa de receber, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Nº .../2000, do Deputado Márcio Cunha, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a BELOTUR por ter sido eleita o melhor órgão de turismo do País em 1999 pela revista "Brasil Travel News". (- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pela Deputada Elbe Brandão.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Educação, de Direitos Humanos e de Meio Ambiente e dos Deputados Marco Régis e Djalma Diniz.

Oradores Inscritos

- A Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Antônio Carlos Andrada, João Leite, Márcio Cunha e Irani Barbosa proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente - aprovação, na 32ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.156/2000, dessa Comissão, 1.158/2000, da Comissão de Política Agropecuária, e 1.188/2000, do Deputado Paulo Piau; de Direitos Humanos - aprovação, na 37ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.190, 1.191 e 1.193/2000, do Deputado Paulo Piau, 1.195/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.199/2000, das Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, na forma do Substitutivo nº 1, 1.201/2000, das Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho; e 1.202 e 1.203/2000, da Comissão de Direitos Humanos; e rejeição do Requerimento nº 1.204/2000, dos Deputados João Leite, Hely Tarquínio, Amílcar Martins, Sebastião Navarro e Sebastião Costa; e de Educação - aprovação, na 30ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 778/99, do Deputado Adelino de Carvalho, e 780/99, do Deputado Ambrósio Pinto, e dos Requerimentos nºs 1.187/2000, do Deputado Gil Pereira, 1.189/2000, do Deputado Paulo Piau, 1.198/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.207/2000, do Deputado José Milton (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Marco Régis - informando que o PPS abre mão de sua participação na CPI do Fundo SOMMA, em favor do PSD (Ciente. Cópia à Área de Apoio às Comissões e às Lideranças.); e Djalma Diniz - indicando o Deputado João Paulo para membro efetivo da CPI do Fundo SOMMA e o Deputado Irani Barbosa para membro suplente da mesma Comissão (Ciente. Designo. À Área de Apoio às Comissões e cópia às Lideranças.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 794/2000 (Arquive-se o projeto.); e, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Alberto Pinto Coelho em que solicita sejam os Projetos de Lei nºs 839 e 840/2000 encaminhados à comissão seguinte a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seus pareceres.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Política Agropecuária em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente do Banco do Nordeste solicitando-lhe informações sobre o protocolo a ser firmado entre essa instituição financeira e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM -, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - e o Instituto Estadual de Florestas - IEF -, visando a compatibilizar formas de parceria e a definir o papel que cada uma dessas instituições se propõe a desenvolver no processo de licenciamento ambiental dos projetos financeiros pelo referido Banco, conforme cópia anexa. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Deputada Elbe Brandão em que solicita regime de urgência para a tramitação da Lei nº 29/99, que altera a Lei nº 11.085, de 30/4/93, que cria o Fundo SOMMA. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho em que solicita que o Projeto de Lei nº 786/2000, que autoriza o Estado a contratar colaboração financeira para fins que menciona, seja incluído em ordem do dia do Plenário, tendo em vista que se encontra esgotado o prazo para sua apreciação na Comissão de Fiscalização Financeira. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Irani Barbosa em que solicita seja convocada a Secretária de Estado da Justiça e Direitos Humanos, Ângela Prata Pace, para prestar esclarecimentos sobre a morte de detento ocorrida na Penitenciária Agrícola José Maria Alkimin, no dia 13/3/2000, e sobre as demais rebeliões ocorridas nos últimos anos no Município de Ribeirão das Neves.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, vem acrescentar ao final do requerimento que convoca a Secretária de Estado da Justiça e Direitos Humanos, Ângela Prata Pace, a seguinte expressão: "bem como, para prestar esclarecimentos sobre a morte de três menores ocorridas no CEIP, no último dia 3/3/2000".

Sala das Reuniões, 14 de março de 2000.

Irani Barbosa

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adatao) - Foi apresentada ao requerimento emenda do Deputado Irani Barbosa, a qual recebeu o nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

- O Deputado Miguel Martini profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário (Deputado Miguel Martini) - (- A Emenda nº 1, lida pelo Sr. Secretário, é a publicada anteriormente.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o requerimento do Deputado Irani Barbosa com a Emenda nº 1.

Em poder da Mesa, requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros. Com a aprovação da Emenda nº 1 e nos termos do inciso I do art. 284 do Regimento Interno, a Presidência declara prejudicado o requerimento, por se tratar de matéria idêntica à emenda.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os vetos às Proposições de Leis nºs 14.274, 14.333, 14.325 e 14.311, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, solicitamos que seja feita a chamada para recomposição do "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado João Batista de Oliveira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 39 Deputados. Há número regimental para a votação da matéria constante na pauta.

Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.271. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c art. 261, X, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 21 Deputados, que, somados aos 9 que estão em reuniões em comissões, perfazem o total de 30 presentes. Portanto, não há "quorum" para votação, motivo pelo qual a Presidência a torna sem efeito.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Pettersen - Pela ordem, Sr. Presidente. Solicitaria o encerramento, de plano, da reunião, por não haver número suficiente para a votação dos vetos que constam na pauta.

O Deputado Durval Ângelo - Na página nº 2 da pauta consta a discussão e votação de pareceres de redação final. Então, compreendemos que, com 30 Deputados presentes, poderíamos chegar a essa parte da reunião e, quem sabe, obteríamos o "quorum" recomposto para voltarmos a votar os vetos.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Durval Ângelo que ainda não chegaram à Mesa os pareceres de redação final e que os vetos continuam sobrestando a pauta.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião de debates de amanhã, dia 31, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 31/3/2000

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Fábio Avelar - Ivo José - João Leite - João Paulo - José Henrique - Marco Régis - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Wanderley Ávila.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 3, às 14h30min, e para a reunião de debates da mesma data, às 20 horas.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 22/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Gil Pereira

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Clayton Ferraz de Paiva - Palavras do Sr. Haroldo Lima - Palavras do Sr. Luis Pinguelli Rosa - Palavras do Sr. Agenor de Oliveira - Palavras do Sr. Marcelo Siqueira - Palavras do Deputado Ivo José - Palavras do Sr. Tilden Santiago - Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Tilden Santiago, Secretário de Meio Ambiente, representando o Governador do Estado; Haroldo Lima, Deputado Federal pela Bahia e membro das Comissões de Minas e Energia e de Relações Exteriores e Segurança Nacional e do Grupo de Trabalho sobre a Transposição das Águas do São Francisco, da Câmara dos Deputados; Deputado Alberto Pinto Coelho, Coordenador da Frente Parlamentar Jorge Hannas para a Defesa de FURNAS e dos Recursos Hídricos Brasileiros; Deputado Ivo José, 1º-Secretário da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Doce e coordenador dos debates; Eval Galazi e Gilson Amaro, Deputados Estaduais à Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo; Marcello Siqueira, Presidente da COPASA-MG e ex-Presidente de Furnas; Clayton Ferraz de Paiva, Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco, ex-Presidente da Fundação CHESF e ex-Gerente da Área de Engenharia da Fundação CHESF; Agenor de Oliveira, Diretor da Associação dos Acionistas Minoritários das Centrais Elétricas de Furnas e Diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico - ILUMINA -; e Luis Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e dirigente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários à realização do Ciclo de Debates Nossas Águas, Nossa Vida.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência agradece a todas as entidades que enviaram representantes ao evento e, devido, exatamente, ao grande número de representantes, desculpa-se por não citar a todos nominalmente. Entretanto, quer registrar a presença de mais de 100 entidades, representadas pelos senhores e pelas senhoras.

Senhores membros da Mesa, senhoras e senhores, Srs. Deputados, imprensa, jovens, esta Casa se encontra na primeira linha de defesa das águas brasileiras. Em Minas, a consciência de que os recursos hídricos não podem ser deixados à mercê dos interesses privados é consequência da própria geografia. Excluída a bacia amazônica, que constitui o grande coração úmido da América Meridional, quase todas as grandes águas continentais nascem em nosso Estado.

Em nenhum outro Estado brasileiro as montanhas e os vales se associaram, com tal êxito, para recolher as águas do céu, lançá-las com impetuosidade ao mar e, a fim de permitir o aproveitamento de sua força, formar os gargalos sobre os quais se podem erguer os diques de contenção. Os rios sempre foram os nossos companheiros, para irrigar as margens, dar-nos o que comer de suas próprias águas, mover os moinhos rudimentares e as imensas turbinas. Por tudo isso, íntimos companheiros dos rios, devemos ser os seus intransigentes defensores.

O problema da água é o de sua propriedade. A água é o mais nacional de todos os bens, e não se pode admitir, como admite a legislação em tramitação no Congresso, que possa vir a ser privatizada, e os seus múltiplos usos, explorados pelo capital privado, seja nacional, seja internacional.

Estamos reunidos hoje com especialistas brasileiros no assunto, para retomar a discussão em termos técnicos, mas que serão sempre políticos. A técnica, como sabemos, não é neutra: é sempre política, porque os seus objetivos são sempre políticos.

Estamos em um momento em que toda a vigilância é pouca. Torna o Governo Federal a mover-se para o esquiteamento de Furnas e a sua desnacionalização. Se Furnas vier a ser privatizada, nenhuma outra grande usina brasileira estará preservada. Até mesmo a Usina de Itaipu, com todos os tratados diplomáticos que a fundaram, será desnacionalizada, no Brasil e no Paraguai. Antes de Itaipu, porém, será a vez da CHESF. E, se não estivermos dispostos a resistir com todos os meios, as barragens da CEMIG serão também entregues, em sua totalidade.

Nós, mineiros, estamos vendo com muito interesse o desvio das águas do São Francisco para atender ao Nordeste ressequido. Entendemos que alguns setores se levantem contra o projeto, mas nós, em Minas, onde esse rio nasce, temos uma posição determinada. Acharmos que a transposição de parcelas do São Francisco para as áreas mais ressequidas do Nordeste é necessária e não provocará os desastres que se anunciam. Desde a mais remota antiguidade, os homens desviam os cursos de água, a fim de favorecer a vida. Assim ocorreu no Egito, na Mesopotâmia, na Índia e na China, antes que se tornasse uma rotina a abertura de canais na Europa. É certo - e nisso estamos de acordo - que se tomem medidas acauteladoras. A primeira delas é de ordem técnica: temos de empregar todos os recursos da engenharia moderna, engenharia essa que a tecnologia nacional absorveu também e hoje, inclusive, exporta para todo o mundo, a fim de evitar agressões graves ao meio ambiente e recompor as áreas já degradadas.

A outra, talvez mais difícil, é de ordem política e social. É preciso impedir que as terras beneficiadas pelas obras venham a ser dominadas e controladas pelos grandes latifundiários. Sem a desapropriação prévia dessas terras e sua destinação a programas de interesse social, não convém levar o projeto adiante. Não é concebível que a Nação gaste bilhões de reais, a fim de beneficiar os que já são privilegiados.

Dou as boas-vindas, em nome desta Casa e deste Estado, que tem consciência desse tema, aos conferencistas de fora e desejo a todos o melhor êxito nas discussões de hoje. O nosso muito obrigado.

Palavras do Sr. Clayton Ferraz de Paiva

Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Anderson Adauto, e os demais membros da Mesa, companheiros sindicalistas, minhas senhoras, meus senhores, antes de iniciar, permitam-me agradecer a oportunidade que me é concedida de participar deste debate de profundo significado para os destinos dos serviços de energia elétrica no Brasil. Honra-me muito estar aqui, participando, ainda mais, por acontecer perante este privilegiado auditório de Minas Gerais, Estado de tão marcante participação na engenharia nacional e no desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro. Ressalte-se que a importância impar deste debate decorre não só da essencialidade dos assuntos que nele serão abordados e da autoridade dos debatedores, mas também da invulgar oportunidade que nos é concedida de abordar, de forma livre e sem posições preconcebidas, temas que a propaganda oficial e a barragem do chamado "pensamento único" impedem de chegar de forma clara e honesta a toda a sociedade. Trago a participação de um grupo de técnicos do Nordeste, com a certeza de que as opiniões emitidas contam com o respaldo dos demais técnicos da região.

Do Estado de Minas Gerais, provém mais de 70% das águas que transitam no trecho nordestino do rio São Francisco, abastecendo diversas comunidades. A pretexto de modernizar a economia nacional e inseri-la no mercado global, o Governo Federal decidiu retirar, maciçamente, o Estado das chamadas atividades produtivas, com a promessa de redirecionar os recursos antes alocados a essas atividades para áreas consideradas de maior responsabilidade estatal: saúde, educação, transportes e outros.

Com tal finalidade, o Governo Federal criou o Plano Nacional de Desestatização e, a partir de então, encetou o plano de privatizações e de uma forte desregulamentação. Esse processo avançou pelas áreas dos diversos setores da economia nacional.

Antes de ingressar no capítulo das hidroelétricas, mais especificamente na questão do rio São Francisco, convém dedicar mais algum tempo ao modelo concebido para realizar a privatização e a desregulamentação do setor elétrico.

O novo modelo do setor elétrico brasileiro apóia-se na desverticalização com segregação das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização. Paralelamente, foram criados uma agência reguladora, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - e entidades e mecanismos para coordenar e controlar as operações de engenharia e comercialização de energia elétrica, a saber: Operador Nacional do Sistema - ONS -: responsável pela coordenação e pelo controle da operação de geração, transmissão e dos sistemas interligados. Mercado Atacadista de Energia - MAE -: ambiente no qual se realizam as transações de compra e venda de energia elétrica dos sistemas interligados. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE -: seu objetivo é compartilhar, entre as usinas hidrelétricas despachadas, centralizadamente, os riscos hidrológicos.

Outra característica notável do modelo aqui adotado foi a sua fidelidade a outros implantados em países com sistemas de produção e mercado de energia elétrica marcadamente diferentes dos existentes aqui.

Aquilo que foi implantado em países com parques geradores predominantemente térmicos, onde a reforma ou a substituição de usinas mais velhas ou a troca de um tipo de combustível por outro de maior conteúdo energético ensejaram significativos ganhos de eficiência e abriram possibilidades de concorrência entre produtores, foi copiado e muito mal adaptado para adoção em um sistema predominantemente hidráulico, onde ganhos dessa natureza são muito pequenos ou inexistentes.

Os mercados de energia elétrica no Brasil e nesses países que serviram de modelo são também muito diferentes quanto a seu dinamismo. O maior dinamismo do nosso mercado, com forte crescimento esperado ainda por muitos anos, coloca como principal problema a expansão da oferta, e não o fracionamento da oferta existente para criar um simulacro de concorrência. Este último fato ressalta ainda mais a incoerência de se propor um modelo para incentivar a concorrência numa ocasião em que oferta e demanda encontram-se praticamente empatadas.

Quero restringir minha intervenção às peculiaridades da hidreletricidade, ao rio São Francisco e ao grande problema que exige de cada um o exercício da cidadania: a privatização das águas associada à privatização das hidroelétricas.

Os gestores da privatização, ao incluírem, através do Decreto nº 1.481, de 1995, os sistemas hidrelétricos brasileiros no Programa Nacional de Desestatização - PND -, transformaram o que era até então um debate sobre opções de política econômica, diretrizes de gestão do Estado ou até mesmo ideológico num obrigatório exercício da cidadania.

Isto porque "esqueceram" que o combustível das hidrelétricas é a água, bem comum de usos múltiplos, escasso e inalienável.

Comprometido com um modelo econômico que prioriza a estabilidade financeira acima de qualquer visão de longo prazo, e preocupado em garantir uma "imagem positiva" perante a comunidade financeira internacional, o Poder Executivo Federal sente-se desconfortável em examinar alternativas que ponham em discussão, ainda que de forma parcial e localizada, as premissas do seu programa de privatizações.

No que se refere aos sistemas geradores, pressionado por organismos externos, o Governo Federal, através do Decreto nº 1.481, de maio de 1995, incluiu a ELETROBRÁS, Furnas, a ELETROSUL, a CHESF e a ELETRONORTE no PND e, para viabilizar a venda dessas empresas, conseguiu a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 9.648, de 27/5/98, a qual criou condições legais para cisão e venda dessas empresas.

Somente a reação do Poder Legislativo, de algumas autoridades dos Poderes Executivos Estadual e Municipal e da sociedade organizada suspendeu um processo insensato de venda, que, privatizando as hidrelétricas, também privatizaria os rios, com prejuízos irrecuperáveis para a Nação brasileira.

Vale a pena ressaltar que esse movimento surgiu dentro da organização sindical. Nós, do Nordeste, nos organizamos e pressionamos o Executivo e os parlamentares do Nordeste no intuito de barrar esse projeto.

A partir de meados do século XIX, nosso planeta passou a contar com um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento sócio-econômico e melhoria da qualidade de vida dos humanos - a energia elétrica.

A força que movimenta os geradores de energia elétrica provém de diferentes fontes, e, em escala industrial, a produção de grandes blocos de energia elétrica tem como fontes primárias: energia térmica convencional, energia térmica nuclear e energia hidráulica. Essa síntese refere-se às fontes primárias atualmente disponíveis para produção de grandes blocos de energia elétrica.

A biomassa de cana-de-açúcar, a força dos ventos (eólica) o sol (sistemas fotovoltaicos), reações químicas (baterias) e até a força humana (pequenos dinamos) são fontes primárias para produção de médias e pequenas quantidades de energia elétrica.

A energia hidrelétrica representa cerca de 20% do total de energia elétrica produzida em todo o mundo, cabendo às termelétricas (convencionais e nucleares) a quase totalidade do restante da produção. Desses 20%, seis países são os maiores produtores, a saber: EUA, Canadá, Brasil, China, Rússia e Noruega. Esse conjunto de países que é reponsável por 55% da produção mundial produziu, entre 1988 e 1997, 2.600.000.000.000 kWh.

O gerenciamento das águas dos rios brasileiros, contemplando os seus usos múltiplos, entre os quais a geração de energia, responsável por 95% da produção de energia elétrica no País, é, sem dúvida, um dos maiores e mais instigantes desafios para os dirigentes brasileiros no limiar do século XXI.

A hidroeletricidade no Brasil, com sua participação no balanço energético nacional (energia elétrica e todas as demais formas de energia), cresceu de 5%, na década de 40, para cerca de 38% no ano de 1999. Neste mesmo ano, a hidroeletricidade representou 95% do total da energia elétrica produzida no País. (Dados do Balanço Energético Nacional do MME, do Sistema Nacional de Informações Empresariais do Setor Elétrico - SIESE).

Os dados mais atualizados da ELETROBRÁS informam ainda que o potencial hidrelétrico do Brasil é de 180.000mW, dos quais 60.000mW estão em operação ou construção, e 120.000mW estão na fase de estudos de viabilidade ou foram apenas inventariados. Mesmo se considerarmos que desses 120.000mW, 50% não chegarão a ser construídos em decorrência de custos financeiros ou ambientais, o Brasil se defronta com o desafio de aproveitar 60.000mW adicionais disponibilizados pela natureza.

Nesse contexto, o desafio que se apresenta aos dirigentes é equacionar o aproveitamento do extraordinário potencial hidrelétrico ainda disponível, associando o Estado ao capital privado para concretizar empreendimentos que exigem investimentos intensivos, longo período de maturação e inclui ações multidisciplinares, algumas das quais não prescindem da presença do Estado.

Essa associação entre o Estado e o capital privado nos novos empreendimentos hidrelétricos ajudará a sua viabilização e deverá ser antecedida por clara definição da gestão dos recursos hídricos que, obrigatoriamente, terá de ser do Estado, com as outorgas para usos múltiplos definida, exclusivamente, em função do interesse coletivo.

No conjunto dos grandes sistemas geradores de energia elétrica no Brasil, as hidrelétricas da CHESF apresentam as seguintes características:

Somam um total de 10.270.520kW de capacidade nominal, dos quais 9.976.270kW em nove usinas no rio São Francisco: Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Piloto, Paulo Afonso I, II, III e IV e Xingó. (Dados de 1999.)

Em 1998, as hidrelétricas da CHESF geraram praticamente 100% de toda a energia elétrica produzida na região.

O rio São Francisco, com vazão média anual de 2.850 m³/s, concentra 97% das hidrelétricas do Nordeste. Por ser o maior e praticamente o único grande rio de uma região semi-árida, é o curso de água brasileiro em que o uso múltiplo e os conflitos dele decorrentes se apresentam de forma mais intensa.

O segundo maior rio da região Nordeste é o Parnaíba, situado entre o Maranhão e o Piauí, e nele essa vazão média de longo período é de 425m³/s.

A Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente divulgou em 1999 dados do seu cadastro de outorgas no rio São Francisco. É preciso prestar bastante atenção em outorgas que estão tramitando dentro do Ministério do Meio Ambiente. Um total de 771m³/s. Tal comprometimento representa 37% da vazão regularizada mínima proporcionada pelos reservatórios de Três Marias e Sobradinho, cujo valor é de 2.060m³/s. Graças a esses dois empreendimentos, temos a regularização do rio São Francisco.

Estudos realizados pelo Bureau of Reclamation, na década de 60, sob contrato com o Governo brasileiro e com participação da CODEVASF (na época SUVALE) e CHESF, identificaram no vale do São Francisco 3.000.000ha de terras potencialmente irrigáveis.

O rio São Francisco, rio da unidade nacional, pois sua bacia é, de fato, o mais significativo elo de ligação de diferentes regiões geopolíticas e geoeconômicas da Nação brasileira, encontra-se hoje no centro de um debate de tremenda importância: como conciliar usos múltiplos, transposição para bacias do Nordeste setentrional e privatização das hidrelétricas nele construídas?

Infelizmente, outro importante questionamento ainda não empolgou as lideranças políticas e a sociedade organizada: o que fazer para proteger suas nascentes e afluentes, para não permitir a poluição de suas águas e para realizar um adequado reflorestamento da bacia? Resumindo: é imprescindível um programa sério e objetivo de revitalização e preservação da bacia do São Francisco.

A existência dos reservatórios de regularização plurianual de Sobradinho e Três Marias permite garantir uma vazão regularizada mínima de 2.060 m³/s, o que significa dizer que, voltando a ocorrer um período de estiagem tão intenso quanto foi o registrado entre 1952 e 1956, as vazões liberadas a partir de Sobradinho poderão ser 2.060 m³/s, em vez dos 590 m³/s enviados pela natureza.

Foi essa regularização que permitiu à CHESF atender, até o fim do século XX, as necessidades de energia elétrica de oito Estados do Nordeste: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Usos múltiplos da água, transposição e privatização de hidrelétricas são questões que, junto com a proteção e preservação dos rios da bacia do São Francisco, devem merecer especial atenção dos brasileiros neste fim e início de século.

Usos múltiplos

Consumo humano, dessedentação de animais, irrigação, energia hidráulica em geral e geração de energia elétrica em particular, abastecimento de indústrias, navegação, lazer e pesca são usos e atividades que envolvem as águas do rio São Francisco, e nele, mais do que em qualquer outro rio brasileiro, o conflito entre os usos múltiplos da água deve estar presente nos próximos anos.

O metro cúbico retirado em um ponto do rio São Francisco, para qualquer uso, representa energia elétrica não gerada nas usinas a jusante.

A Lei nº 9.433, que estabelece as diretrizes para a política e o gerenciamento dos recursos hídricos, foi sábia e patriótica ao estabelecer uma única prioridade: consumo humano e dessedentação de animais.

É necessário insistir: tem de haver um verdadeiro orçamento da água, periodicamente revisado, com alocação de vazões, atendendo exclusivamente ao interesse público.

Poderíamos jogar com meia dúzia de conflitos entre os diferentes usos múltiplos. Isto certamente reforçaria a complexidade do gerenciamento e fundamentaria uma verdade inquestionável. Um País soberano não pode abrir mão do pleno domínio dos seus recursos hídricos e da liberdade para alocá-los, em função, exclusivamente, dos interesses nacionais.

Vamos, para simplificar, abordar apenas o conflito hidroeletricidade "versus" irrigação.

Estudos realizados, como já dissemos, por aquelas entidades e o Estado brasileiro determinaram que os gastos que seriam realizados somente para atender à irrigação absorveriam a descarga mínima regularizada do São Francisco.

A demanda de energia elétrica do Nordeste no ano 2000 deve exigir uma geração bruta da ordem de 60.000.000MWh. Isso também exigiria toda a descarga mínima regularizada do São Francisco.

O rio São Francisco é o único grande rio do semi-árido brasileiro, pois o Parnaíba, que tem vazão média de longo período da ordem de 15% da vazão do São Francisco, já se situa na transição entre o semi-árido e a floresta subtropical (divisa dos Estados do Piauí e do Maranhão).

Transitando no sentido Sul-Norte, ao chegar à vizinhança da serra de Dois Irmãos, fronteira entre Bahia e Piauí, o rio São Francisco sofre uma inflexão de 90° e vai desaguar no litoral Leste, servindo de divisa entre os Estados de Alagoas e Sergipe.

"Abandonados" pelo rio São Francisco, os Estados do Nordeste Setentrional e a Paraíba, há mais de um século, reivindicam uma compensação pela caprichosa inflexão da natureza, por meio da transposição de águas do "Velho Chico" para as bacias do Jaguaribe, Piranhas-Açu, Apodi e Paraíba.

Nas últimas duas décadas, a transposição viveu três diferentes momentos: de 1982 a 1984: as cheias excepcionais de 1979, 1980 e 1982 provocaram uma descarga, uma vazão de 17.940m³/s, provocaram uma errônea idéia de excesso de água, e, com base nela, a bandeira da transposição foi levantada, sem nenhuma fundamentação técnica, sem contemplar aspectos essenciais, como a questão fundiária, meio ambiente e o transporte de água aos pontos de consumo, pois a simples existência de água nos rios principais não resolve as carências do Nordeste.

No rio São Francisco, a menos de 10km de suas margens, de sua calha, animais morrem, homens sofrem, safras são perdidas. Os recursos hídricos locais não eram considerados. Invasões políticas de centenas de metros cúbicos eram reivindicadas para transposição.

A transposição hibernou até 1994, quando ressurgiu com as mesmas fraquezas, omissões e vazões megalomaniacas, que, em algumas assembleias, chegavam a 500m³/s. Por falta de bons fundamentos, também essa transposição teve vida curta.

Em 1996, a transposição voltou a ser cogitada, agora em bases bem mais sólidas e tecnicamente defensáveis. Os recursos hídricos locais foram considerados e foi adotado o conceito de sinergia hídrica, o que significa a plena utilização, de forma otimizada, dos recursos, tornada viável pela retaguarda garantida pelas águas transpostas do rio São Francisco.

Os dados atuais sinalizam para um "peak" de transposição de 128m³/s e uma média da ordem de 57m³/s, a ser atingida em 2025.

Em princípios de 2000, estão sendo concluídos alguns estudos de inserção regional, impacto ambiental, cartografia, viabilidade de engenharia e impacto sócio-econômico.

Esses estudos proporcionarão fundamentos para uma decisão que deixa - e deve deixar - de ser eleitoreira e passa a considerar os efetivos interesses das comunidades do semi-árido.

Em 1990, foi instituído o Programa Nacional de Desestatização, que incluiu as geradoras hidrelétricas.

O Brasil é um país essencialmente hidrelétrico: 95% da energia gerada o é por meio da eletricidade. Essa condição é exacerbada no Nordeste: praticamente 100% da energia vem da hidroeletricidade.

Perguntá-riamos: para a retalhação da venda da CHESF, quem definiria a destinação das águas? Quem comandaria a liberação das vazões? Como os proprietários privados das hidrelétricas - se existirem, mas que Deus ajude que não! - seriam compensados pela energia não gerada em decorrência da disponibilização da água para outros usos? Quais as garantias de que os proprietários privados das hidrelétricas não terão prioridade no uso da água e que não serão postas restrições para outros usos? Quais as garantias de que o Nordeste não se tornará refém ou devedor de favores a outras regiões, no contexto do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE -, na medida em que cresça a destinação de vazões do rio São Francisco (e também do rio Parnaíba) para outros usos?

De tudo que aqui foi dito, mesmo que sejam feitas ressalvas e garantias para uma hipotética privatização, resguardados os direitos de acesso à água e o interesse público em geral, sobressai uma questão fundamental: para que privatizar as nossas hidrelétricas?

Para reduzir a interferência do Estado na economia?

A forte interdependência e o potencial de conflitos entre os diversos usos da água terão o seu grau de complexidade aumentado com a privatização das hidrelétricas, agravado pela forma fracionada que o Poder Executivo pretende adotar. Isso indica um nível de intervenção estatal bem acima do que hoje é praticado. Podem-se esperar também conflitos entre os poderes públicos federal, estadual e municipal.

Para reduzir os dispêndios do Estado, leia-se Tesouro Nacional, no setor e redirecioná-los para as áreas de maior conteúdo social?

O setor elétrico bem-administrado, sem interferências políticas e sem ser usado para subsidiar indiretamente outros setores da economia é auto-suficiente, pode captar seus próprios recursos financeiros e honrar seus compromissos. A história recente até os fins da década de 70 dá suporte a essa afirmativa.

A experiência nacional com as privatizações, até agora, não redundou em nenhuma transferência de recursos para os chamados setores sociais. Pelo contrário, foram os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, administrado pelo BNDES, que financiaram algumas dessas privatizações.

Para reduzir os dispêndios do Estado e o déficit público e, conseqüentemente, a vulnerabilidade do País aos desequilíbrios externos?

Não é possível aceitar essa aposta, pois o risco de transferência dos ativos para o capital externo aumenta as chances de expansão da já acelerada remessa de dividendos para o exterior.

Para introduzir a concorrência no mercado produtor de energia elétrica e com isso obter reduções tarifárias?

Que concorrência, num sistema ainda por muitos anos predominantemente hidrelétrico, operando em estrito respeito à eficiência de seus rios, e tendo de respeitar várias outras

restrições impostas pelos demais usos da água? Que concorrência, num sistema que já começa com a demanda e a oferta praticamente empatadas e necessitando urgentemente de expandir a oferta? Que redução tarifária, quando a privatização da distribuição, escudada em contratos complacentes, já mostrou a que veio e os dispositivos da Lei nº 9.648, de 1998, já trazem as regras para nivelamento por cima das tarifas de geração?

Então, por que privatizar? A resposta a essa questão se torna cada vez mais evidente. Vamos privatizar para cumprir os compromissos assumidos com organismos internacionais. Vamos privatizar por medo de perder perante os investidores e credores externos a imagem de país moderno, aberto, globalizado, fazendo, com isso, afugentar os tão indispensáveis quanto volúveis capitais especulativos do exterior.

A ladainha da retórica privatista já não consegue esconder esses fatos.

Talvez, apenas, a arrogância, a incompetência e a irresponsabilidade poderão levar à privatização das hidrelétricas brasileiras e dos nossos rios. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Haroldo Lima

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Adauto, membros da Mesa que promovem este importante seminário, Srs. Deputados, políticos, representantes de entidades, minhas senhoras e meus senhores, gostaria, inicialmente, de manifestar meus agradecimentos a essa Casa Legislativa pela delicadeza de ter me convidado para participar deste seminário, convite a que atendi de pronto, com a aquiescência do Presidente da Câmara dos Deputados, Michael Temer, que me autorizou a estar aqui, representando a Câmara dos Deputados e o grupo de trabalho que examina a transposição do rio São Francisco.

Em segundo lugar, quero, rapidamente, dizer da minha surpresa em ter chegado aqui e visto este ambiente tão bem ocupado, por tantas pessoas, mostrando que o povo de Belo Horizonte está bastante atento à importância dos temas propostos para nosso exame.

Apresentarei a proposta do tema que me foi sugerido. Quero começar trazendo informações sobre essa temática da água no mundo de hoje e também no Brasil. Primeiramente, quero dar informações gerais para nos situarmos nesse quadro dramático que, apenas muito recentemente, estamos descobrindo no Brasil. A ONU publicou, há pouco tempo, um documento em que expõe diversas questões relacionadas com os riscos e desafios que o tratamento da água merece por parte dos povos do mundo inteiro. Entre outras coisas, anotei, para apresentar aqui, alguns dados importantes. Em primeiro lugar, nos últimos três séculos, o consumo de água no mundo aumentou em 3.500%. Em segundo lugar, segundo esse documento, se a população chegar a 10 bilhões em 2050, não haverá água para o abastecimento humano no mundo. Em terceiro lugar, 70% do consumo de água no mundo é para irrigação. De 1950 para cá, houve um aumento de 300% na área irrigada em todo o planeta. Por outro lado, esses dados são o pano de fundo da questão que estamos discutindo.

Diz o documento "Cuidando do Planeta Água": em nossa terra, 97,2% da água existente é salgada; e 2,8% é doce. Desses 2,8% de água doce, 2,15% estão nos pólos gelados; 0,31% é de água subterrânea inacessível; 0,34% é de água subterrânea acessível e, finalmente, 0,65% de toda a água existente no planeta é composta de água doce, que está na superfície, nos rios, lagos, etc. Por aí se vê que estamos envolvidos com uma matéria-prima fundamental, absolutamente escassa e rarefeita.

Por outro lado, essa água tão pouca existente no planeta está muito mal distribuída: áreas que têm alta densidade demográfica têm pouca água, e áreas com baixa densidade demográfica têm muita água. A distribuição que se faz no conjunto do planeta é tida por aí afora como muito mal feita, porque, aproximadamente, 17% a 20% vêm para o Brasil. Na ótica de certos setores, em particular, dos nossos irmãos ricos do Norte, os americanos, isso é uma injustiça da natureza. Por que, no meio dos tupiniquins, há de 17% a 20% da pouca água existente no planeta, enquanto por lá não há essa abundância?

Recentemente, no dia 13 de março, realizou-se em Haia, na Holanda, o II Fórum da Conferência Ministerial de Águas.

Salientam-se os seguintes dados: 2,4 bilhões de pessoas no mundo não têm saneamento básico; 1,4 bilhão não têm acesso à água em boas condições; 7 milhões morrem devido à má relação com a água, ou seja, águas mal tratadas, etc. Esses dados são impressionantes. E segundo o último encontro internacional de águas, realizado neste mês, em Haia, 25%, ou seja, 1/4 do planeta Terra caminha em direção à desertificação. Os analistas anotaram que muitos rios, entre os quais o Amarelo, que é o segundo maior rio da China, não conseguem, durante longa parte do ano, chegar ao mar, porque se esgotam no meio do caminho. Informações vinculadas a esse propósito no "Estado de São Paulo," no dia 25 de fevereiro, dão conta de que a NASA apresentou, nesse seminário, estudos mostrando que, até o ano 2060, alguns grandes rios do mundo estarão esgotados. Destaquei, entre os que foram arrolados, o Yang-tse-kiang, o maior rio da China; o Nilo, famoso rio do Egito; o Colorado, dos Estados Unidos; e o São Francisco, do Brasil.

Diante desse quadro, os países acentuam, nesse período mais recente, o tratamento especial a respeito da questão da água. De algumas décadas para cá, em nosso caso específico, de poucos anos para cá, fez-se um exame minucioso a respeito desse problema que cresce e desafia. Conceitos novos estão sendo introduzidos nas discussões entre os diversos países, inclusive o Brasil, como o de uso múltiplo das águas. Alguns anos atrás, quando fiz Engenharia na Escola Politécnica, isso não existia. O orçamento das águas, há pouco citado na palestra anterior - e o Sr. Clayton também falou sobre essa questão -, é um conceito novo que foi introduzido no mundo e no Brasil. Os comitês de bacias também fazem parte de uma terminologia relacionada aos problemas que estão sendo enfrentados, que visam dar um tratamento adequado a uma questão extremamente grave e nova. No Brasil, só em 1997 aprovamos a Lei nº 9.433, no Congresso Nacional, conhecida por Lei das Águas. Essa lei surgiu há dois anos e meio. Ela institui a Política Nacional de Recursos Hídricos - pela primeira vez com esse nome, no Brasil -, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - da mesma forma, pela primeira vez - e demonstra a necessidade de se diversificar a criação dos comitês de bacias. A Política Nacional de Recursos Hídricos deverá ser implementada por uma agência, cuja criação que está em debate no Congresso Nacional e já foi aprovada pela Câmara. A Agência Nacional de Águas - ANA - deverá implementar essa Política Nacional de Recursos Hídricos. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos deverá definir normas de cobrança e outorga dos direitos de uso da água, com o objetivo de introduzir no cenário brasileiro a figura do usuário pagador e do poluidor pagador, para empresas de saneamento, para empresas industriais e para grandes proprietários de terra. É bom que, de passagem, façamos uma referência ao que direi a seguir. Hoje, quando pagamos a nossa conta de água, como qualquer pessoa no Brasil, em tese, estamos pagando apenas os custos de tratamento e de distribuição da água e o imposto sobre os serviços, ou seja, em tese, a água é grátis. A água no Brasil é de graça. Isso é o que está prevalecendo.

Esse dado encerra certos problemas. Na indústria de gasolina, para cada litro de gasolina, gastam-se 10 litros de água. É tudo de graça. Para cada quilo de açúcar, gastam-se 100 litros de água, de graça. Na indústria de papel, para cada quilo de papel, gastam-se 250 litros de água, de graça. Na indústria de alumínio, para cada quilo de alumínio, gastam-se 100 mil litros de água, inteiramente de graça.

Na tramitação dessa lei, diversos problemas estão sendo levantados. O primeiro deles é o valor da cobrança. Vai-se cobrar? Quanto? Não existem estudos conclusivos sobre esse assunto. Foi lançada a idéia de que se cobre uma taxa de 1% pelo metro cúbico de água, ou seja, 1% por mil litros de água. Na França, o preço é de cem a trezentas vezes maior. É R\$1,00 por cada mil litros de água, ou R\$3,00, depende da bacia. Se a bacia é de fácil acesso, o preço é mais barato; se é mais difícil, é mais caro.

Mas quem vai cobrar? Essa questão de quem vai cobrar relaciona-se com uma questão mais grave ainda, que é o que se vai fazer com o dinheiro eventualmente cobrado. Se se for deixar o Governo cobrar, como se fosse um imposto para o Governo arrecadar esse dinheiro para os seus cofres e os malandros da vida decidirem o que fazer com o dinheiro, estaremos perdidos. O dinheiro irá todo para pagar a dívida interna e a dívida externa brasileira. Desse modo, é preferível deixar como está. (- Palmas.)

No entanto, há um esforço e uma discussão que se levanta para que qualquer dinheiro que se arrecade sobre a água seja usado para restaurar as bacias que estão prejudicadas. O dinheiro deve ser usado para a manutenção das bacias que propiciaram essa arrecadação. Uma observação que faço é que, em torno desse debate que se está fazendo no Congresso Nacional, a FIESP, de São Paulo, já encaminhou um documento dizendo que é contra a cobrança da água. Ela não quer que seja cobrada de indústria nenhuma, porque encarecerá o produto. Ficam esses dados para reflexão.

E, nesse pano de fundo das questões mais gerais, é que quero fazer os destaques relativos aos problemas mais candentes do momento. São os problemas relativos à privatização das águas e o problema relativo à transposição das águas do rio São Francisco. Vamos ver primeiro a questão da privatização das águas. Esse problema foi muito bem posto pelo documento apresentado ainda há pouco, e a privatização das águas no Brasil está vindo como consequência da privatização das hidrelétricas. Não é apenas isso. A privatização das águas no Brasil tem dois veios importantes: o primeiro é por meio da privatização das hidrelétricas, e acho o mais importante, mas existe também a privatização por meio do saneamento. Privatiza-se para as grandes empresas internacionais, no caso específico das francesas, chegarem aqui nos vendendo a água. É outro mecanismo para se privatizarem as águas do nosso País.

Voltando ao primeiro aspecto, que me parece mais agudo, que é a privatização das águas sob a forma de privatização das hidrelétricas, poderíamos perguntar se isso é verdade. É verdade. Não é mera formulação de propaganda, de retórica nem de crítica política. Inequivocamente, quem tem o controle das grandes hidrelétricas tem o controle do rio que as alimenta.

Chamo a atenção para um depoimento prestado no Congresso Nacional pelo ex-Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Deputado Federal Carlos Aleluia, que disse: "Como Presidente da CHESF, devo dizer que manda no São Francisco quem controla a CHESF. Quem manda no São Francisco é a CHESF. E eu digo isso como ex-Presidente da CHESF". Esse é um testemunho candente e verdadeiro. Mesmo que dissesse o contrário, saberíamos que a verdade é essa, pois quem lida com o São Francisco - e sou daquela região - sabe que, há 50 anos, o São Francisco está sob o comando da CHESF. Entregar o comando e a propriedade da CHESF a qualquer grupo privado, nacional ou internacional, significa dar um final melancólico a toda a discussão da temática sobre o uso múltiplo da água, pois nenhum grupo que comprar as nove hidrelétricas que compõem o sistema CHESF gostará que, em seguida, apareça alguém tentando colocar a mão na água, para, por exemplo, irrigar batata. Haverá a seguinte argumentação: comprei as hidrelétricas para que essa água movimente as turbinas que acabam de ser minhas. Esse problema será concreto, se a compra for feita com os termos e compromissos rezados pelo Governo Federal, que dará garantias à lucratividade, cada vez maior, do empreendimento. Como poderemos tirar a água para abastecer as cidades, ou irrigar as regiões? Isso tudo passará a ser discussão vencida.

A questão da privatização das hidrelétricas brasileiras é vital, é um problema de soberania nacional. Um país sério, que pense no futuro não pode admitir esse procedimento. Se o mesmo é feito em outras nações, não pode ser feito nas condições do Brasil, que são precárias. Precisamos de um Estado suficientemente forte para ter, nas mãos, alavancas para o desenvolvimento do País; se ele entregar suas usinas, que produzem sua energia elétrica, a grupos estrangeiros, que poder terá para fomentar o desenvolvimento de suas regiões, caso necessite de ajuda em termos de energia elétrica? Ela já não será dele, e ele nada poderá fazer.

Meus senhores, isso é um crime de lesa-pátria, ou seja, significa abrir mão dos interesses nacionais em sua forma mais concentrada. Como já disse o Sr. Clayton, não existem razões para tal privatização. Não será para diminuir o débito, porque isso já aconteceu. Sou Deputado há muitos anos, estou no quinto mandato, o que é suficiente para ter vivido muitas situações naquela Câmara. Quando ainda era um Deputado novato, vi um seminário no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Soube que fora montado pela Embaixada da Inglaterra, tendo o Embaixador como Presidente. Eles estavam dentro da Câmara dos Deputados para mostrar as grandes vantagens que o processo de privatização traria à saúde, ao saneamento e à educação, e ele, de fato, ocorreu. É algo constrangedor abrir as portas de sua Casa Legislativa para o Embaixador de S. M. imperial britânica vir dizer o que se deve fazer com a economia de nosso País. O que devemos fazer com a economia de nosso País é decisão que nos cabe. E, se esse tipo de gente vem dar seus palpites, devemos estar atentos à seguinte ressalva: o empreendimento interessa a eles, e não a nós.

Na realidade, entramos no assunto de que o Prof. Pinguelli tratará em breve: as privatizações. Parece-me que 100 empresas estatais já foram privatizadas no Brasil, e, depois disso, a dívida externa, antes grande, cresceu; a dívida interna, antes gigantesca, aumentou ainda mais; saúde, educação, saneamento, enfim, tudo que era ruim piorou. Sendo assim, pergunto: para que serviram essas privatizações? Para absolutamente nada.

Como disse o Clayton, exatamente para cumprir os ditames do FMI, para cumprir o que rezam a Inglaterra e os Estados Unidos, para fazer o que Michel Candessus acabou de fazer, arrogantemente, lá, na Europa, no dia 13. Disse de lá: "Correm rumores de que no Brasil desejam fazer privatizações para gastar dinheiro em questões sociais. Devo esclarecer que as privatizações devem ser feitas para recolher dinheiro e pagar a dívida". Isso foi dito pelo homem do FMI. Esclarecendo a quem? A quem se coloca numa postura sórdida de receber esse esclarecimento, que é o Presidente Fernando Henrique Cardoso. (- Palmas.) Se fosse um homem digno, iria levantar-se e dizer: recolha o seu esclarecimento. Vá esclarecer a quem lhe compete, vá esclarecer a quem aceita o seu comando, e não ao Presidente de uma nação altaneira e soberana como o Brasil. Fizesse isso, e essas palmas seriam para ele. O povo brasileiro o aplaudiria, e o nosso País se levantaria, porque não estaria abaixando a cabeça e recebendo esses ditames absurdos, que estão nos levando a essa situação calamitosa.

Agora, o Governo brasileiro retorna, com toda a força, para dizer que privatizará Furnas, CHESF e Tucuruí, que são as três grandes hidrelétricas na ordem do dia. Dizem que a primeira será Furnas. Ouvi, na comissão da Câmara dos Deputados que examina a transposição das águas do São Francisco, vários depoimentos. Diversos Governadores já participaram das reuniões a nosso convite, entre os quais o Governador Itamar Franco, o Governador de Tocantins, Siqueira Campos; o da Paraíba, o de Sergipe, etc., etc. Parece-me muito importante; portanto quero transmitir aos mineiros o depoimento feito pelo Governador Itamar Franco a propósito dessa questão. Disse ele: "Devo dizer a V. Exas. que Furnas só será privatizada se tirarem o Governador de Minas. Se não tirarem, não privatizam Furnas". Disse mais: "Quero convocar esse grande número de Deputados que vejo aqui para que juntem-se a nós, não permitindo a privatização da CHESF, porque, Furnas sendo privatizada, abre espaço para a privatização da CHESF, de Tucuruí, etc. Se não privatizarem Furnas, o contrário também ocorre, não privatizarão a CHESF, Tucuruí e outras tantas".

Fez-se necessário aplaudirmos quando o Governador disse isso. Fizemos elogios, pois essa postura do Sr. Itamar Franco deve ser ressaltada com toda a clareza, nitidez e sinceridade, porque é digna, patriótica e firme. Não é submissa nem subalterna a esses interesses sórdidos dos que estão encaminhando as coisas em nosso País. Na minha opinião, no Nordeste - e tenho corrido muito o Nordeste brasileiro -, essa idéia da privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF - não transita em esfera nenhuma. Esse Governo presidido pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso é paulistano, é um governo de paulistas. Fernando Henrique foi ao Nordeste de helicóptero, rodou por lá ao lado de Antônio Carlos Magalhães e saiu. Assim é que conhece o Nordeste. O São Francisco e o Nordeste, para ele, são coisas remotas e desprezíveis. O Nordeste brasileiro, em toda sua inteireza, não admite a hipótese de privatização da CHESF, porque isso significa a privatização do rio São Francisco. Isso é inaceitável. O São Francisco é o único grande rio que existe. Há pouco, o Clayton disse que o rio Parnaíba é o segundo grande rio, mas é bem menor do que o São Francisco, está na linha de transição entre o Nordeste e o Norte brasileiros. Não admitimos essa idéia. Pelo contrário. Estamos discutindo como aproveitar o São Francisco com um comando firme e público, verificando como ajudaremos o Nordeste. Se perdermos o controle do São Francisco, a discussão sobre a transposição das águas desse rio deixa de existir. Quero introduzir essa discussão com a seguinte preliminar: vamos tecer alguns comentários sobre um assunto que deixará de existir se a CHESF for privatizada. Parece-me que, em tese, a CHESF será privatizada se Furnas for privatizada.

Daí porque se faz necessária, no Brasil, a construção imediata de uma frente firme em defesa de Furnas, da CHESF e do Tucuruí, para que, impedindo a privatização dessas três grandes hidrelétricas brasileiras, consigamos dar um basta a essa linha entreguista que preside o Governo Federal, que é entregar as suas estatais a preços aviltados a grandes empresas estrangeiras.

Diga-se de passagem que o Diretor Executivo de um dos compradores eventuais da CHESF - a Hiberdola, empresa espanhola que comprou, parece-me, 38% das empresas distribuidoras de energia elétrica no Brasil -, em particular, lá pelo Nordeste declarou, há 10 dias, alto e bom som, mais ou menos nas seguintes palavras: "Não sei por que o Governo brasileiro quer vender essas hidrelétricas - Furnas, CHESF e Tucuruí -, hidrelétricas que já estão pagas e que só fazem dar lucro. Não entendo por que quer vender, mas, se quiser vender, compro". Assim é que a situação está posta, lamentavelmente, no País. Vem um comprador de fora e diz: "É uma estupidez vender essa coisa, mas se quiser vender, compro, porque quero fazer um bom negócio". E o Governo permanece na linha da estupidez, na perseverança da estupidez.

Quanto à questão da transposição das águas do rio São Francisco, penso que esse assunto demandaria, de saída, dois ângulos de análise. O primeiro é sobre a necessidade de água para o Nordeste setentrional brasileiro. Inequivocamente, sem deixar lugar a dúvidas, há grande necessidade, no Nordeste setentrional brasileiro, de água. Água para todos os fins: para abastecimentos humano e animal, para irrigação, para ajudar a desenvolver o Nordeste. Quanto a isso, devemos estar tranqüilos. Por isso mesmo, é necessário examinarmos como é que vamos abastecer o Nordeste setentrional de água. Esse é o nosso desafio. Temos de encontrar uma saída. É com essa sensibilidade que temos de buscar a saída. Diversos analistas, ao começarem a examinar a tal saída, debruçam-se logo, digamos assim, sobre a mais imediata, a mais natural, a que espontaneamente brota de qualquer contemplação dos dados do problema: o rio São Francisco.

O São Francisco está ali, joga-se a água do São Francisco lá para cima. Talvez seja por aí que se resolva esse problema dramático do Nordeste setentrional brasileiro. Vi depoimentos de diversos Governadores do Nordeste setentrional e de Governadores que não são do Nordeste, como o de Minas: é imperioso abastecer de água o Nordeste setentrional brasileiro. Algo tem de ser realizado. Vejo aqui, por exemplo, este documento apresentado pelo Clayton, dizendo sobre determinados estudos. Estudos devem ser feitos, porque proporcionarão fundamentos para uma decisão que deixa de ser eleitoreira. Essa é a questão. Estudos devem ser feitos para resolver o assunto. É essa convocação, esse apelo, essa sensibilidade para a necessidade imperiosa de se encontrar uma solução que ouvi de setores que saudei, até mesmo quando Itamar Franco esteve lá.

Vem agora a tal solução. Qual é a saída? A saída é transpor o São Francisco para lá? Infelizmente, não é. E não é por outra razão. É porque não tem viabilidade hídrica. O rio São Francisco não tem vazão suficiente, não tem água suficiente para se submeter a uma transposição. Esse é o problema e deve ser examinado à luz de quem está querendo encontrar uma saída. Reparem bem, o São Francisco é um rio que tem, como foi dito ainda há pouco, 2.800m³/s de vazão regulamentada. É uma grande vazão em termos do Nordeste. Em termos do Brasil, mais ou menos. E, em termos do Norte do Brasil, é pequena. O rio Tocantins tem 11.000m³/s.

O Ministro Fernando Bezerra tem, na minha opinião, usado certos argumentos inverídicos a respeito do assunto. Formulou na Comissão o seguinte ponto de vista e o desafei, na

hora, a provar. Disse: "São só 3% de água que queremos transportar". Respondi-lhe: não é verdade, Ministro. Dois mil e oitocentos, 3%, dá mais ou menos 82m³/s. Agora, 2.800m³/s é a vazão de um rio, no qual 2.100m³/s já estão comprometidos, com vazão garantida para a produção de energia elétrica. Então, não pode mexer, senão vai faltar energia elétrica em todo o Nordeste. Há 2.100m³/s garantidos, sobram 700m³/s. Dos 700m³/s que sobram, 200m³/s já estão garantidos com a irrigação da pequena área que existe agora. Sobram 500m³/s. Há o processo de evaporação gigantesco do Nordeste brasileiro que leva 200m³/s. Sobram 300m³/s. Desses, vai levantar quanto? Vai levantar como foi pensado, originariamente, 300m³/s? Originariamente, quando esses dados vieram à tona, disseram: "não são 300m³/s, baixem para 170m³/s. Baixem para 70 e tantos, baixem para...", não sei quanto.

O Ministro disse: "Mas se for até 25m³/s, dá." E eu disse: daqui a pouco o senhor estará querendo dar um banho de mangueira no nordestino, para que fique satisfeito, e isso não é verdade. O que precisamos, Sr. Ministro, é dizer claro: o rio São Francisco está perecendo. O rio está em dificuldades. O que precisamos é dizer claro: o rio São Francisco tem 2.800m³/s de vazão média lá em Sobradinho e região. Lá na beirada, na foz, temos 1.600m³/s, porque o rio já não chega lá.

O rio São Francisco tinha na sua foz um povoado com 180 casas. Esse povoado acabou. Sabem por quê? Porque o mar ocupou a área do São Francisco. O mar entra pelo rio adentro. O rio São Francisco levava o mar até lá fora, hoje não leva o mar de forma alguma. Hoje o mar leva o São Francisco até lá dentro.

Penedo, lá na Bahia, longe, bem longe da foz, antes nunca tinha visto um peixe de água salgada. Hoje se pesca em Penedo peixe de água salgada. Porque a água salgada vai rompendo rio adentro.

Então, não devemos fazer análise superficial, irresponsável, numa tentativa quase de iludir o nordestino e dizer-lhe: "Fique calmo, vem água aí, para vocês". E lá vai uma bobagemzinha, que não responde aos problemas do Nordeste brasileiro e sacrifica o único rio que existe no Nordeste e que é um grande rio de Minas Gerais.

Penso que essa análise nos remete ao primeiro problema. Mas, e a tal saída? E a solução para o problema? O nordestino não pode, por essa situação, ficar o resto da vida condenado a não ter água e a não ter água suficiente para o seu desenvolvimento.

Isso nos leva a examinar os dados do problema e buscar uma solução. A solução existe e é extremamente simples. Um país como a China, que está com problemas de abastecimento de água no Norte, está pegando água no Yang Tsé Kiang, a 1.000km de distância e não está achando caro. A maior obra do mundo em construção civil é a Usina de Três Gargantas, na própria China, com um custo de US\$24.400.000.000,00. É uma hidrelétrica maior do que Itaipu. Esta obra é 1,5 mais ou menos da maior obra - por conseguinte também muito cara -, mas nem isso está impedindo os chineses de ir em frente para resolver o objetivo do Norte da China.

Aqui temos um problema menor, com uma solução menor, uma solução mais fácil. Há uma região no atual Estado do Tocantins, chamada Sapão. Nessa região, na sua ponta, uma região pequena, nasce o rio do Sono, afluente do Tocantins. Na outra ponta, na mesma região, nasce o rio Preto, afluente do Rio Grande, que é afluente do São Francisco. Na época das grandes cheias, das grandes chuvas, pode-se ir de canoa do São Francisco até o Tocantins. A natureza já insinuou qual a ligação, a articulação, a integração que precisa ser feita, que é exatamente a integração com a grande bacia do Tocantins.

Se fizermos isso, vamos trazer para o São Francisco muita água. O Tocantins tem 11.000m³/s, o São Francisco, 2.800. Podemos trazer 300m³/s, 400m³/s, 500m³/s. O Tocantins não toma nem conhecimento da ausência dessa água. O Governador do Tocantins disse que está disposto a fazer isso. Podemos jogar essa água no São Francisco e, a partir daí, resolvermos o problema hídrico do Nordeste. Não com uma mangueirinha jogando água, mas com muita água para o Nordeste ressuscitar. Penso que esse projeto da integração do Tocantins com o São Francisco e, a partir daí, sua transposição para as bacias sedentes setentrionais deve ser o grande projeto que deveremos defender.

Finalmente, a última coisa: "Mas isso é caro!". Isso é caro? Primeiro, não podemos examinar o preço de uma obra desse tipo à luz da contabilidade presidida pela FMI. Estamos discutindo a questão da salvação do Nordeste, salvação do rio, integração das bacias. Um terço do País irá se beneficiar disso de forma direta, e o conjunto do País, de forma indireta. Não há um preço baixo para isso, mas é barato. Essa obra, a que chamaria de transposição simples, dizem que vai custar R\$3.000.000.000,00. Essa outra custaria mais uns dois ou três. Daria uns R\$5.000.000.000,00, ou seja, em torno de uns US\$3.000.000.000,00. Três bilhões de dólares é muito?

Quando os Bancos privados estavam para quebrar, Fernando Henrique saiu correndo e catou, do dia para a noite, US\$22.000.000.000,00 e salvou todos os Bancos privados da falência no tal do PROER. Nessa hora não foi caro! Caro está sendo arrumar US\$3.000.000.000,00 para salvar o Nordeste e para resolver um problema dessa magnitude!

Para completar, Sr. Presidente, definitivamente minha fala, falo como nordestino. Passei dez anos morando em São Paulo como clandestino na época da ditadura, passei três anos na cadeia política também em São Paulo, mas sou do Nordeste. O Nordeste, até hoje, viu três obras federais serem efetuadas na sua área. Na época do Império, começou-se a construir a Rede Ferroviária Federal. Magnífico. Hoje está sucateada. Depois da Revolução de 30, começou-se a construir a Rede Rodoviária Federal, que hoje está praticamente sucateada. Nestes últimos quarenta e tantos anos, construiu-se a CHESF. Esta, sim, a mais moderna, a mais pujante empresa nordestina. E querem-na vender. Só foi feito isso. Nada parecido com Itaipu, nada parecido com a Ponte Rio-Niterói, com aeroporto supersônico, com metrô não sei de quê. Tudo isso é feito na Região Sudeste, o Nordeste fica abandonado. O que queremos agora é reivindicar, não uma obra para quebrar o galho nem para iludir o Nordeste às vésperas das eleições, uma obra insuficiente e inviável do ponto de vista hídrico. O que achamos que está em pauta é nos unirmos para realizar, no Nordeste, uma grande obra redentora de toda a região, que não sacrifique os interesses de nenhum Estado, que não prejudique o grande rio São Francisco e que, efetivamente, possa ser de um grande significado para o País. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Luis Pinguelli Rosa

Agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui no seminário da Assembléia Legislativa de Minas.

Depois das duas exposições, a primeira do Clayton, por seu caráter extremamente técnico e preciso; a segunda, do Deputado Haroldo, pelo seu caráter eloquente e profundamente político, no sentido mais sério da palavra "política", é difícil até ir adiante.

Estou acostumado a falar com o uso de um quadro ou com um projetor de transparência, mas não para uma platéia. Assim, vou ter alguma dificuldade em usar as transparências sem projetá-las, porque não seria possível, dado o tamanho da sala.

O saldo das privatizações das águas é inexistente. Até para não ficar muito contra as privatizações, prefiro começar a falar de um saldo das privatizações em geral. Quando se fala em telecomunicações, poderíamos dizer que o telefone celular penetrou mais agora e poderia ter penetrado mais antes. Então, houve um saldo, porque há agora mais telefonia celular, embora a qualidade como um todo e suas tarifas estejam caras, mas há mais acesso a ele. No entanto, quando vemos o setor elétrico, fica difícil colocar no prato da balança o que há de positivo, principalmente se citarmos o que foi prometido pelo Governo, pelos setores dominantes da sociedade, pela mídia e por setores importantes do Poder Legislativo, que debateu e aprovou nas devidas instâncias o processo de privatização, alegando que o Estado brasileiro não tinha recursos para investir. Portanto, era preciso aporte do setor privado. Era dito também que haveria um barateamento do serviço de energia elétrica, que havia necessidade de haver maior eficiência, usar melhor os recursos, com tecnologia mais adequada. Enfim, era o discurso-padrão da privatização de todos os setores. Isso foi também aplicado ao setor elétrico. Havia também a idéia da introdução da competição, ou seja, sem o monopólio do Estado, haveria competição. Vamos olhar o que ocorreu. Embora ela esteja abafado por um trabalho de mídia, de Governo e até de empresas, estamos numa crise de energia elétrica, que já teve um aperitivo pequeno, um cálice de crise bastante clara no apagão de março do ano passado, quando caíram várias grandes cidades do sistema interligado dessa região onde estamos hoje, ou seja, o Sul, o Centro-Oeste e o Sudeste. Esse sistema é interligado. O Brasil utilizou uma forma de energia elétrica extremamente eficiente. O que significa isso? Utilizamos quedas-d'água de diferentes bacias hidrelétricas, que geram energia elétrica numa rede interligada que atende a vários grandes centros de carga, a cidades como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Infelizmente, somente agora se processa uma ligação nacional. É até mérito do atual Governo. Não da privatização, mas sim do setor público. É uma ligação que permite vir a energia de Tucuruí, via Serra Danesa, para essa região. No entanto, essa ligação ainda é muito fraca. O que está realmente interligado é essa região a que me referi. E há ainda interligação importante entre o Norte e o Nordeste, mas que abrange todo o Nordeste, feito a partir de Tucuruí.

Esse sistema interligado é inteligente porque se permite utilizar o tempo todo a hidreletricidade para atender à demanda de energia elétrica. Essa demanda tem um problema, porque varia a todo o instante. Não se pode armazenar a energia elétrica. A forma de armazenamento que temos em baterias, como usamos nos automóveis, é muito precária e cara para se

fazer em grande escala.

Então, para uma cidade, em que, a cada minuto, um acende a luz, e outro apaga, um elevador é ligado ou desligado, ou sobe ou desce, a demanda varia. E cresce muito em certas horas, criando uma ponta, em que estamos entrando agora, a partir deste momento, até cerca das 21 horas, dependendo da época do ano. E é preciso acompanhar isso.

Usamos a hidreletricidade para gerar energia e fazer essa ponta. Mas conseguimos também compensar as variações sazonais, devido a ciclos hidrológicos variáveis pela natureza, inevitavelmente com mais ou menos chuva, períodos secos ou mais chuvosos, que mudam a cada ano e ao longo dos anos, criando reservatórios de água. De um lado, isso constitui um grave problema ambiental, um grave problema social, porque se toma a terra de pessoas que trabalham nelas e muda-se o microclima da região para construir as hidrelétricas. Mas, feitos esses reservatórios a partir de então, armazenam água, que fica disponível para a geração de energia elétrica.

O Brasil assim fez, e isso, até o momento, funcionou. Com as privatizações, a idéia que prevaleceu foi a de atrair o investidor privado para fazer as obras. De antemão, abandona-se a hidreletricidade, porque é um investimento grande e cujo retorno é demorado. Mesmo uma hidrelétrica pequena exige um investimento bem maior do que uma termelétrica.

Em compensação, na hidreletricidade, uma vez feita a obra e o estrago ambiental, que realmente causa - isso é preciso ser considerado devidamente, não podemos esquecer os problemas -, não pagamos pelo combustível. Podemos ter uma taxa de uso da água internalizada no País, mas não precisamos importar água. A água cai do céu. Até agora, os americanos não conseguiram controlá-la. A água, no momento, está disponível pelas chuvas e nos cursos d'água. Portanto, quanto à hidrelétrica, é preciso apenas recuperar o investimento, sem pagar pelo combustível.

Além disso, é um tipo de tecnologia muito robusta. Um gerador hidrelétrico é uma peça robusta. A tecnologia já está estabilizada. Evoluiu muito a tecnologia do controle, a tecnologia de construção de barragens. O Brasil, aliás, fez barragens impressionantes, como, por exemplo, Tucuruí e Itaipu, esta com uma altura de mais de 100m. Mas a turbina, o gerador, é mais robusto e apresenta muito menos problemas do que qualquer usina termoeletrica, que queima combustível, seja ele carvão mineral, seja petróleo derivado dele, seja qualquer "diesel" - pequenas ou grandes usinas queimam óleo combustível -, seja o gás natural.

Quanto ao gás natural, reina uma mística: quem falar mais dele vai preso. É o combustível liberal por excelência. É o símbolo da competição, da tecnologia moderna. Mas o gás natural é queimado também para produzir calor e fazer a energia elétrica.

Em primeiro lugar, nessa conversão de energia hídrica em energia elétrica, a eficiência supera 90%. Na conversão de qualquer forma de energia de combustível, seja gás natural, seja lenha, seja carvão mineral, seja derivado de petróleo, seja bagaço de cana, que, no Brasil, também é corretamente usado para a geração de energia, já que é disponível onde existe produção de álcool, a eficiência, hoje, é da ordem de 30%.

Com a grande revolução tecnológica que nos oferecem, a tecnologia nova do ciclo combinado do gás natural permite passarmos de 30% para 45%, portanto, a metade da eficiência de uma hidrelétrica. Além disso, quando consideramos a termoeletrica, temos que considerar o combustível. O investimento é muito menor.

Por isso o investidor privado prefere o investimento termoeletrico, porque desembolsa muito menos. Porém, o preço do combustível, o preço da manutenção, que também é muito mais cara, é passado diretamente para o consumidor na tarifa. Essas são informações gerais com as quais trabalharemos a partir de agora.

O que aconteceu no Brasil? Tínhamos esse sistema hidrelétrico que funcionava. O risco de déficit, no passado, era de 5%. Havia 5% de probabilidade de não haver disponibilidade de energia. Fora do Primeiro Mundo, estávamos em melhor situação. Tenho dúvidas relativas à Coreia, pois não sei se está fora ou já se encontra no Primeiro Mundo. Na América Latina, o Brasil era o melhor, bem à frente da Argentina. Sem dúvida, melhor que o sistema da Índia, onde vemos geradores de "diesel" em frente a várias lojas. No Brasil, criou-se um sistema razoável. O atendimento à população urbana encontra-se num patamar acima de 90%, uns 95%. O atendimento à população rural é péssimo, da ordem de 45%, mais ou menos, dependendo do Estado. A população rural do Brasil sempre foi abandonada infra-estrutura necessária à vida. Esse sistema hidrelétrico funcionava dessa forma. O risco de déficit hoje, no Brasil, já supera 11%, mais que o dobro de antes. O "apagão" de março, que dizem ter sido o aperitivo do que vem por aí, não foi devido a raio algum que caiu em usina de transformação em Bauru, porque, naquele dia, não caiu nenhum raio naquela localidade, pois lá não estava chovendo, nem nuvem havia. Foi uma mentira oficial, transformada em verdade pelos órgãos de divulgação e pelo Ministro. Vejam a que ponto chegamos: um raio cai onde não está chovendo e não há nuvem. E existe um sistema de detecção de raios que marca, com boa precisão, onde caem, e sabe-se que a menos de 50 km de Bauru não caiu raio algum. Portanto, criou-se uma mentira para disfarçar o fato de que o sistema elétrico brasileiro está em crise, está instável. Se caiu um raio, não foi numa subestação, foi na linha. Neste momento em que estamos reunidos, a probabilidade de que esteja caindo um raio em uma linha em algum lugar do Brasil é superior a 80%, mas nem por isso vai cair todo o sistema de rede elétrica brasileiro, porque ele é protegido contra isso. Raio em linha cai a toda hora, bastando chover em algum lugar, porque a linha de transmissão elétrica é um grande pára-raio horizontal, tendo, inclusive, um fio em cima, chamado pára-raio. O que caiu foi um raio no pára-raio, e o Ministro saiu, descabelado, dizendo que caiu um raio numa subestação, que não sofreu queda de raio algum. O sistema está vulnerável e ficará mais ainda. E isso porque, com as privatizações, o Governo suspendeu os investimentos nas estações, o que é, também, um dos compromissos com o FMI. Com a queda de investimentos, as obras pararam. E o investidor privado que ocuparia o seu lugar, não para fazer hidrelétrica, mas sim termoeletrica, a gás natural da Bolívia, não fez. Outra grande mentira, que sai a cada dois meses nos jornais, é o grande programa de termoeletricas do Brasil, que não existe. Essas termoeletricas, acreditem, apenas existem nas páginas dos jornais e no discurso do Sr. Ministro. Elas não estão sendo feitas, porque o investidor privado resolveu não colocar o seu dinheiro, como é da sua prática. Existe uma coisa agora, na área elétrica, chamada "project finance".

Essa é uma forma complicada de se dizer: eu não gasto o meu dinheiro. O "project finance" é o seguinte: a empresa chega no Brasil e diz que se derem dinheiro a ela nas condições que ela quer ela faz a obra. "Do meu dinheiro, coloco no máximo 30%, 70%. Quem quer me dar da forma que eu desejo que me dê?" O resultado é que não foi feita obra nenhuma. Agora será feita, talvez, porque a PETROBRÁS está cheia de gás entalado, sem mercado. O gasoduto Brasil-Bolívia, como bem colocou o Deputado Haroldo, é uma obra paulista e não tem mercado em São Paulo, porque a indústria ainda não passou para o gás natural e vai demorar um pouco para isso. A PETROBRÁS está agoniada, porque está pagando o gás natural à Bolívia. O contrato é o seguinte: ou pega o gás ou paga o gás do mesmo modo. Se você não tem mercado, fica pagando por um gás que não tem mercado. E a PETROBRÁS é a principal sócia, embora o gasoduto seja privatizado. Ela está, agora, entrando no negócio da termoeletrica, para financiar algumas obras ou fazê-las em parceria, a fim de conseguir colocar o gás.

Outro fator importante é que a maior parte da classe média não presta muita atenção na conta de luz residencial, que aumentou estupidamente. Estamos pagando caro, no Brasil, por uma energia elétrica residencial, principalmente para o consumidor médio, porque ainda existe uma atenuação do desconto, a chamada tarifa social, para quem consome muito pouco, a população mais pobre. A tarifa que estamos pagando é o dobro da norte-americana. Já estamos pagando uma energia elétrica residencial próxima a US\$100,00 por MW/h. Isso foi feito para viabilizar as privatizações. E, com isso, a Light, as grandes distribuidoras que compraram as principais distribuidoras de energia elétrica do Brasil ganham muito dinheiro, porque Furnas vende a eles a energia elétrica numa faixa de US\$20,00 por MW/h, sem a transmissão, e, se esta estiver incluída, o preço aumenta um pouco. E terá que aumentar o preço da nossa energia. Se tomarmos o preço do gás natural, que está cotado pelo Governo Federal a dois dólares vírgula alguma coisa por milhão de BTU, uma unidade de energia térmica, e calcularmos qual será o custo de geração elétrica com esse gás natural, incluindo a amortização do investimento da termoeletrica e a operação, além do preço do gás natural, a termoeletrica vai gerar energia a R\$80,00 por MW/h. O preço considerado referência, hoje, para se admitir uma obra pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica, já citada na primeira intervenção, é R\$57,00 por MW/h. E é com esse valor máximo que se calcula a base tarifária que temos. Isso quer dizer: para remunerar a termoeletrica que vem por aí, será preciso aumentar muito o preço da energia elétrica.

Mas a termoeletrica não virá em menos de três anos, porque, como elas ainda não começaram a ser feitas até este momento e como uma obra muito rápida de termoeletrica-gás natural, que é a mais rápida possível, leva três anos, não teremos a quantidade de geração por três anos. Se analisarmos a situação atual, que vem já se propagando desde o famoso "apagão" de março até agora, os reservatórios das hidrelétricas brasileiras estão vazios, mais do que há alguns meses, porque foram mal operados, não por culpa do operador do sistema, mas sim por falta de usinas. Aquele esquema de que falei no início, com grandes reservatórios para a água poder ser usada na base e ser compensada a sazonalidade de uma acumulação de água, chamada pelos técnicos de plurianual, reservatórios que armazenam água de muitos anos para outro, foi usado inadequadamente, por falta de usinas e de investimento, e fez com que o nível da água baixasse.

A situação é complicada. As usinas térmicas da privatização não foram feitas, por mais que o Ministro diga que foram. Acreditem, não foram feitas, como também não caiu o raio. E por mais que os Ministros todos digam que caiu o raio, não caiu. Por mais que digam que há um monte de termoeletricas em andamento, não há, há um monte de termoeletricas no papel, o que pode representar até um desejo de que sejam, de fato, feitas, porque é indispensável se fazer alguma coisa.

Até agora nada foi feito, a não ser uma termoeletrica no Mato Grosso do Sul, uma no Mato Grosso e outra no Rio Grande do Sul, por meio de um grande programa. Agora estão

falando em 49 termoeletricas, que deverão sair, porque a PETROBRÁS colocará o seu dinheiro, que é público. A ELETROBRÁS, moribunda, que já estava com o caixa encenado, no velório, foi retirada do caixa para assumir a tarefa de ser a compradora de última instância. Isso é conversa de economistas do Governo. Há uns nomes em "project finance", de compradoras de última instância, que querem dizer o seguinte: se houver prejuízo, paga-se, com o dinheiro público, das estatais. Além disso, o Governo compromete-se com as empresas privadas a aumentar a tarifa para pagar o gás natural ao preço atual. A lógica disso é fácil de explicar. Os cálculos foram feitos com base na paridade do dólar com o real, da época anterior à desvalorização. Garantiram que a paridade não mudaria, então fizeram planos baseados nisso. Mas as coisas mudaram. O gás da Bolívia é pago em dólar, porque, ao seu lado, localizam-se as indústrias multinacionais, que compartilham das reservas e do gasoduto. O contrato é em dólar. O pior é que o preço do petróleo aumentou bastante, e, na fórmula do custo do gás, entra o preço do petróleo. É até natural que entre, já que o petróleo é o combustível diretor, que orienta o preço de todos os combustíveis. O gás é sempre mais barato que o petróleo, mas há uma relação entre eles. Fatalmente, as pressões das próprias multinacionais farão com que o preço do gás aumente, se o petróleo ficar nesse patamar. Ou seja, entramos em um buraco de difícil saída.

Finalizando, há algo fundamental a ser dito. Estamos frente a um agravamento brutal da situação - digo isso pelo que já foi dito aqui -, com a privatização das geradoras que restaram. De fato, ainda não se privatizou a principal geradora brasileira, apenas foi privatizada a GERASUL. Quando essa empresa foi privatizada, verificou-se que o Governo estava fazendo outro negócio. Ao privatizar a GERASUL, que era uma empresa concessionária de serviço público, transformou-a em um produtor independente. A figura do produtor independente vem dos Estados Unidos, onde quase todas as hidrelétricas são públicas e em número maior que o total das hidrelétricas brasileiras em potência. Os Estados Unidos jamais privatizaram hidrelétricas, devido ao problema da água. Não houve privatização de grandes sistemas hidrelétricos em lugar nenhum do mundo. Isso é uma mentira. O Canadá não privatizou, os Estados Unidos não privatizaram suas empresas. Privatizaram o Chile e a Argentina, que possuíam umas porcas de hidrelétricas. Privatizaram essas hidrelétricas porque são paizinhos como nós, ajoelhados, de cócoras e incapazes de se impor e defender seus interesses. Temos um Governo assim. E, perdoem-me, não temos, no Legislativo, um apoio para questões como essas que estão sendo expostas aqui desde a primeira intervenção. É necessário que prestemos atenção nesse processo. O Brasil possui a ELETRONORTE, no Norte; a CHESF, no Nordeste; Furnas, em nossa região; e a GERASUL, antiga ELETROSUL, na região Sul.

A idéia é privatizar todas, mas só privatizaram, por enquanto, a GERASUL. As outras eram distribuidoras de energia elétrica. A GERASUL deixou de ser uma concessionária e passou a ser um produtor independente. A figura norte-americana do produtor independente é uma empresa que pode gerar energia elétrica, se quiser. Ela entra para competir com a concessionária, para pressionar a concessionária. Aqui no Brasil, estamos eliminando a concessionária. Isso quer dizer que a GERASUL pegou as usinas cuja construção o povo brasileiro pagou ao longo do tempo e tem o direito de fazer o que quiser com elas. Ela não é obrigada a atender o consumidor público; ela poderá fazer com a sua energia o que bem entender. E esse é o plano para Furnas. Privatizar Furnas é dar um tiro na cabeça. É de uma burrice que não tem tamanho. O Deputado Haroldo, inclusive, citou duas figuras: uma, de um Embaixador que, na Câmara, propunha o sistema de privatização do Brasil e a outra, de um dirigente de uma empresa espanhola que já se preocupa com a privatização do Brasil. A esculhambação é tamanha que talvez a nossa salvação seja os americanos se preocuparem. Há uma taxa de corrupção imensa nisso. Dirigentes públicos passam a ser funcionários dessas empresas, após vendê-las, e transitam de salários na faixa de R\$5.000,00, quando bem pagos, para a faixa, pasmem, de R\$50.000,00. Isso é corrupção. Facilita-se para, depois, ganhar. É corrupção no sentido da facilitação de alguma coisa. É por isso que nos Estados Unidos não se privatiza nada. Eles têm a maior economia privada do mundo, mas não foi feita com investimento público para depois passar a ser privada. Isso aconteceu apenas na indústria militar americana, que depois recebeu o nome, dado pelo Gen. Eisenhower, de Complexo Industrial Militar, de parafuso de US\$50.000,00. O Brasil está fazendo isso.

Finalizando, acho que estamos frente a uma coisa gravíssima. Ainda bem que este Estado tem uma posição impar, porque está enfrentando o problema da CEMIG com êxito, mostrando que tem condições de enfrentar outros problemas. Não somos contra parcerias com sócios norte-americanos ou franceses. Vamos fazer a parceria, mas vamos mandar no que é nosso. O que foi feito na CEMIG foi dar minoria de ações ao controle da empresa. Não se pode fazer isso. A Light foi vendida de forma idêntica. Se somássemos as ações do BNDESPAR com as do BNDES e da ELETROBRÁS, a Light não seria de propriedade da IDF francesa, associada com o grupo americano. Quem ficou com a maioria das ações foi o Governo Federal, que, gentilmente, cedeu o controle da empresa. Se ele totalizasse suas ações, ele teria o controle da empresa.

Seria ótimo que pudéssemos sair desta reunião com uma emulação de apoio ao Governo de Minas, não só na questão da CEMIG, mas também na questão de Furnas. Ela é uma questão de segurança, de segurança da população, da vida, não de segurança nacional abstrata. Esse é um assunto que permite, a meu ver, o uso da força de polícia do Estado contra a privatização, porque diz respeito à segurança da população. (- Palmas.) E a segurança da população é de responsabilidade do Executivo Estadual. Há um confronto de legislação entre o poder do Estado e o interesse de um grupo empresarial privado estrangeiro contra o interesse da população. Podemos interpretar que cabe, sim, o uso da força militar sediada no Estado. A questão de Furnas deve chegar a tal ponto, sim, porque, em algum momento, tem que haver o basta. Não se pode deixar acumular esse passivo de saldo negativo das privatizações no setor elétrico para depois chorar. As privatizações foram ilegais, foram feitas usando medidas provisórias para alterar normas constitucionais. As privatizações do setor elétrico brasileiro foram ilegais; não têm valor constitucional, numa análise jurídica.

É responsabilidade dos Governos defender a segurança de suas populações. Deveria haver uma coalizão de Governos que se colocam como oposição, como os do Rio, de Minas, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul, todos dependentes da hidroelétrica de Furnas, para bloquear a sua privatização da forma como está prevista. Poderíamos, depois, discutir a transposição da água, sob outra forma de privatização, que pudesse garantir o caráter público da empresa, admitindo-se a participação de sócios estrangeiros ou nacionais, mas mantendo-se o controle da empresa no Estado. Essa é outra história. Isso, na Europa, é o que chamamos privatização. Quando se divulga que a Companhia Italiana Enel de Energia Elétrica... A realidade é que o Estado deixou de ter 100% das ações, passando a ter 80, 70 ou 60% delas. Essa é a privatização europeia. Quando se diz que a Noruega privatizou companhias elétricas, essa não é a verdade, pois ela separou as companhias do Estado em duas; não houve privatização. E os Estados Unidos não privatizaram nada. O exército americano tem hidroelétrica. O Canadá mantém estatais, a HidroQuebec e a HidroOntário. Há uma mentira em andamento, e podemos, na universidade e nestas reuniões com os parlamentares, tentar esclarecê-la. A partir de então, cabe aos Governantes e à população atuar em defesa do que considerar correto. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Agenor de Oliveira

Boa tarde a todos. Gostaria de manifestar meus agradecimentos à Assembléia Legislativa, na pessoa do Deputado Gil Pereira, que preside a Mesa em mais esta oportunidade. Já estivemos presentes em outros fóruns de discussão, como o de Alfenas e o do ano passado, nesta Casa, sobre a questão da privatização de Furnas. Cumprimento, ainda, meu querido companheiro de diretoria, Prof. Pinguelli, como sempre contundente em suas observações; o Deputado Haroldo Lima; e o meu companheiro Clayton, da CHESF. Ficaram aqui muitas afirmações e a importante indagação feita pelo Clayton: "Por que privatizar?". Temos duas hipóteses claras, que talvez sejam complementares: querem privatizar o setor elétrico brasileiro por pura burrice ou por pura desonestidade, ou pelo somatório das duas coisas, pois nem o FMI concorda com a forma com que se pretende privatizar esse setor, já que não se interessaria em comprar essas empresas de acordo com as regras do Governo, sem uma regulamentação clara, possibilitando que os lucros efetivamente desejados por eles sejam obtidos com clareza. O setor elétrico brasileiro está sendo colocado à venda, sem nenhuma regulamentação e por uma agência totalmente despreparada para conduzir o processo de regulamentação do setor, a ANEEL, embora haja boa-vontade de alguns de seus membros. Não há, por sinal, efetiva atuação do Governo e dos órgãos reguladores responsáveis. Os interessados em conhecer mais profundamente essa questão da desregulamentação do setor elétrico podem verificar, no "site" do ILLUMINA, o discurso do Presidente da Tennessee Valley Authority - TVA -, uma das maiores empresas hidrelétricas americanas públicas, para saber o que os Estados Unidos pensam a respeito da gestão de empresas públicas de energia elétrica, lá. Certamente, embora esse país tenha adquirido 37% de tudo que foi privatizado no Brasil em termos de energia elétrica, não teria o interesse de colocar o seu dinheiro aqui. Daí a existência dos "projects finances", que representam a maneira de se adquirir, com o dinheiro alheio, os bens públicos dos países subdesenvolvidos.

Assim, vocês compreenderão por que os Estados Unidos não privatizam as suas empresas públicas; por que, das 3 mil empresas americanas que são geradoras de eletricidade, 2 mil são do governo ou de cooperativas de consumidores.

É importante fazermos algumas observações rápidas, porque acredito que as considerações técnicas mais importantes e fundamentais já foram feitas. Represento também a Associação dos Acionistas Minoritários de Furnas. É importante ressaltarmos que a discussão de hoje não é sobre a água, mas, como disse o Prof. Pinguelli, sobre a falta de água. As pessoas que tiverem a curiosidade de consultar o "site" da UNS, que é um "site" confiável, e verificarem as curvas de reservatório de água, perceberão que estamos à beira de um racionamento no mês de agosto, caso a tendência da curva dos reservatórios permaneça a mesma, que é infinitamente menor do que a do ano passado. Então, podemos estar diante de um processo de racionamento, que já deve estar sendo discutido no Governo e que, provavelmente, irá nos pegar no meio do ano. É fundamental que a Comissão de Infra-Estrutura da Câmara dos Deputados, o Senado Federal, os Estados diretamente envolvidos com essa questão comecem a estudar profundamente esses problemas, intervindo de forma objetiva e clara, porque as soluções e propostas alternativas ao que o Governo Federal pretende fazer com o sistema elétrico brasileiro já existem.

Hoje, eu e o companheiro Clayton estávamos conversando sobre a necessidade de se considerar o sistema brasileiro de uma forma integrada, não só pela interligação das linhas de transmissão que já existem, possibilitando que tenhamos 20% a mais de energia gerada, sem que seja preciso construirmos uma única usina, mas também é preciso que as empresas, as pessoas, as entidades atuem de forma conjunta nesse processo. Não adianta acreditarmos que evitaremos a privatização da CHESF, de forma isolada; que evitaremos a privatização de Furnas, de forma isolada; que evitaremos a privatização da ELETRONORTE, de forma isolada - já que não conseguimos evitar a privatização da ELETROSUL, embora tenhamos trabalhado duramente para isso, mostrando a desonestidade que havia naquele processo, porque havia desonestidade naquele processo, como houve desonestidade no processo da venda da LIGHT, como houve desonestidade no processo de venda da CERJ, como essas privatizações estão sendo responsáveis pelo aumento do desemprego dos técnicos até de nível médio, como a desnacionalização da mão-de-obra é tão perigosa e tão grave quanto a desnacionalização do controle dessas empresas -, pois é fundamental que

tenhamos uma ação conjunta não só construindo um modelo alternativo. Estaremos nos reunindo em Vitória, a partir de amanhã, consolidando esse projeto alternativo, e é claro que pretendemos passar isso para a sociedade. É fundamental que o setor energético brasileiro - não só o setor elétrico - seja tratado de forma conjunta, é fundamental que os companheiros da ELETROBRÁS estejam juntos com os companheiros da PETROBRÁS e de Furnas, porque não podemos tratar a matriz energética brasileira somente como um processo das nossas usinas. Estamos trabalhando na construção desse novo modelo e, certamente, numa alternativa muito mais plausível do que essa que está sendo posta neste momento.

O Governo alega que não tem recursos para investimentos. O lucro que existe entre a tarifa de geração, transmissão e distribuição verticalizada, que ainda hoje as empresas estatais sobreviventes vendem em relação ao valor da tarifa que é repassado para os consumidores finais, é alguma coisa em torno de US\$45,00 por megawatt/hora ao ano.

Se levarmos em conta que o consumo de energia neste País é da ordem de 300.000.000mW/hora/ano e se fizermos uma conta simples de multiplicar, vamos ver que temos em torno de US\$13.500.000.000,00/ano que, se fossem efetivamente reinvestidos no setor elétrico, energético, não estaríamos passando agora por esse problema.

A questão da queda-d'água nos reservatórios poderia ser perfeitamente equacionada se não tivesse havido a privatização das pessoas nas empresas estatais, por meio do plano de demissão voluntária irresponsável que foi feito ali, desmontando as equipes de planejamento, desmontando os quadros técnicos, que sempre verificaram o sistema integrado e fizeram o planejamento, sempre com antecedência de, pelo menos, dois anos.

Então, meus companheiros, acredito que as soluções estão aí. A falta de vontade política deste Governo, que procura inovar num país essencialmente hídrico como o nosso, está colocando em risco a maioria da população brasileira, a fim de beneficiar uma minoria de investidores não só internacionais, mas que também estão neste País buscando lucros irresponsáveis. Serão lucros em curto prazo, porque, na hora em que começarmos a ter aqui colapsos energéticos, como aconteceu no Chile e na Argentina, a nossa realidade é muito mais complicada do que a desses países, e poderemos ter problemas muito mais graves. Racionamento de energia implica num desemprego muito maior. A falta de energia neste País será drástica.

Então, é fundamental que este fórum tire algumas ações concretas. O Governo de Minas vem tendo uma ação extremamente corajosa. Nós, da Associação dos Acionistas Minoritários e do ILUMINA, temos hoje o Governador Itamar Franco como um dos acionistas minoritários de Furnas, com direito a voto naquelas assembleias. Temos aqui o nosso querido ex-Presidente Dr. Marcelo Siqueira, um dos responsáveis pela implementação da ação da cidadania em Furnas, pela implantação do COEP, quer dizer, não se pode ver as empresas públicas, as estatais, uma empresa como Furnas apenas como geradora de energia. É, também, uma empresa que gera cidadania, emprego, tecnologia e desenvolvimento para este País.

Fui breve, embora tenhamos perdido tempo na mudança de local e tenhamos este Plenário tão atento e preocupado com os questionamentos que consideram necessários. Agradeço a todos. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Marcelo Siqueira

Deputado Gil Pereira, Presidente desta importante reunião em que estamos tratando de um assunto tão importante neste Dia Mundial das Águas, senhores participantes da Mesa, patriotas que aqui estão, porque somente os patriotas se interessam por um assunto tão importante, quando estão vendendo o nosso País, entregando as nossas riquezas, querendo acabar com o Brasil; no Dia Mundial da Água, poderíamos falar de vários assuntos referentes a ela. Sabemos que a água tem uso múltiplo. Podemos usar a água para o dia-a-dia do ser humano, para beber, para a higiene, para a alimentação. A água pode ser usada para irrigação na agricultura, a navegação nos rios, a geração de eletricidade, a piscicultura (também para alimentação do homem) e o lazer.

Os que me antecederam, Deputado Haroldo Lima, Engº Clayton, Prof. Luis Pinguelli Rosa e Agenor de Oliveira, que preside uma ONG, que tem o nome de ILUMINA, da qual também faço parte, falaram sobre o assunto ligado à geração de energia.

Já tive a oportunidade de trabalhar na área pública, em duas áreas dessas que citei, em que a água está presente: inicialmente, em 1967, como Presidente da Companhia de Saneamento de Juiz de Fora, a CESAMA, quando Itamar Franco foi Prefeito de Juiz de Fora pela primeira vez. É uma empresa criada por ele nos idos de 1963, quando neste País ainda se engatinhava na área de saneamento.

Posteriormente, no seu Governo na Presidência da República, em 1992, tive a honra de ser Presidente de Furnas, essa grande empresa geradora e transmissora de energia elétrica. E digo sempre que pode haver alguma igual no mundo, mas melhor não existe. É uma empresa que exporta tecnologia. É uma empresa de ponta que atua, praticamente, no mundo inteiro.

Na Presidência de Furnas, tive a oportunidade de visitar Moçambique para ajudar aquele País no seu desenvolvimento, como também Angola, Porto Rico, Venezuela e vários países do mundo afora, onde Furnas atua, vendendo a sua tecnologia.

Furnas tem um laboratório em Goiás, um laboratório de concreto que é o mais adiantado do mundo. Não existe país no mundo que detenha tecnologia na construção de hidroelétricas como Furnas detém. Não existe país no mundo... O Brasil, inclusive, atua nessa grande obra chinesa que é a construção da hidroelétrica de Três Gargantas.

Mas vou passar para um tema que é a água em relação à companhia de saneamento a qual hoje presido: a COPASA. Mas antes quero tratar do caso da CEMIG, e o Prof. Pinguelli disse que o Governo Federal parou a construção de hidrelétricas. Parou como forma de pressionar a privatização, ameaçando e dizendo que vai ter colapso se não se privatizarem as nossas empresas geradoras, de uma forma, digamos, sem nenhuma ética, querendo mostrar à Nação: "Ou privatiza, ou vamos ficar às escuras".

Aqui, em Minas, temos exemplo diferente: em primeiro lugar, o Governador Itamar Franco tirou da CEMIG os sócios minoritários, os chamados sócios estratégicos, que de estratégicos não têm nada, somente seriam sócios capitalistas. Retirou-os de lá, dando controle total da empresa ao povo mineiro. Enquanto estavam lá, esses sócios estrangeiros, a CEMIG não iniciou nenhuma hidrelétrica. Atualmente, em um ano e três meses de governo, a CEMIG já está construindo as hidrelétricas de Aimorés, Porto Estrela, Queimados, Funil e Pai Joaquim e terminando de contratar a construção de Irapé. São seis hidrelétricas, e a potência dessas seis somadas atinge mais de 1.000MW, o equivalente a aumentar a potência de geração da CEMIG em 20%. E aumentar a potência do Brasil em torno de 20%.

Quando o Governo quer, quando o Governo visa ao bem comum e olha o seu povo, constrói obras, gera empregos, cria condições para que o País e o Estado se desenvolvam, melhorando a qualidade de vida do seu povo. A CEMIG está assim e vai continuar sob o controle do povo mineiro, assim como Furnas. Como disse o Prof. Pinguelli, é um caso de polícia, sim, a privatização de Furnas. Deve-se agir de todas as formas para se evitar esta coisa terrível que se tenta fazer, que seria a privatização das nossas geradoras, a começar por Furnas.

Vou falar na área de saneamento. Ontem, tive a oportunidade de receber, na minha cidade, Juiz de Fora, a pedido do Governador Itamar Franco, o Ministro José Serra, da Saúde. Eu havia lido no jornal, nesse dia, uma entrevista do Ministro em que ele dizia: "Sou contrário à privatização das empresas de saneamento". Daí se nota que aquele bloco monolítico do Governo Federal todo voltado à privatização começa a se trincar. É um Ministro forte, é um Ministro que está comandando a área da saúde. Por que ele fala isso? Porque, agora que ele está comandando o Ministério da Saúde, ele sabe que, para cada R\$1,00 que se investe em saneamento básico, por dados da ONU, por dados da Organização Mundial de Saúde, economizam-se mais de R\$5,00 em saúde. São menos internações, são menos leitos hospitalares, são menos remédios, são menos paralisações na força de trabalho. Ele diz ainda mais nessa sua entrevista. Acha sem nenhuma ética o que o Governo Federal está fazendo. Se você, hoje, procurar a Caixa Econômica Federal ou o BNDES para pedir financiamentos para investir em saneamento, na construção de estações de tratamento de água, na construção de redes, e elevatórias e na construção de estações de tratamento de esgoto, eles têm o caradurismo, como já fizeram comigo, de dizer assim: "Você privatiza a sua companhia que te damos financiamento. Sendo estatal, não". O Ministro José Serra é contrário a isso porque sabe que é um ato lesivo aos interesses do povo brasileiro.

Sabemos perfeitamente que o saneamento básico é importantíssimo na eliminação de várias doenças que são veiculadas pela água, como a hepatite, a dengue, a disenteria. Uma série de doenças que, através de uma água de qualidade, de uma água tratada, vai ser evitada.

Sabemos, como se falou aqui em levar as águas do rio São Francisco para abastecer e irrigar o Nordeste, que o rio São Francisco tem o rio das Velhas, que é a principal fonte de abastecimento de água de Belo Horizonte, onde são jogados os nossos esgotos, como seu maior afluente. Em Minas Gerais estamos trabalhando também na despoluição dos nossos rios, construindo a primeira estação de tratamento de esgoto de Belo Horizonte, que é a do ribeirão Arrudas, afluente do rio das Velhas, com projeto já feito, e procurando condições para fazermos a estação de tratamento do ribeirão do Onça. Com isso, vamos tratar 80% dos esgotos de Belo Horizonte e de Contagem. Assim, Deputado Haroldo Lima, para que vocês não usem lá uma água poluída, uma água sem qualidade, isso deverá ser feito em todos os rios brasileiros, em todos os rios mineiros. Mas para se fazer isso, precisamos de recurso, financiamento e até de dinheiro a fundo perdido. E vem o Governo com essa horrível posição de só arranjar o dinheiro e financiar se determinado Estado privatizar a sua empresa. Em Minas, a COPASA não será privatizada. No Governo Itamar Franco, será uma empresa mineira e dos mineiros. Uma empresa que atua em 581 cidades e localidades de Minas Gerais, abastecendo com água de qualidade mais de 10 milhões de mineiros. Assim, vai continuar na expansão do serviço de tratamento da água e dos esgotos no grande projeto de despoluição dos rios mineiros.

Precisamos unir nossas forças. Quando era Presidente de FURNAS, a partir de 1992, nessa época é que se iniciou essa conversa de privatizar FURNAS. Naquela oportunidade, em contato com o então Presidente Itamar Franco, conseguimos iniciar um movimento que vem até hoje, lá se vão oito anos nessa luta, que deve ser de todo o povo mineiro e brasileiro, de dizer "não" à FHC, "não" à venda do Brasil e "não" à entrega de nossa Pátria. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Ivo José

Deputado Gil Pereira, que preside esta sessão; cumprimento os nossos expositores, Eng. Clayton Ferraz de Paiva, Deputado Haroldo Lima, Prof. Luis Pinguelli Rosa, Sr. Agenor de Oliveira, Sr. Marcello Siqueira. Fazemos ainda um registro especial para cumprimentar os Deputados Eval Galazi e Gilson Amaro, que integram esta Mesa e são nossos colegas dessa CIP - rio Doce - da qual sou o 1º-Secretário e que tem como Presidente o Deputado Anderson Aduino. Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Deputado Anderson Aduino por colocar o Poder Legislativo sempre disponível e aberto a debates como esse que estamos realizando nesta tarde. Esses debates dão a oportunidade de ouvir - como ouvimos aqui - ilustres conhecedores de questões às quais, às vezes, a nossa população não tem acesso pelos meios de comunicação. Essas questões falam diretamente da nossa soberania e da necessidade de reagirmos e nos unirmos todos nós, brasileiros, para que possamos alimentar um pouco de esperança de dias melhores para o nosso povo.

Vamos, sim, ocupar, usar todas essas trincheiras, todos esses espaços para fazer com que a população seja informada, tenha acesso a dados, como tivemos aqui, por intermédio de nossos expositores. Somente com a população informada, mobilizada e tendo oportunidade, poderemos, de fato, dar seqüência a uma luta que precisa ser intensificada.

O Dia Mundial das Águas é simbólico, é importante nessa luta. Fica, então, o nosso agradecimento a todos que contribuíram e vieram a este ciclo de debates, que é mais um entre aqueles que estamos fazendo nessa luta, nesse enfrentamento com a política do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Registro com satisfação a presença do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, companheiro Tilden Santiago, esse grande idealista, grande companheiro, nesta tarde, participando conosco deste debate.

Gostaria de trazer algumas considerações. Dado, porém, o adiantado da hora, vou deixar de fazê-las e resumirei a nossa participação no registro da satisfação com que estamos desenvolvendo, junto com colegas Deputados do Estado do Espírito Santo, a CIPE do Rio Doce.

Essa CIPE foi espelhada na CIPE do São Francisco. É uma Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos voltada para a recuperação da bacia do rio Doce. Formada em agosto do ano passado, estamos, portanto, quase completando um ano de atuação, sem parar um mês sequer as nossas atividades, as internas das Assembléias de Belo Horizonte e de Vitória, no Espírito Santo, bem como e principalmente nas cidades que compõem a bacia do rio Doce, discutindo com as lideranças locais, regionais essa questão das águas, que precisa, cada dia mais, buscar o envolvimento e a mobilização da população, das crianças ao Prefeito da cidade, os Vereadores, os empresários, as ONGs, todos que têm alguma responsabilidade na sociedade.

Fizemos atividades todos os meses, conseguindo que a questão estivesse permanentemente sendo discutida e buscando sempre, por meio da participação da sociedade, a mobilização necessária para fortalecer a luta.

Estamos trazendo, a partir dessa experiência que estamos desenvolvendo na bacia do rio Doce, o nosso integral apoio contra a privatização de Furnas. Parece que não, mas tem tudo a ver. Parece que a bacia do rio Doce é uma questão isolada, mas não é. Precisamos adquirir essa consciência de integrarmos-nos nacionalmente em torno da questão das águas. Cada bacia, cada comitê, cada consórcio precisa estar mobilizado, discutindo a questão das usinas hidrelétricas, da recuperação das nascentes, do lixo ou da educação ambiental. Onde estivermos, temos que buscar a integração das ações em torno desse ideal importante para a consciência cidadã do nosso povo.

Aqui, em Minas Gerais, tivemos algumas privatizações cujas conseqüências estamos sentindo agora, como as da USIMINAS, da ACESITA, da Vale do Rio Doce, em que vimos reduzir-se à metade a quantidade de empregos. Temos exemplos de sobra das conseqüências nefastas da privatização.

Não podemos permitir que essa sanha capitalista, essa insanidade aconteça em torno da questão de Furnas, que já foi muito bem colocada pelos nossos expositores. Faço um registro também em nome dos nossos colegas integrantes da CIPE do Rio Doce de apoio, de união de esforços, para que possamos dar um basta, e a população venha cerrar fileiras, unir o Brasil de ponta a ponta, na defesa das nossas águas. Nossos agradecimentos a todos aqueles que, na tarde de hoje, trouxeram grande contribuição para nossa luta. Esperamos que a partir de hoje, dia 22, Dia Mundial das Águas, possamos sentir cada vez mais fortalecida a nossa luta, a nossa mobilização em defesa das nossas águas. Boa tarde a todos.

Palavras do Sr. Tilden Santiago

Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, gostaria de destacar a presença do companheiro de parlamento, durante oito anos, Deputado Haroldo Lima, da Bahia, senhores e senhoras, companheiros e companheiras, lideranças aqui presentes, cabe a mim, neste momento, tendo comparecido a este seminário em nome do Governador Itamar Franco, agradecer o convite que lhe foi feito e elogiar, em seu nome, a Assembléia Legislativa pela realização deste evento, principalmente aqueles que contribuíram para a sua realização, desde o seu Presidente, Deputado Anderson Aduino, até o mais humilde funcionário.

Gostaria de lembrar a pessoa da companheira Vânia Santayanna, que tanto se empenhou na realização deste debate, desde o início, e no entanto, por motivo de saúde de seu filho, não pôde aqui estar presente.

Queria dizer que as idéias, os princípios, a defesa da soberania de nossas águas, aqui colocados pelos diferentes oradores, é um tema que bate com o pensamento do Governador que ora represento. O Governo Federal fica preocupado em pensar a questão das águas no Brasil de cima para baixo, da cúpula para baixo, a partir de uma Agência Nacional das Águas, e esta só não saiu do jeito que queriam porque, no Congresso Nacional e a partir da sociedade civil, houve um esforço em modificar as características dessa agência. O Deputado Haroldo Lima é testemunha desse trabalho feito dentro do parlamento. Mas gostaria de lembrar que, no primeiro dia em que foi anunciado aos Secretários de Meio Ambiente de todo o Brasil, em Brasília, pelo Presidente da República, a criação da Agência Nacional de Águas - ANA -, negava-se a cidadania e a participação da população. Quiseram criar a ANA para impedir que a gestão das águas, segundo Fernando Henrique, se submetesse à politicagem dos Ministérios e dos partidos políticos. O Presidente da República negou a dimensão política, a dimensão da cidadania, no momento de criar a ANA. Mas houve um esforço de nossa parte, e acreditamos que a ANA não tenha a configuração inicial. Enquanto isso, em Minas Gerais e na maioria dos Estados, estamos preocupados em administrar a gestão das águas, em organizar a população para que haja um crescimento da cidadania, tendo como referência a qualidade da água, justamente a água e o peixe, que são dois dos mais importantes bioindicadores.

Os primeiros movimentos libertários em nosso Estado e em nosso País tinham como objeto e como alvo o ataque ao mal social, às injustiças sociais, à injustiça e dominação política. Hoje os movimentos libertários ganham maior ênfase ao focar o mal ambiental. É na defesa dos recursos naturais, tanto sólidos quanto hídricos, que se caracterizam hoje, e vão se formatando, os movimentos de libertação com as idéias libertárias de outrora, que ganham nova forma neste momento. Se antes Minas Gerais foi sensível ao grito dos pobres e da população em geral, hoje se mostra sensível ao grito da terra e das águas. Os nossos comitês de bacia hidrográfica terão não só função burocrática, de administrar as águas, como acontece na França, cujo modelo copiamos, mas terão uma tarefa política social de organização da nossa população, em torno dos problemas não só ambientais, mas de todos aqueles vividos pela população de cada bacia hidrográfica do nosso País.

Fica aqui a palavra de agradecimento. Levarei ao Governador um resumo das principais colocações que aqui foram feitas e termino deixando, mais uma vez, o elogio e o incentivo ao Poder Legislativo e àqueles que realizaram este encontro, para que a luta pela defesa da nossa água, pela soberania do que é de Minas Gerais e do Brasil, seja levada não só pelos poderes públicos, mas por toda a sociedade civil. Muito obrigado a todos.

Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres componentes da Mesa, demais autoridades presentes, senhores conferencistas e debatedores, caros representantes das entidades e movimentos sociais que apoiam e participam desta iniciativa da Assembléia Legislativa, minhas senhoras, meus senhores, no encerramento deste histórico debate nacional sobre recursos hídricos, histórico por todos os títulos, pelas presenças e contribuições aqui trazidas, pelo momento que vivemos no País e pela solidariedade que nos une, gostaríamos de trazer a confissão de um segredo, um precioso testemunho. Mesmo que esse segredo já tenha sido totalmente desvendado durante esse debate, vale a pena repeti-lo, principalmente a partir das palavras que, em seguida, leremos.

(- Lê:)

"Quero contar-lhes um segredo" - assim começa o depoimento. "Consultores americanos venderam ao mundo as maravilhas do mercado livre e dos empreendimentos privados, mas, se existe uma nação que manteve seus serviços públicos socializados, esta nação tem sido os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, três de cada quatro cidadãos são servidos por empresas de abastecimento de água estatais. O governo detém quase 100% do sistema de esgoto. Dos 3 mil sistemas elétricos, 2 mil são do governo ou de cooperativas de consumidores." Senhoras e senhores, essas palavras foram ditas há menos de um mês, no dia 25/2/2000, em um seminário promovido pela Universidade de São Paulo, pelo ex-funcionário da Agência Reguladora de Energia de Nova Iorque. Ouçamos, agora, outra revelação, também muito própria para este momento. Ela foi feita, desta vez, pelo Presidente da Agência Federal do Vale do Rio Tennessee - a estatal TVA -, recentemente divulgada no Brasil pelo Instituto de Desenvolvimento do Setor Elétrico - ILUMINA -, tão bem representado neste debate pelo seu Diretor, Dr. Agenor de Oliveira. Em recente discurso, o Presidente da TVA, Dr. Craven Crowell, analisando o papel da energia elétrica como bem público em seu país, os Estados Unidos, afirma: "A nação irá precisar de empresas públicas, mais do que nunca, na próxima década." E acrescenta, sempre com referência, logicamente, aos Estados Unidos: "A realidade, hoje, é que em áreas onde a desregulamentação ocorreu - e onde as forças de mercado estão comandando as decisões - não está havendo aumento da capacidade. Esse quadro só irá mudar - ele prevê - quando freqüentes interrupções no fornecimento de energia começarem a ocorrer, e os preços se tornarem exorbitantes."

Como ninguém costuma ser profeta em sua própria terra, trouxemos esses dois testemunhos de cidadãos dos Estados Unidos, que estão acima de qualquer suspeita. Eles poderiam ser, também, franceses, alemães ou espanhóis, ou seja, moradores dos países do chamado Primeiro Mundo, onde a questão energética e a água têm sido considerados temas de relevante interesse público, sob o estrito controle dos respectivos Estados nacionais.

Diante de depoimentos tão contundentes e isentos, espontaneamente dados por dois importantes dirigentes de empresas públicas de eletricidade nos Estados Unidos, é o caso de perguntarmos a nós mesmos, aqui no Brasil: que política é essa de privatização que virou obsessão do Governo brasileiro em setores estratégicos do País, quando o exemplo da maior potência capitalista do mundo está demonstrando que as chamadas forças de mercado não respondem às necessidades e características sociais desses serviços? E outra pergunta se impõe: Não nos basta o próprio exemplo de nosso passado, quando ainda no segundo Governo de Getúlio Vargas, nos anos 50, foi feito o diagnóstico da inapetência do investimento privado para viabilizar, pela energia elétrica e, ainda, pelas telecomunicações, o desenvolvimento futuro do País? Inapetência que levou o Presidente Juscelino Kubitschek, com sua autêntica visão de estadista, a liberar o Brasil dessa dependência energética que barrava o acesso do País à modernização industrial?

Sr. Presidente, senhoras e senhores, foi exatamente para denunciar e para lutar contra esse retrocesso que ameaça fazer recuar a política energética nacional aos idos dos anos 40 que constituímos, em Minas, a Frente Parlamentar Jorge Hannas, para a defesa de Furnas e em defesa dos Recursos Hídricos Brasileiros. Não se trata de, como querem fazer crer alguns ideólogos de ocasião - melhor diríamos, alguns propagandistas de plantão - desfaldar uma bandeira nacionalista que, para esses senhores, torna-se anacrônica e ultrapassada. Nada disso, o que acontece, simplesmente, é que, no Brasil, como disse alguém, muito se esquece, de 15 em 15 anos, do que aconteceu nos outros últimos 15 anos. Esse esquecimento faz-nos repetir erros imperdoáveis na construção de um grande e autêntico projeto na Nação.

Acaso, perguntaríamos a esses críticos de carteirinha, os dois depoimentos que aqui mencionamos, se tem algum colorido nacionalista ou simplesmente estão baseados na realidade irrefutável dos fatos.(- Lê:)

"Felizmente, forma-se hoje o consenso nacional em defesa de Furnas, uma empresa que mantém, em níveis internacionais, um índice de confiabilidade de 99,9%; que construiu, em seus 42 anos de existência, um padrão de excelência tecnológica que hoje - vamos repetir sempre esses números - responde pelo atendimento de uma área territorial onde estão concentrados 68% do PIB; 73% da produção industrial; 63% do consumo de energia elétrica do País; 47% da população brasileira; e 54% dos consumidores nacionais.

Por feliz coincidência, pudemos contar neste grande debate - que também celebra o "Dia Mundial da Água" - com a presença do eminente Deputado Federal pela Bahia, Haroldo Lima - com sua trajetória pública inatacável e exemplar em defesa dos superiores interesses do País -, como também do Dr. Clayton Ferraz de Paiva, Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco e ex-Presidente da Fundação CHESF.

Ambos fazem lembrar a histórica presença da Companhia de Desenvolvimento do São Francisco - a CHESF -, que exatamente há uma semana completou 52 anos de existência. A CHESF é outro patrimônio nacional, que gera e distribui energia elétrica para oito Estados brasileiros, atendendo a uma população de 40 milhões de pessoas.

Furnas e a CHESF são exemplos de que este País - com seus recursos próprios e com o trabalho criador de sua gente - sabe e pode responder pelos seus próprios interesses, sem curvar-se aos ditados ou às diretrizes impostas de fora para dentro, como se pretende com essa "cortina de fumaça" da onda neoliberal, sob a qual a privatização passou a ser vendida como uma espécie de panaceia universal.

Mas a Nação desperta, e nela há vozes que não guardam o silêncio cúmplice da omissão; como o fez e o faz, no campo político, entre outras lideranças políticas nacionais, a voz altiva e independente do Governador Itamar Franco. Como o fez e o faz, no mundo acadêmico e científico, a voz inteligente e lúcida do Prof. Luís Pinguelli Rosa, que nos honra com sua presença nesta mesa.

Vivemos, aqui, com o debate "Nossas Águas, Nossa Vida", um momento alto da vida política de Minas e do Brasil. Está de parabéns esta Assembléia Legislativa, estão de parabéns todas as entidades e movimentos que participam desta iniciativa, todos os parlamentares e todas as lideranças engajadas nesta luta. É uma luta que não termina já, pois há de durar até que a sociedade brasileira supere essa etapa de ameaça aberta, e já tantas vezes concretizada, aos mais legítimos interesses nacionais.

A questão da água como bem essencial da vida é hoje, todos sabemos, um tema que mobiliza o mundo inteiro. Neste momento, também se encerra em Haia, na Holanda, o 2º Fórum Mundial da Água, com patrocínio da ONU, mas sustentado, sobretudo, por centenas de organizações não governamentais espalhadas pelo mundo. O próximo fórum já está marcado para Tóquio, no Japão, no ano 2003.

Que daqui até lá também cresça no Brasil e no mundo a consciência de que água, como bem universal, origem, raiz e alimento da vida, é um bem público cuja gestão deve obedecer, igualmente, a políticas públicas sob responsabilidade governamental, a fim de que os seus vários usos sociais estejam em sintonia com os interesses inalienáveis da comunidade humana, aqui e em todas as partes.

A propósito desse caráter mundial que assume a questão hidrológica, gostaríamos de externar, publicamente, nossos melhores agradecimentos ao catedrático de Direito Administrativo da Universidade de Saragoça, na Espanha, Prof. Antônio Embid, aliado de nossa causa comum e que nos enviou, como subsídio para nossas reflexões, o chamado "Livro Blanco del Água" - "O Livro Branco da Água" -, cujo conteúdo, elaborado pelos maiores especialistas espanhóis no assunto, coincide com todas as posições defendidas pelos que se opõem à privatização do setor elétrico brasileiro e que lutam pela gestão pública de todos os recursos hídricos nacionais.

Como homenagem e em agradecimento a todos os presentes, a todos os convidados, queremos repetir aqui as palavras de outro ilustre estudioso espanhol, Prof. Luiz Fernandez:

"Que nunca ninguém se esqueça de que a água do planeta é uma só e única água, a mesma água que corre pelo mundo, aquela que mata a nossa sede e sustenta a nossa vida". Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador (Deputado Ivo José) - Neste instante, daremos início à fase de debates. A coordenadoria informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, que poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente, se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para sua intervenção.

Debates

O Sr. Coordenador - Temos duas inscrições para intervenção oral e vamos fazê-las em primeiro lugar. O primeiro inscrito é o Sr. Rudenilson, representante da ASEF e da Diretoria de Securidade da FRG, e o segundo é o Sr. Lúcio Guterres. Com a palavra, o Sr. Rudenilson, que disporá de 3 minutos.

O Sr. Rudenilson Antônio Andrade Costa - Boa-tarde a todos. Sou mais conhecido dentro de Furnas como Rud. Sou ex-Diretor do Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, na gestão 1991/1993, e, atualmente, sou assistente do Diretor de Segurança da Fundação Real Grandeza, o fundo de pensão de Furnas. Fui eleito pelos trabalhadores e estou no meu segundo mandato, com mais de 60% da votação em 1º turno. Junto com nossa bancada, somos diretores da Associação dos Empregados de Furnas. Também estão presentes os companheiros Santiago, Severino, Francisco, Nestor e Eliane. Vim dar um testemunho de nossa luta dentro de Furnas, que ocorreu no dia 29/4/99. Formamos um pequeno exército louco, de que fizeram parte os companheiros Agenor e Miranildo, a ASEF, o Sindicato dos Urbanitários e o dos Engenheiros. Esse pequeno exército louco acreditou - junto com o PDT, de que faço parte, o PT e o PC do B - que não haveria a cisão de Furnas. Gostaria de dar esse importante testemunho aos mineiros.

Entramos em greve três dias antes, porque o Presidente renunciou, pressionado pelo BNDES. Eu, o companheiro Miranildo, o companheiro Aderisio e o BNDES estávamos dentro de Furnas, e o negociador estava falando em inglês. Tomamos, então, uma posição, no pátio do escritório central: vamos expulsar esse canalha daqui. Fomos lá em cima e o expulsamos. A partir disso, todo o sistema da empresa passou a saber que estava havendo uma reação.

No dia 29/4/99, estava marcada a assembléia da cisão de Furnas. No dia 28, à noite, graças ao falecido Deputado mineiro, mas carioca de coração, Lisâncias Maciel, junto com o Paulo Ramos, tivemos uma reunião a portas fechadas com o Governador Leonel Brizola, com toda a corrente de esquerda do Rio de Janeiro e de Furnas. Disse claro para o Governador Leonel Brizola: nunca pedi nada a esse partido, em que milito há 15 anos, mas se tiver de matar ou morrer amanhã, companheiro Leonel Brizola, vamos dar a nossa vida a esse pequeno grupo. Comprometeu-se a trabalhar, mas infelizmente não estaria lá no dia da cisão. Encontrou-se com o companheiro Lula, no João Caetano, durante a discussão da dívida da terra, dizendo-lhe: "Lula, esteja presente, em meu nome. Disse para o Governador Garotinho que recebesse a comissão de trabalhadores no Palácio. Recebeu. Eu e meu companheiro Chico estávamos com outra tarefa, que era buscar explosivos na Baixada Fluminense. Fomos buscá-los e os estocamos. Até helicópteros iamos derrubar.

Aí ganhamos a liminar, graças ao ILUMINA, ao acionista minoritário, a toda a nossa luta. Não sou parlamentar, não tenho o objetivo de vir a sê-lo. Sou revolucionário e acredito em Deus. Sou um marxista que acredita no Espírito Santo. A nossa luta vai continuar a partir de segunda-feira, porque desceremos à base da empresa, como conversei com a companheira Eliane.

Aí invadimos a empresa no peito e botamos aquelas mil pessoas lá dentro. Graças ao bom Deus, o elevador estava desligado, porque íamos jogar lá de cima quem estivesse em nossa frente, do 16º andar. Ia rolar sangue em defesa do País. Quero dizer aos meus companheiros e amigos o motivo dessa luta. Isso aqui é uma revista. Tem uma esponja aqui dentro. Em oito Estados do Brasil, no Paraguai, na Argentina e no Uruguai existem reservas de água. Isso fica no afloramento em São Paulo, no Araraquara. É uma simples pedra, mas por baixo tem entre 50 e 1.500m contendo 50 quatrilhões de litros da água mais pura do planeta, suficiente para abastecer a população do mundo por uma década. Para se ter uma idéia do exagero, por todos os rios do globo correm, ao longo de um ano, 43 quatrilhões de litros de água.

Essa é a nossa posição política. É a posição que vamos tomar por Minas. Viemos para tudo ou nada. Estou falando em meu nome: Furnas tem de ser defendida até na bala. Essa é a minha posição, não é a dos companheiros de associação. Quem está falando é o líder político do PDT do Rio de Janeiro. Darei a minha vida por Furnas e pelo Brasil. Isso é tarefa de todo o mundo e do Governador Itamar.

Ganhamos o primeiro "round" e vamos derrotar Fernando Henrique. E quero acreditar, mais claro aqui em Minas Gerais, que, se estivéssemos num processo revolucionário, o tribunal condenaria Fernando Henrique e o colocaria para ser fuzilado. Ele e a camarilha dele.

O Sr. Lúcio Célio Guterres - Cumprimento os membros da Mesa na pessoa do Deputado Ivo José. Senhoras e senhores, boa tarde, estou querendo dar, em primeira mão, antes de chegar a minha fala principal, uma notícia boa para os mineiros que estão aqui: O acordo de acionistas da venda incorreta da CEMIG, questionada inclusive nesta Casa, por ocasião da CPI, foi apreciado hoje pela equipe da 1ª Vara, que terminou por anulá-lo. Portanto, senhoras e senhores, o acordo de acionistas da CEMIG está anulado. A CEMIG não mais conviverá com aquela contaminação estrangeira. (- Palmas.)

Ainda tenho algumas perguntas a fazer, rapidamente, ao Secretário Tilden Santiago, que estará na seqüência destes trabalhos, da Conferência das Águas de Minas Gerais.

O Sr. Coordenador - Lúcio, tenho a informar que o Secretário teve de sair, justamente devido à Conferência das Águas, que daqui a alguns minutos irá começar.

O Sr. Lúcio Célio Guterres - As minhas perguntas ficam prejudicadas, mas seria interessante deixá-las registradas, porque estamos sendo filmados, e são perguntas que os mineiros estão fazendo. Tomara que essas perguntas cheguem a ele, inclusive para reflexão, pois são preocupações dos trabalhadores. Continuaremos esta discussão hoje à noite, amanhã e depois, no Hotel Ouro Minas. Espero que essas perguntas cheguem às mãos do Secretário:

Como será discutido o tema sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA? Não tenho visto isso registrado nas preocupações e nas discussões que serão feitas nessa Conferência das Águas, que se segue a este evento. Outra pergunta: Como ficaria a questão da privatização das geradoras de Minas Gerais? Como ficaria esse tema dentro da Conferência? Outra refere-se à questão do uso múltiplo das águas, que também é preocupação dos mineiros e que não está colocado entre os temas que serão debatidos, além do tema que inclui a questão da segurança alimentar. Muito obrigado. (- Palmas.)

A Sra. Sônia Aparecida Santos Coelho - Senhores aqui presentes, senhoras, membros da Mesa, viemos da nossa querida São João del-Rei, e é uma pena que o Dr. Tilden Santiago tenha saído, porque queria fazer-lhe uma pergunta. Ele, como Secretário do Meio Ambiente, que esteve em São João del-Rei junto com o Governador Itamar Franco, viu a situação das cem casas destruídas e das duas igrejas prejudicadas, sendo uma a bicentenária Igreja da Senhora do Carmo.

Vocês da Frente Jorge Hannas, por gentileza, vão a São João del-Rei ver a casa da família do Jorge Hannas. Ela está em ruínas, por causa de um garimpo dentro da área urbana, que está jogando 600.000 litros de água por hora fora do lençol freático. E essa água, minha gente, está sendo distribuída à população. Parte dela é jogada no bueiro, e parte é jogada para 40% da população. Está aqui, Sr. Presidente da COPASA, uma massa de implosão que está sendo usada no garimpo e que está caindo na água da população.

O Dr. Tilden saiu, e eu tinha perguntas para fazer a ele. Gostaria de saber por que o DNPM, um órgão do Governo, autoriza um garimpo dentro de uma cidade histórica. E quem está mandando nas águas de São João del-Rei é um Coronel da Reserva da Aeronáutica, que tem ameaçado essa Vereadora de morte. Posso até morrer, mas vou deixar registrado, aqui na Assembléia Legislativa, que água é vida, que água é fundamental. Não se distribui água de garimpo para a população. Não se dá banho em recém-nascido com água com massa de implosão.

Gostaria de deixar essa amostra com o Sr. Marcello Siqueira para que seja analisado o que há nessa massa de implosão.

Desci antontem à mineradora, porque o DNPM estava em São João del-Rei para autorizar o garimpo novamente. O Prefeito Carlos Braga foi cassado por corrupção e retornou com a ajuda do coronel do garimpo, que pagou os advogados.

Começarei a minha vigília, voltarei amanhã e ficarei de plantão na porta do Palácio da Liberdade, porque nenhum geólogo compareceu a São João del-Rei. Pergunto: órgãos do Governo liberam garimpos, e quando precisamos, o Dr. Tilden Santiago se afasta. O que ele tem para responder?

É muito bonito, garimpo e mineração. Mas longe das pessoas, longe das águas. Comemoramos hoje o Dia Mundial das Águas, e São João del-Rei está bebendo água poluída.

Quero pedir ao Dr. Marcello Siqueira que providencie-nos um geólogo, pelo amor de Deus. Aqui temos dois geólogos da COPASA que estiveram lá e falaram que São del-Rei está em cima de um barril de pólvora.

Gostaria, do fundo do meu coração, de agradecer a esses moradores que aqui vieram pedir uma solução. É justo um garimpo dentro de São João del-Rei, poluindo a água que o povo está bebendo?

Vocês devem ir até lá ver a Igreja do Carmo toda em ruínas, está faltando água debaixo da Igreja. Agora, será que é permitido o meio ambiente de Minas Gerais autorizar um garimpo tão safado dentro da nossa cidade?

Deixo aqui o meu clamor. Estou sendo ameaçada, e os poderes públicos de São João del-Rei estão todos corrompidos por esse garimpo. Quero pedir o apoio de vocês, por gentileza. Dr. Marcello Siqueira, se não for pedir muito, que mande um geólogo e que possa colocar no papel o que está acontecendo lá. São vidas humanas correndo risco. Vou deixar essa amostra com o senhor, para que seja analisada. Peço desculpas, mas estamos vindo de tão longe, neste Dia Internacional das Águas, pedir que salvem São João del-Rei. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira)- O Presidente da COPASA comunica que amanhã o geólogo estará em São João del-Rei.

O Sr. Coordenador - Gostaria de informar, com relação a essa questão levantada pela Vereadora Sônia, que a Mesa recebeu outras questões, de Celi Gomide e Ana Maria Diniz.

A fala da Vereadora Sônia Coelho foi agrupada às demais questões, e conversamos com o Secretário Tilden Santiago. Ele lamentou não poder continuar, porque a Conferência começa daqui a alguns minutos e não podia continuar aqui, dado o adiantado da hora. Afirmou que a comissão de técnicos do Governo e equipes já estão estudando e encaminhando essa questão.

O Governo não está desatento, mas a questão está sendo encaminhada por comissões. Poderemos, mais tarde, intermediar. A Vereadora citou a Frente Parlamentar Jorge Hannas; fazemos parte dessa coordenação. Após este debate, poderemos intermediar esse contato direto com o Secretário. E ainda hoje, na Conferência das Águas, poderemos fazer esse contato, para que a Vereadora e as pessoas que fizeram as perguntas tenham suas respostas.

Pergunto ao Dr. Marcello Siqueira se tem alguma informação dessa comissão de técnicos, por parte do Governo, a respeito do que a Vereadora pergunta.

O Dr. Marcelo Siqueira - Acho isso muito grave e temos que tomar uma atitude urgente. Vou designar, ainda hoje, elementos da COPASA para comparecer a São João del-Rei e procurar a Vereadora, para verificar o próprio local, fazendo um relatório, quando então tomaremos as medidas cabíveis para proteger a população de São João del-Rei.

O Sr. Coordenador - É bom esclarecer que o DNPM é um órgão federal, não estadual. Só para ficar registrado.

A coordenação informa que a ata com a transcrição completa dos debates deste ciclo será publicada no "Diário do Legislativo" de 1º de abril.

O Sr. Presidente - Nos termos do art. 21 do Regimento Interno, a Presidência vai prorrogar a reunião até as 19h59min, a fim de que, após o ciclo de debates, possam ser retomados os trabalhos ordinários e apreciada a matéria constante na pauta.

O Deputado Marco Régis - Muito obrigado. Sr. Presidente, meus cumprimentos a todos que aqui estiveram hoje e aos debatedores. Eu só queria dizer que somos membros integrantes da Frente Parlamentar Jorge Hannas e que o nosso trabalho junto às lideranças sindicais e estudantis tem sido no sentido de mobilizar e de conchamar à luta toda a população. Somos do Sul de Minas, estamos mais próximos da represa de Furnas e, embora meu município, Muzambinho, não seja um município limdeiro de Furnas, estamos nessa luta.

Essa nossa participação aqui é só para dizer da luta de todos os parlamentares, da mobilização que fazemos. Respondendo ao nosso colega, companheiro Rud, do Rio de Janeiro, que disse "defender a represa de Furnas a bala", eu queria dizer que estamos fazendo um calendário alusivo a Furnas. Será maior do que isso aqui. Não gosto de falar palavras inglesas, mas isso aqui é apenas um modelo, para não dizer um "layout". É a desgraça da língua inglesa tomando conta da nossa língua portuguesa. Quem está fazendo é o pessoal que edita o jornal "O Galo Carijó", do Atlético Mineiro, um pai e três filhos idealistas, com a participação de vários Vereadores e Prefeitos, cada um com uma frasezinha singela. A minha frase singela é a do Rud: "Vamos defender Furnas a bala". Falei isso no jornal "Hoje em Dia", no dia 13/8/99. Só para completar. Obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputado Marco Régis. Vamos passar às questões que foram encaminhadas ao Prof. Luís Pinguelli Rosa. Essa questão veio do Prof. Guilherme Sabino, Coordenador de Geografia e Meio Ambiente do UNICENTRO Newton Paiva: "Prof. Pinguelli, diante da possibilidade da constituição de inúmeras termelétricas, favor abordar a questão da poluição causada pela reserva, em especial, pelo dióxido de carbono e o efeito estufa".

A outra questão é de Vanteir do Couto: "O planeta está terrivelmente enfermo por culpa de seus moradores. O Brasil é a última alavanca de todo o equilíbrio climático da Terra. Um único homem desviou o curso natural do rio Jaíba, matando mais de 35 rios em Minas Gerais. Pode isso continuar? Existem provas e fatos".

O Sr. Vanteir do Couto - Os chefes militares omissos, que são da camarilha do Presidente, indiferentes diante da desgraça que caiu sobre a Nação brasileira, sucessores dos mais velhos, experientes e sofridos, permitiram, em sã consciência, diante dos homens de bem, de Deus, Senhor dos Exércitos, cujo símbolo está diante de nós, nesta sala, que o Presidente traidor da Pátria, FHC, acabasse com a soberania e integridade do Brasil.

A sua quadrilha criou o Ministério da Defesa, que foi chefiado por um comandante do crime organizado no Espírito Santo, caso já configurado e não desmentido.

A Amazônia acabou, com a doação para os estrangeiros da Companhia Vale do Rio Doce, que hoje pertence à Inglaterra. Não há mais como expressar e compreender a razão da existência das Forças Armadas. Acabaram-se por completo os valores da honra, da moral e da ética. As Forças Armadas foram transformadas em guarda pretoriana, milícia a serviço dos sultões e dos norte-americanos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Luis Pinguelli Rosa - É verdade que a termoelectricidade acrescenta o problema da emissão dos gases que provocam o efeito estufa. Na combustão do carvão, dos derivados do petróleo e do gás natural se produz dióxido de carbono, que se acumula na atmosfera. É o principal gás causador do efeito estufa, do aquecimento da terra, que tem crescido muito nas últimas décadas. Projetado para o futuro, poderá criar mudanças climáticas muito graves. Existe uma convenção do clima nas Nações Unidas, um protocolo do clima, que não está sendo cumprido.

Os países envolvidos assumiram o compromisso de reduzir suas emissões no ano 2000 ao mesmo nível de 1990. Fizeram isso em 1992, na famosa Conferência de Meio Ambiente e

Desenvolvimento do Rio de Janeiro, mas o acordo não foi cumprido. O que aconteceu foi o aumento das emissões.

A tentativa hoje é transferir essa responsabilidade para os países em desenvolvimento. Devo dizer que o Governo brasileiro, através de sua diplomacia tem tido posição muito correta, juntamente com a Índia, a China e outros países em desenvolvimento, nessa convenção do clima, procurando se colocar contra essa transferência de responsabilidade.

Trata-se de assunto importantíssimo, e o Brasil, a opinião pública, os parlamentares e políticos e mesmo a universidade estão completamente alheios. Tirando um grupo pequeno de pessoas que estão envolvidas nesse assunto - em particular estou participando de um painel intergovernamental que se reúne periodicamente. Em fevereiro tivemos duas reuniões, uma na Alemanha e outra em Cuba, e é ligado às Nações Unidas -, no Brasil não se está dando nenhuma atenção a isso.

O Brasil tem uma matriz energética muito limpa, uma vez que utiliza a hidreletricidade que não emite dióxido de carbono, que não queima álcool nem carvão vegetal, muito usado na siderurgia desse Estado. Todos três estão saindo da matriz energética por causa da privatização e da chamada abertura. Com o álcool é por causa do problema de subsídio, de preço, etc. Deve haver uma política para o álcool, o que não está havendo. Assim, a tendência é a redução. Não se vendem, praticamente, carros a álcool no Brasil. E o carvão vegetal está sendo substituído pelo coque siderúrgico, que emite bastante.

Quanto ao gás natural, chamo atenção por que é um dos gases do efeito estufa, pior do que o dióxido de carbono. O gás natural é metano. E cerca de 5% dele escapa ao longo dos dutos e com o uso.

Quanto à outra pergunta, não tenho muito que acrescentar. Diz respeito ao problema do equilíbrio climático da Terra. Temos de respeitar porque a ciência sabe que há processos na natureza que não podem ser controlados. Passou o tempo da visão newtoniana que o mundo ganhou desde o século XVII, de uma ciência todo-poderosa, que poderia controlar e prever os fenômenos. Isso já não é teoricamente verdadeiro. Apenas os economistas do Governo ainda usam modelos equivocados de previsão. Tanto é assim, que está tudo errado. Nem na Física hoje se admite a capacidade das teorias de controlarem todos os fenômenos, ainda mais fenômenos complexos da natureza, como esses de que estamos falando.

Só queria acrescentar um ponto fora das perguntas feitas: a minha total solidariedade a esse caso interno do Estado sobre a cidade de São João del-Rei. Acho importante que alguma providência imediata seja tomada para interromper a mineração, se está em curso, enquanto se estuda o problema. Se é um órgão federal, que não está no âmbito do Governo Estadual, aconselharia muito a utilização da Procuradoria-Geral da República no Estado, que tem poder de atuar sobre os órgãos federais, além da pressão do Governo Estadual. Não conheço o assunto, mas coloco a COPE-UFRJ, da qual sou Vice-Diretor, à disposição do Governo Estadual. Naturalmente, a Universidade Federal de Minas Gerais ou a Escola de Minas de Ouro Preto devem ter competência maior sobre esse assunto específico. De qualquer modo, a área de zootecnia da COPE fica à inteira disposição contra o coronel da Aeronáutica, que não sei quem é, mas, a cuja posição, desde já, sou contrário.

O Sr. Coordenador (Deputado Ivo José) - Obrigado, professor. Vamos passar às questões formuladas ao Deputado Federal Haroldo Lima, ligadas à privatização.

A primeira é do Sr. Manoel Cação: "Como avalia o argumento de que o sistema elétrico nacional necessita de investimentos de grande vulto e que a única saída para isso seria a privatização com a entrada do capital internacional?"

Da Sra. Elza Lúcia Russo, do CODEMA de São Brás do Suaçuí: "Como evitar a privatização, tendo a sociedade já estado mais organizada contra outras privatizações, como a do Vale do Rio Doce, que, apesar disso, ocorreu, e tivemos e aceitá-la?"

Da Sra. Inês Meira Alves Simão, do Fórum de Mulheres do MERCOSUL: "Por que essa febre de privatização no Brasil? É característica de país do Terceiro Mundo? Onde foi parar o dinheiro das privatizações?"

Do Sr. Narcisio Ramos Penido, do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim: "Qual o posicionamento, de forma geral, do atual Congresso em relação às privatizações das hidrelétricas?"

Da Sra. Edelvais Campos Silva, da ANG: "No Norte do País, na bacia amazônica, a água é muito abundante, mas, se for privatizada, para o povo será nenhuma. Falou-se em redes hídricas, ligação do Tocantins com o São Francisco. Por que não ampliar a discussão por toda a Pátria?"

Da Sra. Livia Hermínia Serpa de Meira, do Colégio Tiradentes, da Polícia Militar de Minas Gerais: "O Norte e o Nordeste do Estado sofrem com a seca e o racionamento de água. Existe um projeto para resolver esses problemas da região?"

O Sr. Haroldo Lima - Vou fazer observações em clima de final de reunião, por conseguinte, observações bastante tópicas.

A primeira é sobre o que acho do argumento segundo o qual se deve privatizar para, com isso, permitir a presença do investimento estrangeiro. Isso já foi explicado aqui. Parece-me que alguns oradores se referiram a esse assunto, em particular, o Prof. Pinguelli. É uma balela essa história de que se vai vender para permitir que estrangeiros venham aqui investir. Não se comprovou isso até agora.

Parece-me que a terceira pergunta tem algo a ver com a primeira: Por que essa febre de privatização? Isso é coisa de país subdesenvolvido? Na verdade, não é bem coisa de país de Terceiro Mundo, mas de país cujo Governo passou a ser dependente profundamente de um discurso neoliberal que vem sendo posto em prática nesses últimos anos. Quero dizer que um país subdesenvolvido não teria necessariamente que seguir esse caminho. Seguem esse caminho os governos que assimilam esse discurso, assumem compromissos profundos com relação a esses designs e impõem essas metas. É isso que está acontecendo com o nosso País.

Na realidade, esse Consenso de Washington está começando a ser desmascarado no mundo inteiro. O próprio redator desse documento fez, há pouco, uma apreciação muito importante, que foi reproduzida, na íntegra, pela "Folha de S. Paulo", que chamava a atenção para o fato de que o referido Consenso não deu certo e é preciso que seja reformulado. Em diversos países do mundo, essa história já está posta com muita clareza. Lamentavelmente, o Brasil é um dos últimos a entrar nessa história e, por enquanto, não entrou. Isso chega ao Brasil pela periferia e, até atingir o Palácio do Planalto, demora bem mais. Temos de fazer com que, no Palácio, essa idéia prospere, e essa linha de conduta seja mudada.

Outra pergunta é: "O que foi feito do dinheiro das privatizações?". Penso que também fiz uma referência, ali, ao discurso do Michel Camdessus, que diz, de forma muito clara, que fomos enganados. Nós, brasileiros, fomos enganados por esse Governo que está aí. O Governo noticiou que o dinheiro das privatizações era para melhorar a saúde, a educação, fazer investimentos, melhorar os serviços, as tarifas, etc., etc. Nada disso foi feito. A ordem que veio de lá foi a seguinte: "Acabemos com essa história, dinheiro de privatização é para nos pagar, pagar os juros do serviço da dívida". As dívidas interna e externa, hoje, têm um saldo negativo de cerca de US\$500.000.000.000,00. A venda da CHESF e de Furnas daria, aproximadamente, um mês e meio de serviço dessa dívida, ou seja, não vale absolutamente nada, trata-se apenas de transferir para os grupos estrangeiros o controle de uma máquina de sucção gigantesca, aqui dentro do Brasil, para continuar remetendo dinheiro para o exterior. E isso é para fazer com que esse Governo pose, perante os dignatários do FMI, como cumpridor do dever, honrador de seus compromissos.

Outra pergunta: "E o Congresso, face a essas privatizações das hidrelétricas?". O Congresso tem, em sua maioria, gente do chamado bloco parlamentar do Governo. Esse pessoal apoia todas essas coisas, e, se deles depender, a privatização de Furnas e a da CHESF serão feitas. Precisamos fazer uma forte pressão de fora para dentro. O Congresso, hoje, tornou-se um apêndice do Palácio do Planalto, que, por sua vez, tornou-se uma agência estrangeira funcionando no Brasil. Mas será essa uma lei inexorável, sem saída? Não, a nossa movimentação, a movimentação dos brasileiros, a movimentação das camadas sociais mais amplas, a movimentação das Assembléias Legislativas, como a de Minas Gerais, dos Governos de Minas e de outros Estados, tudo pode ser um importante fator de pressão. O companheiro Rud falou-nos como eles, na marra, tentaram e conseguiram impedir o fracionamento e a privatização de Furnas. Foi uma vitória parcial. Outras vitórias parciais poderemos conseguir, até uma vitória maior, uma vitória total.

A última pergunta: "Qual o projeto para o Norte, o Nordeste, etc.?". No que diz respeito a essa temática específica da transposição das águas, acho que o Nordeste brasileiro está necessitando de um projeto mais amplo, que envolva a temática da transposição das águas, mas a transposição verdadeira de águas substanciais, existentes, e não de um projeto demagógico, de algo que não existe, apenas uma ilusão de se fazer uma grande obra no Nordeste, segundo estão falando, para beneficiar os empreiteiros, os que querem fazer obra

sem compromisso com sua viabilidade hídrica.

Aliás, para encerrar, Presidente, gostaria de contar aqui um fato ocorrido, para a ilustração de todos que examinam a transposição das águas do São Francisco. Fiz um apanhado sobre a inviabilidade hídrica desse projeto e a necessidade de redimensioná-lo para perseverar a idéia de salvar o Nordeste, alimentando-o de águas abundantes, provenientes do Tocantins.

Depois que disse isso, falei: esse projetinho que estão querendo fazer aí é um projetinho que não tem água. Quando levantei, um representante de uma empreiteira disse: Sr. Deputado, gostaria de dizer que recebemos a incumbência de fazer obras, temos que fazer canais, elevatórias, e temos que fazer isso com todo rigor. Então, se haverá água não é problema nosso. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Sr. Presidente, não temos mais perguntas, mas temos duas sugestões. Uma é do Sr. Norberto Stefano, do PC do B, que propõe o debate envolvendo outras questões, como a atividade de ecologia e meio ambiente, relacionada à questão agrária. A Assembléia já fez vários debates sobre essa questão, mas vamos encaminhar para a organização desse debate, para que seja considerada a sugestão do nosso companheiro Norberto.

O Sr. João Alfredo Balieiro, do IEF, sugere a organização de um abaixo-assinado encabeçado pelos participantes contra a privatização de Furnas. Tivemos a informação de que nossa companheira, Vânia Santayanna, uma das organizadoras desse debate, que teve uma dificuldade pessoal hoje, também tinha essa intenção. Já temos um abaixo-assinado da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a privatização de Furnas, que está em andamento e iniciou-se com os Deputados integrantes da referida Frente Parlamentar. Haverá um manifesto e o abaixo-assinado contemplando toda a questão de Furnas, colocada aqui, hoje. Acatamos a sugestão do Sr. João Alfredo, que será, oportunamente, encaminhada a todos os presentes, que terão a possibilidade de assinar. Não temos mais questões a apresentar.

O Sr. Luis Pinguelli Rosa - Há lideranças organizadoras aqui, como movimentos de Deputados Federais e Estaduais. Entendo que as pautas nacional e estaduais são muito sobrecarregadas, mas sugiro um encontro dos Governadores de Oposição que sofrem o problema da privatização de Furnas, como os Governadores de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul. E não só os Governadores de Oposição, se houver outros Governadores empenhados nessa questão, poderemos criar um impacto político muito grande. Podemos trabalhar por isso, e é preciso fazer alguma coisa dessa dimensão. Desculpem-me todos, mas estou cansado de gritar, mas mesmo assim tudo acontecer: a privatização da Eletrosul, a quebra do regime de monopólio da União do Petróleo, a privatização das empresas de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Acho muito importante fazermos um pouco mais. O Governo e a Oposição, nos seus diversos partidos, estão em alguns Estados centrais. Se pudermos reunir esses Governadores e organizarmos uma ida ao Presidente da República, com argumentos bem colocados, como os aqui expostos contra a privatização de Furnas, poderemos conseguir um efeito muito importante. É claro que não falo apenas de Furnas, também há a CHESF e a Eletronorte. Mas aqui, nesta região, estão os Estados afetados pela privatização de Furnas e, se não agirem já, essas empresas serão privatizadas. Infelizmente, somos especialistas em vitórias parciais e derrotas finais em todos os casos das privatizações até hoje.

O Sr. Coordenador - Importante a sugestão do Prof. Luis Pinguelli Rosa. Vamos encaminhar para a coordenação desse ciclo de debates todas as sugestões aqui apresentadas, para que sejam encaminhadas e seja dado um desdobramento.

Esse debate não pode encerrar a luta e a questão. O Marku Ribas gostaria de se manifestar.

O Sr. Marku Ribas - Sou de Pirapora. Será que ficamos aqui, nós, os últimos "brancalhões", porque somos mais disponíveis ou mais interessados? No início da reunião, havia um público maravilhoso. Para as sugestões e para os encaminhamentos, aqui fala um cidadão brasileiro, da cidade de Pirapora, com 53 anos de idade. Seria interessante que, antes do debate, em vez de as autoridades falarem para nós, apresentássemos as nossas dúvidas, porque muitas questões importantes não foram apresentadas, pela situação natural das autoridades - não é o caso do Tilden - de terem de sair por terem outros compromissos. Respeitaremos os compromissos, assim como também temos os nossos. Chegamos à 1h30min, mas a reunião começou atrasada. Houve dúvidas com relação ao local. Isso tudo é compreensível. Não podemos deixar que seja invadido o nosso espaço, para que um reivindicar a demissão de colegas militares, ou outro alegue que brigou com a esposa. Isso tem de ser organizado, porque uma fala como a do professor é raríssima. É difícil termos presente um técnico, sereno e apolítico, para nos influenciar com relação às questões pertinentes. Quem conhece a história do São Francisco não pode nos ignorar. Fazemos parte de uma situação que precisa ser clareada, antes que chegue ao Nordeste. Já estamos, na cidade de Pirapora, com um problema de água imprópria para banho. Tenho duas filhas, uma de 21 anos e outra de 19 anos, que foram, com as companheiras da Seleção Brasileira de Voleibol, passar o carnaval em nossa cidade. Tive de adverti-las de que não poderiam se banhar em certos lugares. Quando percebi, havia oito lugares em que não poderiam banhar-se mais. Apenas dois lugares da cidade de Pirapora são próprios ao banho público. Então, não adianta falarmos em água pura no Nordeste, se, aqui, na nascente do rio, não há nenhuma observância. Gostaria de, rapidamente, dizer que não se trata de protesto nem de desabafo. Estou aqui desde 1h30min, e, se a reunião não caminhou para que pudéssemos elaborar questões, é porque a organização deveria ser diferente, como em um show de música. Temos de dar algum sentido ao evento, para que o público possa participar conosco. Não posso chegar aqui e, sozinho, cantar 18 músicas, e todos baterem palma. Não. Quero trazê-los ao refrão, para cantarem comigo. Para que pudéssemos questionar todas as autoridades - e temos um pouco de ilusão sobre o que pode ser feito -, nada foi feito. Da minha parte, penso que outros debates devam ser feitos, mas com uma melhor organização e com uma maior interação, para que esse público ávido possa se manifestar, porque a população, o cidadão e a cidadã, pressionarão para que tudo isso aconteça. Agradeço ao nosso Deputado Haroldo, por sua veemência e sinceridade epidérmica, ou seja de calor, que nos transmite. Isso é importante. Muito obrigado ao Presidente e ao companheiro Ivo. Não menosprezem o menor dos cidadãos, por menor que seja a sua intenção aos seus direitos. Como cidadão, vim a esta tribuna, para falar por mim e pela população de Pirapora, Minas Gerais. Muito obrigado.

A Sra. Livia - Estudo no Colégio Tiradentes e sou do Nordeste de Minas. Fiz uma pergunta sobre o Norte e o Nordeste de Minas. Quero saber se há um projeto para essa região. A seca é muito grande, há racionamento de água, o gado está morrendo. O que vocês já fizeram que até agora não chegou às nossas mãos?

O Sr. Gilson - Esse não é o primeiro debate que tivemos sobre Furnas, e acho que não será o último. Então, seria importante que já ficasse programada alguma coisa para uma próxima etapa, para darmos continuidade a essa discussão. O Sr. Pinguelli disse que haverá uma reunião com alguns líderes políticos, em Brasília, mas é necessário envolver a população. A Assembléia tem nos dado espaço para darmos continuidade a esse trabalho que está sendo realizado. Essa questão das águas diz respeito a muita coisa, e temos que aprofundá-la. Queremos saber se a Assembléia ou a Frente Jorge Hannas pensou em algum documento político que pudesse nortear este debate para, inclusive, torná-lo público.

O Sr. Coordenador - Há a coordenação destes debates, há a Frente Jorge Hannas e vamos estudar e encaminhar tudo que foi dito aqui hoje. Com o apoio do Presidente Anderson Aduato, juntamente com representantes da sociedade, vamos apontar os caminhos que devemos seguir.

O Sr. Haroldo Lima - Aproveitando essa linha do Gilson, queríamos informar à Assembléia Legislativa, em particular ao Presidente Anderson Aduato, que foi constituída, na semana passada, em Brasília, uma Frente Parlamentar em Defesa do Brasil. Participam dessa Frente, 123 Deputados. Um dos motes que nos levou à construção da Frente foi exatamente a luta contra a privatização, num sentido amplo, em diversos aspectos. Na sessão realizada na semana passada, examinou-se o quadro que estava posto, em particular os problemas que estavam previstos, e concluiu-se que a Frente formaria uma comissão representativa de 15 Deputados de todo o Brasil, que deveriam, por intermédio do Presidente Anderson Aduato, ir a Belo Horizonte e ter uma conversa direta com o Governador Itamar Franco para, conjuntamente, examinarem a forma de somar esforços na luta contra a privatização de Furnas.

Queríamos transmitir à Casa esta informação e solicitar do Presidente que intermediasse essa audiência entre a Comissão, da qual o Presidente é o Deputado Vivaldo Barbosa, eu sou Secretário-Geral e um dos Diretores é o Secretário Virgílio Guimarães, de Minas Gerais, e o Governador. Na nossa opinião, a Comissão viria, principalmente, composta de Deputados de fora de Minas, justamente para dar uma conotação nacional a essa importante luta.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Deputado. De fato, temos que ter essa dimensão nacional. Nos dias 4 e 5 de maio, está previsto um debate sobre transposição, aqui na Assembléia, e, sobre Furnas, temos a Frente Parlamentar Jorge Hannas, que poderá fazer a ligação com a frente nacional. Vamos manter todos informados para que participem de todos os eventos. E os nossos Governadores precisam ser informados de tudo que aconteceu aqui hoje.

O Sr. Luis Pinguelli Rosa - Deputado, se permite, gostaria de dizer que não há uma única ação, mas muitas ações. Essa já é uma delas, assim como o movimento que obstruiu a cisão de Furnas, no Rio de Janeiro. Usando a língua da matriz, temos uma "inside information" de que a privatização de Furnas está por um fio. Esse é um negócio dos gringos, que estão sempre telefonando. O Pedro Malan é o agente deles no Brasil e, quando fala, acontece. Essa é uma ordem dos americanos e obedece quem tem juízo, a menos que algo aconteça. E não pode ser pouco. Estão acostumados ao processo. Somos os cães que ladram e eles a carruagem que passa. No liberalismo, ninguém vai nos prender, mas nada vai adiantar, a menos que sejam impedidos. Toda ação revolucionária é ótima idéia, mas não vejo como vislumbrar isso no caso de Furnas. Portanto, sugiro que a cobrança dos Governadores de Oposição seja realmente levada a sério no campo político e social, considerando-se os seus discursos de campanha. Todos, pelo menos o do meu Estado, abordaram o assunto, e não sei se estão correspondendo às expectativas. Não se encontram com os outros, por causa de alguns desacordos, mas há algumas questões que têm que ter um denominador comum. Mencionaram aqui a teoria do domínio, e ela procede: se cair Furnas, caem a CHESF e a Eletronorte. Depois, não há mais o que cair. Cairá a CEMIG, no próximo Governo. Talvez

não neste, pois está fazendo força contra, mas, depois, será estrangulada.

Sugiro que a Comissão Federal formada visite os Governadores do Rio, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, e não apenas o de Minas. Certamente, o de Minas, simbolicamente, tem um efeito muito importante. Se esses Estados se unirem, isso vai pesar. O exemplo da CEMIG é concreto: parecia impossível ganhar na Justiça, mas ganhou-se. Por que não tentamos impedir a privatização de Furnas por meio da força dos Governadores e da mobilização da sociedade, dos partidos, etc.?

O Sr. Coordenador - Obrigado, professor. As sugestões estão colocadas. A Frente Parlamentar Jorge Hannas, cujo Coordenador-Geral é o Deputado Alberto Pinto Coelho, convocará, o mais rápido possível, uma reunião para articular todas as propostas surgidas e informar à sociedade. Agradecemos a todos que contribuíram.

Gostaria ainda de informar à Lívia que temos uma Comissão de Meio Ambiente e outras ligadas à questão do Norte de Minas, em que essas questões são tratadas permanentemente. Houve aqui a CPI das Barragens e a CIPE do São Francisco, que retomará o debate nos dias 4 e 5 de maio. A questão do Norte de Minas não é diferente da do Leste, da do rio Doce nem da do Sul de Minas. É importante e séria e tem o apoio da Assembléia e de suas comissões, que estão permanentemente discutindo o assunto, inclusive no seu aspecto financeiro, preocupando-se com as condições necessárias para que o Governo execute os projetos por meio das dotações orçamentárias.

Sr. Presidente, não havendo mais questões, retorno a palavra a V. Exa.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - A Presidência participou da abertura, mas hoje é um dia de muita movimentação na Casa, em razão da eleição de um de seus membros para o Tribunal de Contas, e esta Presidência teve que assumir alguns contatos no gabinete. Peço a compreensão dos senhores. A Assembléia de Minas está muito sintonizada no assunto.

Dizia ao Deputado Haroldo Lima sobre a intenção, a vontade e o desejo de alguns partidos e de algumas instituições mineiras de levar essa defesa que estamos fazendo em Minas para o Brasil, pelo menos para os Estados que desejamos preservar, junto com os Governadores de oposição. Isso é muito importante.

Antes de encerrar, queremos colocar esta Casa, na condição de instituição, como o fez o Deputado Haroldo Lima, à disposição dessa ação. Num primeiro momento, foi até mal entendida a atitude do Governador, com as movimentações militares em Furnas. Mas o objetivo era exatamente esse. Advogo também a tese de ações mais radicais, menos ortodoxas na defesa de Furnas, porque o que tínhamos de fazer com relação ao vendedor já foi feito. Não conseguiremos demover os vendedores da tese de vender. Temos de inibir os possíveis compradores, mostrando que estaremos prontos a partir para ações mais radicais. É a única forma. Temos de direcionar as nossas ações ao possível comprador, e não ao vendedor. Não tem mais jeito. O vendedor não entendeu o que foi feito. Ele começou esse processo, o seu discurso já ficou para trás. Disse que pagaria a dívida, mas devemos muito mais. Disse que aplicaria mais na área social, mas todos os indicadores mostram que está aplicando muito menos na área social. Ficamos sem patrimônio.

A população começa a acordar para esse processo. Nesta Casa, durante a comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses, numa linha crítica, repensando os 500 anos, estamos percebendo, de forma clara, que, mesmo com alguns querendo comemorar com festas, haverá uma conscientização do processo. Quanto a essa entrega do patrimônio nacional, não tenho dúvida de que o brasileiro, ao final dessas comemorações, não perdoará o Governo. O seu desgaste será ainda maior. Mesmo assim, insiste em continuar esse processo equivocados.

No nosso entendimento, na condição de parlamentar, estou pronto a desenvolver com os sindicatos, as instituições, as federações, com quem quer que seja, uma discussão aberta, na defesa do que é nosso. Temos razão sob todos os aspectos, e o futuro dirá isso. Estamos falando em princípios de brasilidade e nacionalismo. Assim, qualquer ação que praticarmos hoje é justa, correta e será muito bem compreendida amanhã.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores e debatedores, às demais autoridades e participantes pela honrosa presença.

ATA DA 81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 22/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aداuto e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Registro de presença - Eleição para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; questão de ordem; chamada de votação secreta; proclamação do resultado do primeiro escrutínio; chamada de votação secreta; proclamação do resultado do segundo escrutínio - 2ª Fase: Existência de número regimental para discussão - Discussão de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 20h4min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, destinada à eleição para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e à apreciação de pareceres.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos e vai se encontrar, na sala ao lado, com os candidatos para lhes apresentar o roteiro do processo de votação e os cuidados que esta Presidência deseja tomar para que prevaleça de forma soberana a vontade do Plenário, sem constrangimento para ninguém e para que cada companheiro possa se pronunciar com toda liberdade.

A Presidência faz isso, primeiro, por obrigação e, em segundo lugar, para tornar público um fato que ocorreu neste Plenário, um dia, e que deixou este Presidente estarrecido.

No momento da votação para Conselheiro do Tribunal de Contas da qual o Deputado José Ferraz saiu vitorioso, dois Deputados que estavam sentados nestas cadeiras à minha direita, atuando como escrutinadores, tiveram o descaramento de marcar o voto de um representante do povo nesta Casa. Ao detectar que o envelope no qual deveria depositar o meu voto estava marcado com um pequeno "a" preto, não tive outra alternativa senão protestar.

Quis o destino que hoje eu presidisse esta Casa no momento em que vamos escolher um novo membro para o Tribunal de Contas. Não poderia jamais fazer de forma diferente do que estou fazendo. Vou até o Salão Vermelho encontrar-me, juntamente com o Eduardo, assessor do Plenário, com os quatro candidatos, para lhes expor o roteiro do processo de votação.

Então, iremos iniciar o processo de votação. Que ganhe aquele que os senhores acharem que está em melhores condições para ir para o Tribunal de Contas. O meu voto, a minha decisão foi tomada de acordo com a minha consciência, e espero que os senhores façam o mesmo. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Deputado Federal Glycon Terra Pinto Júnior.

Eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas, a que se refere o art. 78, § 1º, II, da Constituição do Estado.

A Presidência informa ao Plenário que, nos termos do inciso II do art. 235 do Regimento Interno, foram apresentadas as candidaturas do Deputado Ermano Batista, por meio do Requerimento nº 1.039/99; do Deputado Elmo Braz, por meio do Requerimento nº 1.040/99; do Sr. Alexandre Bossi Queiroz, por meio do Requerimento nº 1.042/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros; e do Deputado Agostinho Patrús, por meio do Requerimento nº 1.043/99.

A Presidência convida o Sr. Alexandre Bossi Queiroz a permanecer no Plenário e fazer parte conosco do processo de votação e solicita às pessoas estranhas ao Plenário que se retirem, para que possamos dar início ao processo.

Após arguição pública, a Comissão Especial designada para emitir parecer sobre as candidaturas concluiu estarem os candidatos aptos para o exercício do cargo. A Presidência vai passar à eleição, por escrutínio secreto, nos termos do art. 261, I, do Regimento Interno. Os dois candidatos mais votados submeter-se-ão ao segundo escrutínio, conforme dispõe o art. 239, § 1º, do Regimento Interno.

Verificamos que o Regimento Interno e a própria lei que trata da matéria são omissos no que diz respeito a um candidato chegar a atingir a maioria absoluta já no primeiro turno. A Presidência, reunida com os candidatos diretamente interessados, definiu que é isso, a não ser que algum dos candidatos alcance a maioria absoluta dos votos, ou seja, 39 votos.

A Presidência convida para escrutinadores, para que a totalidade da Casa esteja representada, o Líder da Minoria, Deputado Carlos Pimenta, e o Líder da Maioria, Deputado Antônio Andrade.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, acabei de falar nesse instante com o Deputado João Batista de Oliveira, que se encontra internado no Hospital Mater Dei, acometido de uma infecção não generalizada, mas que compromete seus movimentos e sua locomoção. Solicita dessa Presidência se seria possível uma comissão fazer a tomada de seu voto no hospital, uma vez que não gostaria de ficar de fora desse processo eleitoral. Suas condições físicas, por ordem médica, o impedem de transladar, neste momento, principalmente por causa da friagem, para que não seja acometido de pneumonia ou coisa mais grave. Solicito de V. Exa. um posicionamento.

O Sr. Presidente - A Presidência compreende que todos os Deputados gostariam de estar aqui, hoje, para participarem deste processo de votação. Inclusive, V. Exa. solicitou que essa Presidência levasse esse assunto aos candidatos. No entanto, a Presidência entende que estaríamos abrindo um precedente perigoso. Compreende as razões da ausência do Deputado João Batista de Oliveira. Está nas mãos da Presidência declaração de um médico atestando que o Deputado se encontra hospitalizado.

A Presidência não vai abrir esse precedente, porque amanhã, no processo, podemos talvez nos confrontar com a diferença de um voto. Nunca sabemos qual pode ser o resultado. Posteriormente, isso pode ser questionado e daria um desgaste muito grande à Presidência. Portanto, a Presidência não vai concordar com que haja uma equipe de Deputados para levar até lá a cédula de votação, que seria trazida ao Plenário.

A Presidência solicita a atenção dos Deputados para os seguintes procedimentos: os Deputados, cada um por sua vez e somente quando chamados, deverão comparecer à mesa e receber dos escrutinadores a cédula e a sobrecarta devidamente rubricada. A Presidência solicita que os escrutinadores comecem a rubricar os respectivos envelopes. Em seguida, deverão se dirigir à cabine, assinalar na cédula o nome do candidato que desejarem eleger, colocá-la na sobrecarta e posteriormente na urna. Somente poderá ser colocada dentro da sobrecarta a cédula de votação. Não será aceito nenhum sinal, procedimento ou material que possa identificar o voto.

A Presidência informa aos Deputados que, antes do nome de cada candidato, existe um quadrinho que deve ser marcado corretamente para não confundir os escrutinadores. Caso os escrutinadores entendam que há anomalia no voto, a Presidência solicitará a sua anulação.

A Presidência esclarece ao 1º-Secretário que S. Exa. deverá aguardar que cada Deputado conclua a votação para chamar o Deputado seguinte.

A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares e passa a palavra ao 1º-Secretário, para proceder à chamada para votação secreta.

O Sr. Secretário (Deputado Dilzon Melo) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Anderson Adauto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos Deputados que, na reunião com os candidatos, ficou acertado que o candidato ou outro Deputado indicado por ele faria parte do processo que iniciaremos agora.

A Presidência está sendo comunicada pelo Deputado Ermano Batista de que o Deputado Mauro Lobo irá representá-lo. O Deputado Elmo Braz já havia nos comunicado que gostaria de estar presente no processo. A Presidência indaga ao Deputado Agostinho Patrús se deseja vir. O Sr. Alexandre Bossi Queiroz indica o Deputado Ivo José para representá-lo.

O Sr. Presidente - Vamos continuar o processo de apuração de votos com a presença dos candidatos ou representantes. A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 74 Deputados; foram encontradas na urna 74 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração mediante a abertura de cada sobrecarta, a leitura dos votos, um a um, por um escrutinador, e a anotação, também um a um, pelo outro escrutinador.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à redação do boletim de apuração. Proclamação do resultado da votação: Deputado Ermano Batista, 19 votos; Deputado Elmo Braz, 27 votos; Alexandre Bossi Queiroz, 6 votos; Deputado Agostinho Patrús, 21 votos; 1 voto nulo, totalizando 74 votos.

Os dois candidatos mais votados foram os Deputados Elmo Braz, com 27 votos, e Agostinho Patrús, com 21 votos.

A Presidência vai, portanto, passar ao segundo escrutínio, com os dois candidatos mais votados. A eleição dar-se-á por maioria simples, ou seja, será eleito o candidato que obtiver o maior número de votos. Em caso de empate, será eleito o candidato mais idoso.

A Presidência convida para atuarem como escrutinadores os Deputados Carlos Pimenta e Antônio Andrade. Com a palavra, o Sr. 1º-Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Anderson Adauto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - A Presidência convida os Deputados Elmo Braz e Agostinho Patrús para comparecerem à Mesa, a fim de acompanharem o processo de apuração. Informa ainda que somente estes poderão permanecer junto à Mesa para acompanhamento da apuração. O Deputado Agostinho Patrús solicita que o Deputado Mauro Lobo o represente.

A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 74 Deputados; foram encontradas na urna 74 sobrecartas. Os números conferem.

A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração, mediante a abertura de cada sobrecarta, a leitura dos votos, um a um, por um escrutinador, bem como a anotação, também um a um, pelo outro escrutinador.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à redação do boletim de apuração.

Resultado final do segundo escrutínio: Deputado Elmo Braz - 48 votos; Deputado Agostinho Patrús - 24 votos; votos nulos - 2; não houve voto em branco. Está, portanto, eleito para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado o Deputado Elmo Braz. A Presidência parabeniza o eleito.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. A Presidência verifica, de plano, a existência de "quorum" para a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Nos termos do § 2º do art.145, c/c o art. 223, do Regimento Interno, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Luiz Tadeu Leite e indaga de S. Exa. se se encontra em condições de emitir seu parecer, ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Estou em condições, Sr. Presidente. Este é o meu parecer:

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 14.325

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, inciso VIII, c/c o art. 70, inciso II, da Constituição do Estado, após veto total à Proposição de Lei n.º 14.325, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais, alegando razões de ordem constitucional e interesse público.

Por meio da Mensagem nº 89/2000, o veto foi encaminhado para a apreciação da Assembléia. Tendo em vista a perda de prazo pela Comissão Especial designada para esse fim, a proposição foi incluída na ordem do dia. Cabe-nos, agora, emitir parecer de Plenário.

Fundamentação

Inicialmente, gostaríamos de dizer que, por se tratar de um Código de Defesa do Contribuinte, dispondo sobre matéria inerente ao direito tributário, a proposição deveria estar revestida da forma de lei complementar, conforme exigência da Constituição Estadual, art. 65, § 2º, inciso I. Ademais, o art. 18, inciso I, do ADCT, no qual se baseou o autor para propor o projeto de lei, estabelece que "o Estado disciplinará em lei os procedimentos administrativos pertinentes à área tributária destinados a garantir a efetividade dos direitos do contribuinte". E a proposição em comento não contém apenas matéria procedimental, pois trata de direitos e normas gerais.

Ao instituir, no âmbito do Sistema Estadual de Defesa do Contribuinte - SISDECON -, a Câmara de Defesa do Contribuinte - CADECON -, a proposição incorre em inconstitucionalidade, com vício de iniciativa, pois cria órgão da administração pública e lhe atribui competência, ferindo o art. 66, III, "e", da Constituição Estadual.

Também ao tratar da assistência nos processos judiciais, o código está dispondo sobre matéria de direito processual civil, de competência privativa da União.

Quanto ao mérito, ao nosso ver, a proposição é inócua, pois limita-se basicamente a repetir princípios, normas e limitações ao poder de tributar já consagrados na Constituição e na legislação tributária. Além disso, consolida apenas os direitos do contribuinte, omitindo-se quanto aos seus deveres.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela manutenção do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2000.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Solicito recomposição do "quorum", Sr. Presidente.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, gostaria de simplesmente registrar a minha estranheza em relação ao relatório apresentado pelo Deputado Tadeu Leite, que integra a base de Governo.

Lembro que esse projeto teve o consenso de toda a sociedade, inclusive do Governo, na sua ação representativa nesta Assembléia, negociado com a liderança do próprio Governo, com a Secretaria da Fazenda. Por isso me surpreendeu extremamente o veto.

Ao apresentar o veto, acredito que o Governador do Estado foi induzido a erro, mas estranho muito a posição do Deputado Luiz Tadeu Leite de endossar o erro a que o Governador do Estado foi induzido, contrário a toda a base de sustentação do Governo, que aprovou o projeto por unanimidade, nas comissões e em Plenário.

Simplesmente, aproveitando-me da condescendência de V. Exa., quero manifestar a minha estranheza, antes que V. Exa. seja obrigado a encerrar esta reunião por falta de "quorum", uma vez que a base de sustentação do Governo nesta Casa, o grupo governista, já se retirou do Plenário.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 13 Deputados. Não há "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 23, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 23/3/2000

Presidência dos Deputados José Braga e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Existência de número regimental para discussão - 2ª Fase: Discussão de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.258; discurso do Deputado Miguel Martini - Questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Benê Guedes - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Oliinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rômulo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 9h09min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Marcelo Gonçalves, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em virtude de sua realização na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" para votação, mas o há para a discussão das matérias constantes na pauta.

2ª Fase

O Sr. Presidente - A Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto total à Proposição de Lei nº 14.258, que dispõe sobre a implantação do projeto Serviço Integrado de Administração financeira - SIAFI-Cidadão. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Para encaminhar a votação do veto, com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupantes das galerias, senhoras e senhores, vamos iniciar a discussão desse veto do Governador, o qual, por um lado, podemos chamar de aberração, e, por outro, de má intenção do Governador. O povo mineiro, nas últimas duas ou três semanas, já está acostumado com as denúncias, com as irregularidades, com os escândalos desse Governo. Abrimos o jornal hoje, e mais um escândalo. Agora é na Loteria Mineira.

A todo momento têm chegado para nós denúncias de irregularidades. A Oposição tem tido o cuidado de verificar se há fundamento nelas, para, com responsabilidade, mas com firmeza e seriedade, fazer as denúncias.

Hoje o que está na pauta das denúncias, não da Oposição, mas da mídia, é a questão da Loteria aqui em Minas Gerais. O Governador talvez não quisesse aprovar ou não teria querido sancionar esse projeto de lei talvez mesmo para isso, para não dar transparência a seus atos junto à sociedade.

Qual era a intenção desse projeto de lei? O que ele aprovava aqui na Casa? Ele simplesmente obriga o Governo a dar ao cidadão mineiro aquilo que ele tem garantido pela Constituição Federal, que é o direito de saber onde estão sendo aplicados os recursos que o Governo está arrecadando, quanto ele está arrecadando e porque está gastando dessa maneira, e não daquela. É um direito do cidadão que está sendo negado por esse Governo. É um Governo que se diz transparente. Como pode ser transparente um Governo que nega à sociedade o direito de conhecer, de ter acesso às informações?

As alegações do Governo, às vezes, são as mais esdrúxulas e absurdas possíveis. Estamos vendo um Governo que não está preocupado em governar Minas Gerais. Não está preocupado em saber se vai ser bom para Minas determinada ação governamental ou não. Está preocupado somente com os holofotes e com a sua auto-imagem. Senão vejamos: esta Casa aprova esse projeto, com apoio unânime dos Deputados e até com muitos elogios, o que muito me honrou: o Governador veta, alegando que haveria excesso de despesa, que ficaria caro implantar esse SIAFI.

É uma mentira deslavada. A imprensa percebeu sua manobra para ocultar seus atos e começou a denunciar e a fazer o levantamento. Percebeu-se que era uma quantia irrisória a que seria gasta com a implantação do SIAFI. Aí, o Governo, preocupado com sua imagem, mudou o discurso. Disse que era muito complicado e começou com suas desculpas. Mas a imprensa e a sociedade acompanhavam mobilizadas e não deixaram que esse argumento criasse raízes. Aí, o Governador, preocupado unicamente com sua imagem e com sua vontade autocrática, imperialista e antidemocrática, desrespeita esta Casa, Deputado Alencar da Silveira Júnior. O Governador que V. Exa. apoiava - espero que não o apóie mais depois do que ele fez com o PDT - não quer respeitar a decisão soberana desta Assembléia e do povo mineiro. Quer voltar ao regime antigo de legislar por decreto. E olhem que não foi a primeira vez. Legislar por decreto, Deputado João Leite, aquele que diz que é um democrata quer legislar por decreto.

E o que é que ele faz? Sem nenhuma vergonha, sem sequer ficar vermelho, baixa um decreto para cumprir "ipsis litteris" tudo aquilo que estava previsto em meu projeto de lei. E eu pergunto: será que fazer por decreto fica mais barato do que aplicar a lei? É claro que isso era uma mentira deslavada. O que estamos percebendo é que esse Governo, infelizmente, tem um discurso e pratica outra coisa. A sua prática, realmente, é demagógica, ditatorial e de desrespeito.

E olhem que esse não é o único projeto. Vimos que outro projeto que está em pauta é o do Código do Contribuinte. A Assembléia percorreu toda Minas Gerais, deslocando Deputados, convidando autoridades, sindicatos e o próprio Governo. Depois de aprovado o projeto, ele foi vetado pelo Governador. Ele mostra assim que não é democrático, que não respeita a decisão desta Casa, que não respeita o Poder Legislativo. Até o projeto do Deputado Antônio Júlio, que é da base governista, foi vetado. Depois, foi feito um decreto. Esse Governo, possivelmente, tem interesse em fechar esta Casa para fazer sozinho o trabalho do Poder Legislativo e do Judiciário também. Ontem, ele deu uma declaração dizendo que o Deputado Alberto Bejani tinha 48 horas para apresentar sua defesa, falando como se fosse um Juiz. Acho que ele imagina ser o dono do Estado de Minas Gerais ou, talvez, um

príncipe, um imperador ou um rei.

Não sei qual é o título que ele prefere, mas o fato é que ele não respeita o Poder Legislativo nem os Poderes nem os partidos políticos. Solidarizo-me com o PMDB e com o PDT, pelo desrespeito que o Governador teve para com eles, pelo seu desrespeito para com a classe política. Numa hora ele traz os militares, os Generais, e, noutra, os não - políticos, os técnicos, desrespeitando claramente o Poder Legislativo, o poder dos partidos políticos.

Ele desrespeitou claramente o Poder Legislativo, os partidos políticos, inclusive o partido que lhe deu a legenda, sem a qual não poderia ser Governador de Minas Gerais. Minha solidariedade ao Deputado Armando Costa, minha solidariedade ao PMDB, ao PDT, pelo ato desrespeitoso do Governador para com esses dois partidos. Concedo aparte ao Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Durante o recesso da Assembléia, todos nos fomos surpreendidos pelos vetos opostos pelo Governador a inúmeros projetos de lei, a grandes projetos de interesse da sociedade, como o projeto SIAFI-Cidadão, de autoria de V. Exa., feito em momento de grande inspiração, uma proposta de avanço e aprimoramento da democracia, o projeto do Código de Defesa do Contribuinte, do qual tive a honra de ser o primeiro subscritor, seu idealizador. Causou-me tremenda surpresa e impacto isso, porque Itamar Franco sempre apregouo democracia, sempre se intitulou um democrata; como Senador da República, representante de Minas, durante os governos militares, foi um contundente defensor dos princípios democráticos contra formas autoritárias de governo. Deixa-me pasmo e perplexo por esses vetos, principalmente porque isso vai contra a democracia moderna, a democracia que queremos construir, a democracia sem adjetivos, calcada em dois princípios básicos: a transparência das políticas e das contas públicas, que seu projeto atinge em cheio, e o respeito ao cidadão, que o meu projeto defende. O Governador veta ambos numa penada só. Que democrata é o Governador Itamar Franco, pois não quer o respeito ao cidadão como contribuinte, que só acha que o cidadão mineiro só tem deveres, nunca direitos, que não quer a exposição das políticas e das contas públicas, que é o que V. Exa. propõe no seu projeto, que foi aprovado por esta Casa, que engrandece o Poder Legislativo de Minas Gerais? Fico pensando que democrata é o Governador Itamar Franco, que não quer que suas contas sejam expostas ao público? Com a Internet e os "internautas", com tantos e tantos jovens que gostam de navegar, todos vão ver a execução do orçamento mineiro. Hoje, depois de tantas denúncias formuladas por membros da imprensa, depois de tantas denúncias que a sociedade traz aos partidos da Oposição, com esse verdadeiro escândalo que vem acontecendo no Governo Itamar Franco, vejo somente a razão política. É a única que posso ver para o Governador opor veto a seu projeto. Acredito que ele pense que o que está acontecendo no Estado de Minas, com o seu projeto, viria a público. Acho que o tiro saiu pela culatra. A imprensa investigativa está aí, os cidadãos mineiros nos têm fornecido constantemente denúncias dos atos de corrupção do Governo. Só há uma razão para o Governador ter vetado o seu projeto: encobrir o que estava acontecendo, por baixo dos panos, que nós não sabíamos, mas talvez ele já soubesse. Não vejo outra razão para ele vetar esse projeto.

Deputado Miguel Martini, deixa-nos perplexos, cada dia mais, o nosso Governador. Assisti, no "Bom Dia, Minas", que o Governador determinou uma devassa no Governo de Eduardo Azeredo. Se ele cuidasse do seu Governo, não estaria acontecendo o que acontece hoje, os escândalos que estão colocando Minas numa situação vexatória. Minas sempre foi um Estado sério, mas agora está criando a imagem de corrupto.

O Deputado Miguel Martini - Ou ele está viajando para o exterior ou está fazendo o seu "road show" pelo Brasil, gastando dinheiro, omitindo-se da ação de governo - o povo mineiro quer saber quem é o Governador de Minas Gerais, o que ele vai fazer, porque até agora não fez nada - ou então está preocupado em se vingar do Governo Federal, prejudicando Minas, ou criando picuinhas com o Governo anterior. Parece-me que já foram feitas oito ou nove CPIs sobre o Governo anterior e nada se encontrou. Agora, para desviar o foco do mar de lama - já tem gente dizendo até "Itamar de lama" - para desviar as atenções, quer levantar coisas passadas. Só há suspeitas, porque até agora não se provou nada.

Queremos saber quando Minas vai ter um Governador naquele Palácio. Agora, Deputado Sebastião Navarro Vieira, ele está dizendo que a responsabilidade é só dos Secretários. Ora, o povo mineiro sabe que o responsável pelo Governo é o Governador. Ele é quem indica os Secretários, os Diretores, ele é quem tem de mandar uma mensagem para cá para os superintendentes, para os Diretores. A responsabilidade é sua, mas ele está querendo se livrar dela dizendo que tem o domínio político. Ou tem o domínio total ou então não tem competência e tem de se afastar do cargo.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Renomeie-o.

O Deputado Miguel Martini - Exatamente.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Deputado Miguel Martini, só para concluir, acredito que tudo isso que está acontecendo em Minas é porque acredito na honorabilidade do Governador Itamar Franco. Mas não basta ser honesto, tem de ser competente.

O Deputado Miguel Martini - Claro. A honestidade é uma pré-condição.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - É uma condição natural do ser humano. Agora, a competência administrativa se traduz na escolha de bons assessores. Cada dia o Governador tem que demitir alguém que ele mesmo escolheu e nomeou. Isso está deixando uma marca de incompetência administrativa porque ele escolhe muito mal. E em 1999 ele passou o ano jogando pedra no Governo Eduardo Azeredo. Em vez de apresentar uma proposta de governo, de mostrar eficiência e eficácia, na gestão das coisas públicas de Minas Gerais, ficou jogando pedra no Governo anterior e agora determina uma devassa.

O Deputado Miguel Martini - Ele determinou isso desde o primeiro dia de seu Governo. Como ainda não achou nada, está querendo criar novos fatos políticos.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Já é tempo de construir alguma coisa em vez de ficar olhando o passado com um ciúme doentio. Seria hora de o Governador usar essa potencialidade, os elementos que tem para fazer devassa no Governo passado, para fazer uma devassa no seu próprio Governo e não ficar esperando que a imprensa descubra ou que a Oposição denuncie.

Como um homem honrado, deveria usar toda a sua potencialidade, a sua capacidade investigatória para ver o que está acontecendo dentro do seu Governo.

Hoje, infelizmente, a imprensa noticia mais um escândalo. Não é mais um por semana, parece-me que está sendo um por dia. E ele fica preocupado em fazer devassa no Governo anterior, preocupado em vetar o projeto de V. Exa. que permite não só à imprensa, aos Deputados da Oposição, mas a cada um dos mineiros que possam acompanhar o que está acontecendo com os recursos que o povo paga de imposto no nosso Estado. Infelizmente, não temos governo. O nosso Governo está preocupado só com o fato político, olhando para trás sem pensar em construir o futuro.

O Deputado Miguel Martini - Ele tem uma trave no olho e está preocupado em olhar o cisco no olho do outro.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Eu acho que ele não está olhando o cisco no olho do outro, está procurando para ver se acha um cisco.

O Deputado Miguel Martini - Ele ainda não percebeu que tem uma trave no seu olho. O jornal de hoje está trazendo mais uma coisa grave. Quando a gente diz que é só discurso, que é só mídia, temos razão, porque ele demite o pessoal da CASEMG para dizer que tomou uma atitude. E o jornal noticia que os mesmos diretores estão realocados em outros órgãos do Estado. Quer dizer, é para enganar o povo. De duas, uma: se ele demitiu é porque a pessoa não tem competência administrativa ou não tem probidade. Então, não deve estar no Governo. Ou, se tem, não tem de demitir. Mas olhem o que ele faz: demite - em alguns casos possivelmente comete injustiça - mas, depois, "por debaixo do pano", acerta e coloca em outros órgãos.

O jornal "O Tempo" está trazendo essa notícia, hoje. E estamos pesquisando onde estão os outros, porque há mais. Além da EMATER, parece-me que há também na COPASA.

Então, Deputado Sebastião Navarro Vieira, estamos cumprindo nosso trabalho com muito prazer, mas estamos ficando assoberbados, porque a cada dia recebemos novas denúncias e vemos mais incoerência, mais incompetência e tudo isso. E a sociedade mineira, que, pasmada, assiste a tudo isso, quer saber o que está sendo feito nas áreas de transporte, de urbanização, de saúde, de educação. E não se vê nada! O que se vê é ele querendo dar tiro em Lambari, no Sul de Minas; querendo brigar com Arminio Fraga, nos Estados Unidos,

gastando dinheiro com passagens e ficando em hotéis luxuosos, fazendo turismo com o dinheiro público; fazendo "road show" pelo Brasil... É isso o que estamos vendo. Agora, governar Minas Gerais, quando será? Quando será que vamos ver o Governador Itamar Franco assumir verdadeiramente o Governo de Minas Gerais? Sua única preocupação é com a auto-imagem. Podemos fazer todas as denúncias sobre aquilo que agride sua imagem, porque ele agirá imediatamente. Quer dizer, vai agir para o povo ver; mas, por detrás, vai continuar "tudo como dantes no reino de Abrantes".

É isto o que estamos denunciando aqui: esse desejo que tem de governar por decretos, sem respeitar o povo nem seus representantes na Assembléia Legislativa. E não foi só isso o que vetou, o que mostra que não quer dar transparência. Há outro veto aqui, Deputado João Leite, pelo qual ele não quer remeter à Comissão de Fiscalização Financeira os contratos que serão assinados no FUNTRANS. Então, o que temos é o seguinte: quando há licitação, ela é fraudulenta; quando tem de fazer licitação, não faz, falsamente alegando emergência; e, depois, não quer dar transparência! O que estamos percebendo é que é um Governo de um discurso e de uma prática nocivos à sociedade mineira e, até mesmo, ultrapassados. Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, gostaria de dizer de nossa tristeza com esse veto a um projeto em que V. Exa. trabalhou não apenas por um ano, mas por toda uma legislatura, com o maior cuidado, na Comissão de Fiscalização Financeira, que V. Exa. presidiu com muita competência. V. Exa. preparou um projeto para dar ao cidadão de Minas Gerais a oportunidade de conhecer todos os gastos do Governo. Esse veto do Governador, Deputado, fere de morte a transparência e a democracia no Estado de Minas Gerais, o que se agrava com o subsequente ato do Governador de apresentar esse projeto por decreto. Esse é um dos vetos que nos traz uma preocupação muito grande em relação a esse Governo. Estamos acompanhando sucessivas denúncias, e é impressionante o tempo que temos de gastar com as denúncias que ainda nos estão chegando - com o cuidado de avaliar cada uma e ver se realmente são verdadeiras. Só para dar um exemplo, antontem, Deputado, ao chegar a minha casa, algumas pessoas me aguardavam para entregar-me um dossiê - que estamos temos o cuidado de avaliar. Tudo isso, além da dificuldade que temos de acesso aos dados, como Deputados. Imaginem o cidadão que quer ter esse acesso!

Agora, vemos mudar essas coisas no Estado de Minas Gerais. Lembro-me especialmente do que está escrito na capa do dossiê que me entregaram. Dizem, ali, que são denúncias para o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais apurar e colocam: "Exigimos a apuração".

Os cidadãos de Minas Gerais já não aceitam, exigem apuração, exigem que o Governo venha a público esclarecer. Não adianta fazer rolar cabeças, se não explicam. Estamos vendo o Ministério Público, o Procurador indo ao Governador para agradecer-lhe. Mas, Sr. Procurador, queremos que o senhor envie ao Promotor de Defesa do Patrimônio Público as denúncias sobre o DETRAN. Onde está o relatório que a CPI levou ao Procurador, que não foi encaminhado ainda?

O Deputado Miguel Martini - Aliás, Deputado João Leite, parece-me até, não sei se é verdadeiro, que o Procurador-Geral de Justiça estava na reunião do secretariado com o Governador, uma reunião particular. Não sei, parece que há isso também.

O Deputado João Leite (em aparte) - Várias coisas têm de ser explicadas. O que sentimos é o que a população está dizendo: algumas pessoas e até parlamentares, ao se aproximarem do Palácio, distanciaram-se das ruas. Algumas pessoas estão falando nas ruas que delegaram. Eu digo que se distanciaram das pessoas.

O Deputado Miguel Martini - Eram socialistas, e já não o são.

O Deputado João Leite (em aparte) - Delegaram. É o que as pessoas estão dizendo, e agora já não conseguem cumprir o que a população quer. Queremos, Deputado Miguel Martini, estar rigorosamente a serviço da população de Minas Gerais para que se apure tudo o que está ocorrendo.

Ao vetar esse projeto, esse Governo mostra uma contradição muito grande, não quer explicar, deixar bem transparente para o cidadão tudo o que o Governo está fazendo. Hoje, temos mais um escândalo, como V. Exa. disse, da Loteria, dessa verdadeira jogatina que se instalou no Estado de Minas Gerais, com essa vergonha que são essas máquinas caça-níqueis, impondo à população de Minas Gerais jogos, jogos e mais jogos. É lamentável o que está ocorrendo. Agora, queremos ter as explicações.

Hoje, a Loteria Mineira tem de explicar muitas coisas, e o SIAFI-Cidadão nos daria oportunidade de saber algumas coisas que estão chegando a nós sobre investimento de subvenção social. Acabou a subvenção social na Assembléia, mas na Loteria ela é livre.

Estamos fazendo levantamento de onde está sendo investida essa subvenção social da Loteria Mineira. Já que não temos o SIAFI-Cidadão, que V. Exa. propôs para a transparência, estamos fazendo um requerimento para saber quanto a Loteria está gastando dos recursos do povo de Minas Gerais hoje para dizer nos principais jornais, esclarecer a jogatina que se instalou no Estado com essas máquinas caça-níqueis e outras. Se contarmos, veremos que são vários os jogos que estão aí para tomar dinheiro da nossa população.

Deputado Miguel Martini, esse Governo impôs aos professores, Diretores de Escolas e a alunos a venda de rifa. Meus colegas de faculdade - alguns já estão dando aula - são obrigados a vender rifa, professores vendendo rifa. É a jogatina instalada nesse Governo, que já, antecipadamente, antes até da aprovação no Congresso, liberou os cassinos em Minas Gerais. Estão aí pelas ruas e queremos apuração. Queremos saber quanto essa Loteria está gastando do povo de Minas Gerais. Queremos esclarecer algo que poderia ser esclarecido no projeto de V. Exa, o SIAFI-Cidadão. Quanto está gastando a Loteria? V. Exa., como Deputado que acompanha a Comissão de Fiscalização Financeira, poderia me dizer quanto. Quem sabe o Deputado Mauro Lobo também que é membro da Comissão de Fiscalização Financeira, pode dizer para nós esses valores? Com esse veto à proposta de V. Exa., o Governo não quer explicar à população de Minas Gerais quanto gasta.

É preferível ir cortando o pescoço dos agentes políticos, dos Deputados e dos partidos e colocando General, Coronel, pelos quais temos o maior respeito. Vemos a perda de espaço dos agentes políticos.

Continuarei a acompanhar a discussão que V. Exa. faz dessa verdadeira aberração, que foi o veto do Governador a esse projeto.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Alencar da Silveira Júnior, concederei aparte a V. Exa., desde que V. Exa. se atenha às razões do veto. Todos os Deputados aqui têm condições de se inscrever para discutir o veto. Concedo aparte a V. Exa., desde que não se alongue muito, uma vez que temos ainda muito assunto a tratar aqui.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Quero explicar para a opinião pública o que foi dito pelo Deputado que me antecedeu. Quando se fala de jogatina instalada, com muita tranquilidade, Deputado Miguel Martini, quero lembrar que todos os jogos realizados nesse Governo já estavam para ser implantados no Governo passado. O contrato-mãe - temos de deixar isso bem claro para o Deputado que me antecedeu - foi feito no Governo Eduardo Azeredo. E fui contra ele, nesta Casa, porque fazia concorrência com o famoso jogo-do-bicho. Esse contrato foi feito no Governo passado. Todos os Líderes desta Casa - depois me certificarei se V. Exa. também - assinaram, no início do ano, um pedido de reformulação e modernização da Loteria. Agora, a quem atende o jogo clandestino?

Com relação à subvenção social, gostaria também de explicar ao Deputado que me antecedeu que todas as liberações realizadas pela Loteria Mineira são publicadas no "Minas Gerais". Não é difícil saber para onde estão indo os recursos da Loteria Mineira: é só acompanhar no "Minas Gerais", e V. Exa. sabe disso. Com muito respeito ao Deputado que me antecedeu, não vou permitir, que Deputado algum tente achincalhar ou crescer em cima de uma administração séria, como fazem hoje os dirigentes da Loteria Mineira, porque tive oportunidade de acompanhar tudo que está aí, assim como outros Deputados também. Tudo que está aí sendo realizado pela Loteria Mineira foi implantado no Governo Eduardo Azeredo, e ele também sabe disso. Então, vamos "pegar leve" e não vamos brincar assim.

Deputado Miguel Martini, quero mencionar ainda um jogo realizado no Governo Eduardo Azeredo, cujo nome é Sorteca. Há três anos, esse jogo é feito em toda Minas Gerais. E, em Belo Horizonte, com quase 550 funcionários. Na porta da Assembléia agora, repito, agora, o jogo foi paralisado por determinação do Governo, para acompanhar se houve irregularidade no Governo passado. Então, o menino está sem trabalhar.

O Deputado Miguel Martini - Vou concluir, porque V. Exa. pode fazer a defesa do Governo...

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - O menino está sem trabalhar. Ele fazia um jogo oficial, um jogo que arrecadava para o Governo. Com a atitude do Ministério Público, quem está rindo aqui, na porta da Assembléia, é o cambista do jogo-do-bicho. O bicheiro está aqui na porta, o cambista do jogo-do-bicho, que é ilegal, está lá na porta fazendo jogo. Vai lá. Estamos aqui, no Legislativo, e o bicheiro, o cambista do jogo-do-bicho, está lá na porta fazendo jogo ilegal.

O Deputado Miguel Martini - E onde está a polícia, que não toma providência?

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Ai, V. Exa. não vai perguntar para mim, Deputado.

É o seguinte: o jogo legal está parado, são 550 funcionários parados. Queria somente lembrar isso agora, aqui.

Repeto novamente para todos: esse contrato-mãe foi feito no Governo passado. E todas as auditorias do Governo Eduardo Azeredo no Governo Itamar Franco não constataram irregularidade alguma. É briga grande; no popular: briga de cachorro grande.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Alencar, comecei dizendo aqui que não foi a Oposição que levantou isso. Os jornais estão estampando isso. A Oposição, certamente, vai se deter...

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - O Ministério Público... Estamos falando de coisa séria.

O Deputado Miguel Martini - Estou falando do jornal. Estou com a palavra agora. A Oposição vai se debruçar sobre isso e vai verificar o que há de fundamento e o que não tem e vai exigir desse Governo que tome providências, quer seja para corrigir, quer seja para dar um atestado de bons antecedentes. Se V. Exa. denuncia, possivelmente, que esse Governo tinha arapongas aqui nas galerias, ele deve ter agora arapongas assistindo pela televisão. O Deputado Alencar da Silveira Júnior fez uma denúncia pública dizendo que jogo ilegal está ocorrendo na porta da Assembléia. Certamente, o Secretário da Segurança deverá tomar uma providência ou até os arapongas do Governo, que devem estar nos assistindo, devem imediatamente comunicar isso a ele para que sejam tomadas providências. Uma coisa não justifica outra.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, não quero tomar muito o tempo. Quero apenas dizer que o Deputado que antecedeu o Deputado Alencar da Silveira Júnior foi este Deputado, Deputado João Leite. Tem nome. Queria dizer também que o Deputado cai em várias contradições, diz que o contrato era do Governo passado, depois diz que foi implantado no Governo passado, que foi implantado agora e faz uma denúncia das mais graves ao Secretário da Segurança Pública.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior diz que há jogo-do-bicho na porta da Assembléia Legislativa. Para mim, isso é coisa da maior gravidade, é uma denúncia da maior gravidade. O Secretário da Segurança Pública é conivente? Quem é conivente com o jogo-do-bicho na porta da Assembléia? Para mim, isso é algo inusitado. Eu não tinha uma informação dessas. Agora, se a polícia é conivente, se o Secretário da Segurança é conivente com uma ação dessas na porta da Assembléia Legislativa... Ela é da maior gravidade e tem de ser apurada. Deve-se chamar o Secretário da Segurança Pública. Não é possível que a Assembléia Legislativa vá conviver com uma situação dessas de contravenção na porta do Poder Legislativo. Que denúncia grave. E meu nome é Deputado João Leite. Obrigado, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Continuando o nosso debate, vejamos V. Exas. as contradições...

A Deputada Maria Tereza Lara* - Colega Deputado Miguel Martini, gostaria de um aparte de dois minutos.

O Deputado Miguel Martini - Se for para a defesa do Governo, pediria que V. Exa. se inscrevesse para discutir o veto, porque estamos no meu tempo de fazer a defesa da minha idéia. Vou conceder a V. Exa. 2 minutos, mas não vou conceder mais tempo, senão vai se usar o artifício da base governista, usar o nosso tempo aqui, para defender o Governo. Todos podem se inscrever, democraticamente, livremente no livro. Vou conceder por deferência a V. Exa., pelo carinho, pela amizade que nos une, 2 minutos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Agradeço a sua fala pela amizade. Até achei interessante V. Exa. ter adivinhado que vou defender o Governador Itamar Franco. Então, como V. Exa. antecipou a minha fala...

O Deputado Miguel Martini - Só um instantinho, seria só para dizer que somos democráticos, apesar de o Governo não o ser.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Vou discordar, realmente, de V. Exa. com relação à avaliação do Governador Itamar Franco, porque sabemos que sobre essas denúncias ele tem tomado medidas firmes. Com relação à questão dos jogos caça-níqueis, também somos contra. Isso tem havido de anos em anos, de governos em governos. Temos de, realmente, como parlamentar, mobilizar a população, o controle social das políticas públicas para mudar essa situação. Então, temos esse outro lado...

O Deputado Miguel Martini - É exatamente isso, Deputada, por um lado queremos o controle da sociedade, mas o Governador nega à sociedade o direito que ela tem de conhecer os números. É por isso que estamos brigando. V. Exa. reforça a minha tese.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Não sou contra, em hipótese nenhuma, ao seu projeto, mas o Governador fez um decreto antecipando a autorização à sociedade de conhecer esses dados...

O Deputado Miguel Martini - Vou continuar dando tempo a V. Exa. É desrespeito a esta Casa. Seria só para dizer para a sociedade, para ficar bem-explicado. Sobre decreto, na hora em que o Governador estiver alegre, ele poderá fazê-lo, na hora em que ele estiver triste, ele poderá desazê-lo. Um decreto anula outro. O que estamos achando é que ele fez esse decreto só para dar uma resposta para a imprensa e para a sociedade, como ele tem feito de resto. Tão logo passe a fase dessa discussão, ele vai e faz outro anulando para negá-lo. Não queremos favores do Governador Itamar Franco.

O povo exige o direito que a Constituição lhe garante de tomar conhecimento do que lhe diz respeito, e esta Casa foi constituída para fazer leis. Cabe ao Governador cumprir essas leis, e não se fazer de legislador e legislar por decreto. Essa é uma prática ultrapassada, que, tenho certeza, V. Exa. e seu partido também já não aceitam.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Uma prova de que o Governador quer o controle social das políticas públicas foi o convite ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, nosso companheiro de partido, e que, sei, é também muito querido nesta Casa.

O convite significa que se deseja que o nosso projeto, que é o de que haja, de fato, controle social e conselhos de saúde, possa ser implantado no Estado.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. está dizendo que o PMDB não era sério?

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Pelo contrário. O ex-Deputado Armando Costa, ex-Secretário da Saúde, fez um bom trabalho. O que houve foi uma decisão do Governador, que respeitamos e acatamos.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. disse que a indicação do Deputado Adelmo Carneiro Leão para a Secretaria da Saúde é uma sinalização de que o Governador quer ser sério. Ele não era antes?

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - É uma sinalização de que ele quer maior controle das políticas sociais, das políticas públicas.

O Deputado Miguel Martini - E o PMDB não dava isso?

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Creio que esse trabalho pode ser ampliado com a ajuda do próprio PMDB, que também está no Governo. Muito obrigada.

O Deputado Miguel Martini - Concedo, com prazer, aparte ao Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Lamento também, Deputado Miguel Martini, o veto do Governador ao projeto SIAFI-Cidadão, porque a corrupção, a falta de transparência no poder público é um dos males que acomete o País.

V. Exa. teve a idéia de colocar transparentes as coisas do poder público. Não adianta apenas acusar os Governos que passaram, não adianta dizer que quem já passou pelo Governo foi corrupto, se os que estão no Governo agora não avançam na ação de coibir a corrupção no poder público.

Deixo registrado aqui meu sentimento de frustração diante da atitude do Governador. Nós, que trabalhamos pela moralidade do poder público, nos sentimos traídos neste momento: a Assembleia Legislativa teve uma idéia, aprovou-a, o Governador vetou-a e, agora, copia a idéia, que foi de V. Exa., e faz um decreto. Fomos diminuídos, assim, como Poder Legislativo.

Esperamos que a luz apareça no atual Governo, para que a sociedade, já descrente da justiça, do Legislativo e do Executivo, volte a acreditar no poder público. É preciso resgatar a confiança da sociedade, e o projeto SIAFI-Cidadão é a chave para isso, já que veio da Assembleia Legislativa, que representa a vontade popular. Como uma pessoa apenas, que é o Governador, pode negar a transparência do poder público?

Vamos, portanto, lutar para que esta Casa reflita, garanta seu poder e derrube o veto do Governador, instituindo, assim, a transparência no poder público. Parabéns, Deputado Miguel Martini, pela sua posição.

O Deputado Miguel Martini - E há nisso também, Deputado Paulo Piau, uma incoerência. Participei, por equívoco, de uma reunião com o Governador Itamar Franco, e sua fala foi a seguinte: "Respeitarei as decisões que a Casa Legislativa tomar, quer me agradem, quer me desagradem". Mas não é o que estamos vendo.

Percebo que os Deputados desta Casa vão recuperando, pouco a pouco, o brio, o amor próprio e por este Poder.

Os Deputados, depois de haver examinado detidamente o projeto, que foi resultado de audiências públicas e debates, concluíram que ele era bom e votaram favoravelmente. Mas o Governador, vivendo um dos seus dias de vingança, o que é normal, resolveu: "Vou me vingar do Deputado Miguel Martini". E vetou o projeto. Só que, depois, baixou o decreto com a mesma idéia.

Ora, como um Deputado vai explicar para sua base eleitoral que ele se esquece do que pensa, se esquece de sua convicção, o Governador reafirma que é bom, porque faz por decreto, e ele não vai votar contra o Governador?

Olha, a base eleitoral, o nosso eleitorado, os cidadãos estão cada dia mais esclarecidos. Não dá para aceitar uma coisa dessas, uma incoerência absurda. Se ele não tivesse feito por decreto estaria bem, o Governador me convenceria de que é ruim. Mas não foi isso. O Governador disse que é bom. Só não quer que seja do Poder Legislativo, quer que seja dele, pelo seu narcisismo. Não sei todos os nomes que podemos colocar, mas há também seu desejo desenfreado de chegar à Presidência da República e ficar bem na mídia.

Tenho certeza, Deputado Paulo Piau, que esse veto será derrubado nesta Casa. Principalmente porque depois da agressão ao PMDB, depois da agressão ao PDT, do desrespeito, não é possível - porque aí seria não se amar. A lei de Deus diz para amar o próximo como a si mesmo. Nem a lei de Deus exige que eu ame o outro mais do que a mim.

Está bem, vamos amar o Governador, vamos ter interesse nos nossos recursos para as nossas bases, mas vamos ter um pouco de respeito por nós mesmos e pela nossa coerência política.

Vejam o que ele diz: "Considerando a necessidade de recursos para a sua implantação, contraria as diretrizes do Governo de buscar adequação de gastos à capacidade de pagamento existente. Não há margem para viabilizar".

Acho que ele deveria ser processado por falsidade ideológica, porque ele diz: "Não há margem para viabilizar financeiramente as disposições previstas no projeto". Isso é mentira. Ele comprovou essa mentira quando fez por decreto. Percebe, Deputado João Leite? Para sancionar a minha lei não havia dinheiro. Ele diz isso. No entanto, faz por decreto e implanta. Como apareceu esse dinheiro? Por quanto sairá esse decreto?

Dessa forma, a proposição está em desconformidade com o disposto no art. 161, inciso I, da Constituição do Estado, que veda o início de programa ou projeto não incluído na lei orçamentária nova. Então é ilegal o decreto?

Ora, para sancionar a lei ele contraria a LDO, a lei do orçamento. No entanto, para fazer por decreto, Deputado Hely Tarquínio, ele pode? É um absurdo. É mais uma das incoerências desse Governo.

Com muito prazer, concedo aparte ao meu grande Líder, Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Caro Deputado Miguel Martini, estamos seguindo atentamente a sua exposição - como sempre, brilhante e fundamentada em conhecimentos e, sobretudo, na sua experiência sobre o assunto.

O Governador, mais uma vez, ao vetar o SIAFI-Cidadão, está agindo de forma incoerente. Ele está fazendo isso sempre, como V. Exa. citou, no mesmo momento em que faz um veto parcial, cria um "jurisprudencial" complexo, que ninguém entende.

Sempre me pergunto como seria a Procuradoria do Governo, porque ele cria por decreto, dizendo que já existem regras para isso e contraria não só o Deputado, mas também o Poder Legislativo, na sua missão de criar regras. O aperfeiçoamento da LDO, pelo qual V. Exa. tanto luta, foi vetado. Solicitamos a transparência dos demonstrativos de gastos nos diversos setores.

O Deputado Miguel Martini - Principalmente no tocante às subvenções sociais, porque queríamos que ele discriminasse em que pretendia investir. Ele não o fez, talvez, para usar esse dinheiro da Loteria do jeito que quisesse.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Mas, na verdade, ele está concedendo subvenção social diretamente das secretarias, em mais de 135 milhões. Ele não quer essa transparência, e isso já está ficando freqüente. O que ele fez com o veto ao SIAFI-Cidadão fez com o veto à criação do Corpo de Bombeiros, do seu companheiro Antônio Júlio, um aliado. Ele está, realmente, desprestigiando esta Casa.

Os Poderes são independentes, mas trabalham juntos para o povo de Minas Gerais. E hoje há um grande abismo entre esta Casa e o Governo do Estado. Ele quer desprestigiar o Poder Legislativo. Desde o primeiro dia de Governo, ele o está desprestigiando. Paradoxalmente, gostaria de dizer que não gostaria de ver permanecer a força de pressão do Palácio sobre este Plenário, como sempre está acontecendo. Temo que este Plenário continue fazendo a vez do Palácio da Liberdade.

Já houve o orçamento participativo, vão acontecer muitas outras inaugurações, como a TV Assembléia nas cidades-pólo...

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. está falando do engodo do orçamento participativo, não é isso?

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Engodo do orçamento participativo, porque acabaram as audiências públicas do Poder Legislativo, nas quais estavam integrados os três Poderes mais o Tribunal de Contas. Isso não vai existir mais em nível técnico e político, mas, sim, o orçamento participativo e de uma forma equivocada, um falso orçamento participativo. É o que está acontecendo.

Os vetos que estão acontecendo nada mais são que a repetição do mando do Governo nesta Casa, que começou no dia da eleição da Mesa. E estou preocupado, sim. Que a Mesa me perdoe, mas ela está se dobrando aos mandos do Governador. Não temos nada contra a Mesa, não estamos aqui para fazer Oposição à Mesa, mas gostaríamos de fazer esse alerta.

V. Exa. foi muito feliz nesse projeto, Deputado Miguel Martini. Está criando um mecanismo de controle para o povo de Minas Gerais, atendendo principalmente às necessidades desse mundo globalizado, moderno, permitindo que seja possível, por meio da eletrônica, ter-se conhecimento dos gastos. A Lei de Responsabilidade Fiscal está procurando ser implantada e não pode ser combatida. Ela pode ter os seus problemas, mas temos de adaptá-la à situação do Brasil. Criando-se o SIAFI-Cidadão, as informações serão acessíveis a todos os cidadãos e a todos os órgãos, para que possamos exercer o controle social dos gastos do Governo. Ele está castrando esse direito do povo de Minas Gerais com esse veto ao projeto do ilustre Deputado Miguel Martini.

Fica o nosso protesto. Gostaríamos que todos os Deputados entendessem que estamos pedindo transparência, viabilidade e facilidade. Hoje todos não podem tirar extrato bancário até dentro de casa? Por que não podemos ter um controle social do Governo? E o PT prega tanto controle social! Quero reiterar aos Deputados de esquerda, que são favoráveis ao controle social - e nós, da social-democracia também -, que queremos votar contra o veto do Governador.

O Deputado Miguel Martini - Talvez não sejam esquerdas como eram antigamente. É o que estamos percebendo, talvez seja por isso.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Ilustre Deputado, gostaria de parabenizá-lo por sua posição e por seu brilhante projeto, que corre o risco de ser sepultado neste Poder Legislativo. Gostaríamos de pedir apoio para contrariar o veto do Governador, encaminhar-lhe isso, para ele melhor raciocinar sobre essa questão e passar a prestigiar o Poder Legislativo.

Não podemos votar contra uma matéria que passou nesta Casa em dois turnos e que foi bastante examinada, que teve a aprovação nas comissões e no Plenário. Parabéns, Deputado Miguel Martini.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Quero que V. Exa. me permita dizer algumas palavras, já que o Deputado Hely Tarquínio fez uma referência pouco respeitosa para com a Mesa, acusando-a de submissão ao Executivo. Quero dizer que esta Mesa aprendeu a fazer política e está dirigindo da maneira como sempre foi feita nesta Casa. Ela tem procurado certa independência, mas é natural, e todo mundo sabe que esta Mesa faz parte da base de sustentação do Governo. Ela está fazendo exatamente como aprendeu e até procurando melhorar em alguns pontos sua conduta na Casa.

Portanto, se V. Exa. quiser comparar, poderá comprovar em sua trajetória, aqui dentro, que a atitude desta Mesa não é diferente da de outras. Suas atitudes têm sido para procurar a independência do Poder. No entanto, ela procura também ser fiel à sua condição de base de sustentação do Governo. Não podemos fazer de outra forma, Deputado.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Falou e disse, ilustre Deputado José Braga, por quem tenho muita admiração. Quero apenas alertá-lo a respeito da propaganda subliminar que está se refletindo nesta Casa. É só isso. Como a Mesa representa o Poder Legislativo, estou fazendo-lhes um alerta. Aconteceram certos movimentos que causaram até uma polêmica em sua aprovação. Foi o orçamento participativo.

Em Patos de Minas, por exemplo, o Prefeito nem é do lado do Governo, mas isso foi imposto: marcaram uma reunião, fizeram um auê, criaram uma atmosfera de apoio aberto ao Governo Itamar Franco para a eleição de 2000. É isso que estou dizendo. A Mesa tem que tomar cuidado. É um alerta de um companheiro. Aprovo a Mesa que está aí, porque são os nossos representantes perante os outros Poderes. Estou dizendo isso apenas quanto ao Poder Legislativo, mas jamais querendo com isso atingir qualquer pessoa da Mesa, muito menos V. Exa., por quem tenho muita admiração e muito me honra ser seu colega. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - O nosso tempo é muito escasso. Uma hora realmente é muito pouco tempo para discutir. Estamos percebendo que precisaríamos de duas, três, quatro horas. Espero que outros companheiros também se manifestem, mas gostaria pelo menos de começar a ler o projeto, para que a sociedade tome conhecimento dele. Ela está curiosa. (- LÊ:)

"Dispõe sobre a implantação do projeto Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI-Cidadão."

É um sistema em que todos os atos e fatos ocorridos no Governo são registrados. Diz assim: "O Poder Executivo implementará e manterá, a partir de 1º de janeiro de 2000, o projeto SIAFI-Cidadão, que terá o objetivo de tornar disponíveis à população informações sobre a execução orçamentária e financeira do Estado, resguardadas aquelas de caráter sigiloso, para a preservação do interesse público. Art. 2º - São objetivos básicos do projeto SIAFI-Cidadão: oferecer à população relatórios sucintos, em linguagem acessível, sobre a situação econômico-financeira do Estado; tornar disponíveis aos interessados informações sobre investimentos do Estado nos mais diversos setores, que incluirão os valores orçados, as atualizações monetárias porventura efetuadas, o estágio de execução da obra ou de investimento e o processo licitatório;" - a sociedade quer acompanhar esse mar de lama das licitações e poderia acompanhar pelo SIAFI o processo licitatório; "servir de instrumento de informação e de conscientização da população sobre a necessidade de zelo para com os gastos públicos realizados e sobre a importância dos tributos como fonte de financiamento do Estado; possibilitar aos governos municipais o acesso a informações de interesse do seu município, como obras, investimentos e participação na distribuição da quota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI".

"Art. 3º - O acervo de informações disponíveis no projeto SIAFI-Cidadão será elaborado de acordo com os seguintes critérios:

I - realização de estudo prévio, por meio de pesquisas, sobre as principais informações às quais a sociedade gostaria de ter acesso;

II - organização das informações por microrregiões, englobando dados sobre as ações do Governo que afetam seus municípios;

III - agrupamento das informações por políticas setoriais e programas orçamentários, com dados sobre:

a) saúde;

b) educação;

c) segurança pública;

d) esporte, lazer e turismo;

e) participação dos municípios na arrecadação do ICMS e do IPI;

f) outras áreas de interesse da municipalidade;

IV) organização de arquivo de informações especiais, de acesso limitado.

Parágrafo único - Serão fornecidas a Prefeitos, Deputados e Vereadores senhas de acesso às informações especiais a que se refere o inciso IV."

A incoerência deste Governo é que não aceitamos. Muito obrigado.

Questões de Ordem

A Deputada Elbe Brandão - Sr. Presidente, gostaria de comunicar que acaba de falecer, na cidade de Montes Claros, o Dr. João Vale Maurício, sogro de nosso novo colega, Deputado Sandoval Coelho, uma pessoa muito importante no processo histórico de Montes Claros, fundador da nossa UNIMONTES e ex-Secretário de Estado de Minas Gerais. É com pesar que comunicamos o seu falecimento.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Tendo em vista a manifesta falta de "quorum", solicitamos a V. Exa. o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado João Leite - Estamos acompanhando, nestes últimos dias, essa insatisfação da base do Governo e essa fuga ao debate. A cada dia que abrimos os jornais, há um escândalo desse Governo. Solicito a V. Exa. a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 13 Deputados. Não há "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, declara encerrada a discussão, em turno único, dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.258, 14.261, 14.270, 14.271, 14.274, 14.277, 14.309, 14.314, 14.326, 14.329, 14.330 e 14.333, uma vez que permaneceram em pauta para discussão por seis reuniões consecutivas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 83ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 23/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aداuto, Durval Ângelo e Luiz Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Amílcar Martins; aprovação da ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Votação de Pareceres: Parecer Sobre a Indicação do Titular do DEOP-MG; discursos dos Deputados Hely Tarquínio e Miguel Martini; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de "quorum" para votação; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Hely Tarquínio; discursos dos Deputados João Leite, Hely Tarquínio, Paulo Piau, Amílcar Martins, Mauro Lobo, Sebastião Costa e Sebastião Navarro Vieira; rejeição; verificação de votação; questões de ordem; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; prejudicialidade do requerimento; questão de ordem - Inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos; palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bené Guedes - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 20h08min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Agostinho Silveira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Amilcar Martins.

O Deputado Amilcar Martins - Sr. Presidente, consta que foram feitas oito chamadas de recomposição de "quorum" na reunião anterior, e, pela leitura da ata que acaba de ser feita pelo Deputado Agostinho Silveira, pude perceber que houve apenas sete chamadas de recomposição de "quorum". Gostaria que o Deputado ou a Mesa conferisse esse número. Essa informação é fundamental e deve ser registrada com exatidão na ata. Portanto, gostaria que a ata fosse conferida com relação ao número de chamadas. Pelo que me consta, o número da ata não confere com o número que efetivamente ocorreu na reunião de hoje à tarde.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para dar resposta ao questionamento do Deputado Amilcar Martins.

O Sr. Secretário (Deputado Agostinho Silveira) - Deputado, gostaria de informar a V. Exa. que foram feitas sete chamadas, e não oito, e que estão registrados sete pedidos de recomposição de "quorum".

O Deputado Amilcar Martins - Tive a impressão de que seriam oito. Pela informação que tenho, o número de Deputados que responderam à chamada, em diferentes momentos, não é exata. Gostaria que V. Exa., mais uma vez, repetisse quantos Deputados efetivamente responderam a cada uma das chamadas no Plenário.

O Sr. Secretário - Se V. Exa. desejar, a Mesa possui as sete chamadas à disposição de V. Exa.

O Deputado Amilcar Martins - Obrigado, mas não ficou claro o número de Deputados que responderam à chamada.

O Sr. Presidente - Não há retificação a ser feita. Não havendo quem mais sobre a ata se manifeste, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência fez retirar da pauta da presente reunião a eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em virtude da sua realização na reunião extraordinária ocorrida ontem à noite.

Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer sobre a Indicação do Titular do DEOP-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em votação, o parecer. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na tribuna para atender à mensagem do Sr. Governador do Estado, que já foi analisada por uma Comissão Especial, para encaminhar à votação o nome do Sr. Nélzio de Assis, designado para responder pelo cargo de Diretor-Geral do DEOP-MG. Esse nome certamente já foi analisado de forma multidimensional pela Comissão Especial desta Casa, que o aprovou. Ilustres colegas deste parlamento, o DEOP é um órgão muito importante. Ele, junto com outros setores, determina a realização de obras em todo o Estado, que está dividido em sete regiões. O DEOP atua em todas elas, com uma responsabilidade técnica, determinando e efetivando gastos de um montante vultoso. Vejam a importância desse cargo. Para exercê-lo, certamente, precisamos de uma pessoa de conhecimentos técnicos comprovados e de notório saber no que tange ao seu exercício. Sob sua direção, terá inúmeros recursos humanos e materiais, para efetivar as muitas obras deste Estado.

Os Deputados, anteriormente, não exercitavam, como representantes do povo, essa atividade de aprovar, em Comissão e Plenário, o nome de pessoas indicadas para a administração direta e indireta. Portanto, essa é uma conquista e uma responsabilidade desta Casa. Tenho plena confiança na Comissão que analisou o nome do Dr. Nélzio de Assis para esse importante cargo e, com o espírito desarmado, sendo da Oposição, estou aqui para concordar com a aprovação de seu nome. A Oposição não está aqui apenas para contrariar as decisões do Governador.

Se ele tem, nessa pessoa, alguém que, segundo seu conceito, sua avaliação, está preparada para desempenhar tão importante cargo; se a Comissão Especial aprovou o nome do Sr. Nélzio, logicamente fez após uma profunda análise, um inventário de sua vida, habilitando-o para o exercício de um cargo público importante para Minas Gerais. Sendo assim, a Oposição não tem motivo para votar contra e, portanto, vamos endossar essa escolha. Este parlamento tem, também, a responsabilidade de analisar outros nomes, mas não vemos óbice nesse processo até que se prove o contrário.

Na fundamentação que tenho em mãos, lê-se: "O candidato demonstrou conhecimentos sobre a entidade para cuja direção foi indicado, atendendo, ainda, aos demais critérios exigidos para ocupar o cargo. Esta Comissão entende que se trata de pessoa que dignificará o cargo para o qual está sendo indicada. Em face do exposto, a Comissão opina pela aprovação." É o que, formalmente, está escrito e, na condição de Oposição, não temos a obrigação de aprovar ou indicar nomes. O nome é indicado pelo Governador e aprovado na Comissão, já que a maioria de seus componentes são da base governista. De forma imparcial, não posso dizer ser contra o nome, apenas endossamos o voto dos companheiros. Aqui não consta voto em contrário e, diante do exposto, houve a aprovação do nome; a Oposição se reserva apenas o direito de endossar a posição dos companheiros, sem entrar no mérito das questões que possam ser levantadas posteriormente. Nossa responsabilidade limita-se a conferir essa documentação, e, como não houve óbice, vemo-nos na obrigação de apenas endossar o nome do Sr. Nélzio. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui estamos para encaminhar a votação do nome do Dr. Nélzio de Assis, designado para responder pelo cargo de Diretor-Geral do DEOP-MG.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando tivemos a feliz idéia de propor a emenda constitucional que obriga a que todos os Diretores e Presidentes de autarquias sejam sabatinados e, em votação secreta, aprovados por esta Casa, era nossa intenção - e continua sendo - que a sociedade pudesse examinar com cuidado, por meio de seus representantes, o nome do indicado e que isso fosse acompanhado pela sociedade, por meio da imprensa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pude participar da sabatina do Dr. Nélzio e percebi que havia algo acertado para que ninguém fizesse pergunta capciosa cuja resposta pudesse verdadeiramente indicar quem seria esse candidato. Estou aqui fazendo essa denúncia, pois, chegando à Comissão, verificamos que era um joguinho de cartas marcadas. Fizemos perguntas, e, a nosso ver, as respostas não foram satisfatórias.

O que estamos percebendo neste Governo é que quatro Presidentes que indicamos aqui já deram problema nesta administração. Por isso, esta Casa precisa ter mais zelo, mais cuidado nessas sabinas. Deve ter mais cuidado na indicação e ao referendar os nomes apresentados pelo Governador Itamar Franco.

Tivemos os problemas da FHEMIG, da CASEMG e da ADEMG, que implicaram em escândalos e em ações do próprio Governo. Já ocorreram também problemas no DER.

Essas indicações estão refletindo claramente que não estamos tendo o devido cuidado no exame, na sabatina dos nomes apresentados, razão por que estou sugerindo à Oposição desta Casa que não referende mais os nomes, a menos que tenha total segurança de que o nome indicado represente alguém que não nos dará problemas no futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar contrariamente a essa indicação. Encaminho dessa maneira por ter participado, reafirmo, da sabatina e não ter saído convencido pelas respostas que me foram dadas. Até me estranhou o fato de que um Deputado da base governista, quando eu fazia a pergunta, tentava atrapalhar.

O problema aqui não é ser da base governista ou da Oposição. A intenção do texto legal é que cumpramos corretamente o nosso dever; que, ao sabatinarmos um candidato a qualquer cargo que seja, tenhamos mais cuidado, mais zelo, para não acontecer o que está acontecendo, o que estamos vendo acontecer.

Não sei quantos mais vão cair, não sei quantos mais serão substituídos. Não sabemos quantas denúncias mais vamos receber, pois a cada dia recebemos mais. Só achamos que devemos ter mais zelo, mais cuidado; foi para isso que fomos eleitos.

Fomos eleitos para ser legítimos representantes do povo, para cumprir o nosso mandato e cumprir a nossa missão de ser fiscais da sociedade, fiscais do povo. E, como fiscais, devemos tomar cuidado, devemos ter zelo e mais atenção para não fazermos aqui apenas um ato pró-forma, formulando quaisquer perguntas, aceitando qualquer tipo de resposta e referendando o nome. A TV Minas deu problema, todos esses nomes que citei deram problema. Então, outros também poderão dar.

O nosso encaminhamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para que prestemos atenção a esse fato. E os nobres colegas que não participaram da reunião na Comissão Especial deveriam pelo menos tomar conhecimento do currículo do candidato e fazer uma análise mais acurada. Particularmente, não posso dizer que esse cidadão seja íntegro, mais ou menos honesto, não posso afirmar isso. Só acho que a forma como se deu a sabatina não foi suficiente para nos dar segurança de que esse candidato deve ser aprovado por esta Assembléia.

Chamamos a atenção, cumprimos o nosso papel de fazer aqui a denúncia. Acho que a postura da Oposição, não tendo plena segurança, plena convicção, é a de não aprovar. E aqueles que acharem que devem aprovar devem assumir a responsabilidade pelos seus atos.

Era dessa foram que queríamos encaminhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Questões de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação e percebemos a inexistência de "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos. Não temos 39 Deputados em Plenário, razão por que pedimos o encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, solicito a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Tadeu Leite) - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adata) - Responderam à chamada 33 Deputados. Portanto, não há "quorum" para votação.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Pela relevância da matéria e sabendo que há vários Deputados em gabinetes, solicito que seja feita nova chamada para a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 36 Deputados. Não há "quorum" para votação.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, o Deputado recebe para trabalhar, estar presente e votar projetos. Sabemos que ainda temos muitos Deputados que estão no cafezinho. Quem sabe se fizermos mais uma chamada - e a minha questão de ordem é essa -, não poderemos sensibilizá-los, fazendo com que venham fazer jus aos seus salários e votar? Por isso, solicito que seja feita nova chamada para a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência quer fazer uma pequena observação às suas colocações. Temos Deputados de Oposição que não estão em Plenário, mas é legítimo o processo de obstrução. Então, não tem nada a ver sua presença ou não em Plenário, mesmo com relação a ganho. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 37 Deputados. Não há "quorum" para votação. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, solicito ao Sr. Secretário que proceda a nova chamada para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Roberto) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 38 Deputados. Não há "quorum" para votação.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Insisto na mesma tese. Solicito que seja feita nova chamada para recomposição de "quorum", para vermos se há número suficiente para o processo de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Responderam à chamada 40 Deputados. Portanto, há "quorum" para votação.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante da pauta.

Discussão e Votação de Proposições

Vem à Mesa requerimento do Deputado Hely Tarquínio, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.314 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de votação. Em votação, o requerimento. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, gostaria que a assessoria me fornecesse o requerimento. O nobre Deputado Hely Tarquínio solicita, regimentalmente, a inversão da pauta da reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.314 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de votação.

Gostaríamos de encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Hely Tarquínio, inclusive para termos a oportunidade da organização na votação desses vetos, dado o grande número a ser apreciado. Existem vetos que mereciam uma discussão mais cuidadosa por parte do Plenário, mas, devido ao prazo das reuniões, isso não pode ser feito. Consideramos que o requerimento do Deputado Hely Tarquínio pode ser aprovado. Solicito à assessoria o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.314, para que possamos colocar para o Plenário desta Casa o interesse do Deputado Hely Tarquínio e nosso apoio à sua pretensão de inversão da pauta desta reunião.

É justamente o projeto que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transporte, o FUNTRANS. O Governador foi coerente ao vetar exatamente os artigos que determinavam que a Assembléia deveria ter conhecimento de todos os gastos do FUNTRANS. Vou ler as razões do veto do Governador:

"O Governador do Estado após Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.314, para excluir da sanção os incisos XI e XII e o parágrafo único do art. 2º, o art. 7º e o inciso IX do art. 8º, tendo em vista razões de ordem constitucional e de interesse público. O inciso XI e o parágrafo único do art. 2º da proposição em referência discriminam competências do gestor do FUNTRANS que já estariam abrangidas pelo art. 4º, II, do projeto, e, particularmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias".

"Além disso, dois membros da Assembléia Legislativa participarão do Grupo Coordenador do Fundo, conforme dispõe o art. 8º, VI e VII, também da proposição, o que torna o dispositivo vetado desnecessário".

Portanto, considera o Governador que a participação de Deputados no Grupo Coordenador possibilita que toda a Assembléia Legislativa tenha conhecimento dos investimentos desse Fundo, com o que, claro, não concordamos. Queremos maior transparência na aplicação dos recursos desse Fundo e que todos os Deputados e a Assembléia Legislativa tenham conhecimento de onde eles serão aplicados. (- Lê:)

"Quanto ao inciso XII do art. 2º, importa ressaltar que já existe convênio entre o DER-MG e a PMMG, estabelecendo o repasse de recursos financeiros, objetivando atender às necessidades operacionais da Polícia Rodoviária Estadual".

Novamente, acompanhamos aqui algo que foi aprovado pela Assembléia Legislativa justamente para dotar a Polícia Rodoviária Estadual de condições para fazer o patrulhamento das estradas, mas vemos novamente o Governador do Estado vetar. Temos recebido os relatórios, a partir da Comissão de Direitos Humanos, da situação, da falta de equipamento que está vivendo a Polícia Rodoviária Estadual e a própria Polícia Militar de Minas Gerais, impedindo, muitas vezes, que a polícia possa cumprir o seu papel tão importante. Mas pensa o Governador também que, de alguma maneira, serão repassados esses recursos para a Polícia Rodoviária Estadual.

Queremos ver isso por meio de lei, por isso encaminhamos favoravelmente ao requerimento do Deputado Hely Tarquínio, para que possamos votar em primeiro lugar esse veto, e encaminhamos pela derrubada desse veto.

Continua aqui o Governador do Estado nas razões do veto. (-Lê:)

"Dispõe o art. 7º da proposição que caberá ao gestor do Fundo remeter à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa documentos relacionados com a licitação para a obra a ser desenvolvida.

Caso seja mantido tal dispositivo, haverá uma repetição de tarefas para o DER-MG, com custos desnecessários, uma vez que cópia de toda essa documentação já é encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado. E, reiterando, a Assembléia Legislativa já contará com dois representantes na composição do Grupo Coordenador do Fundo, que terá acesso a toda a documentação."

Penso até que alguém no Governo deu esse parecer, porque não é possível que o Governo não queira que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia acompanhe a aplicação desses recursos e os documentos relacionados na licitação para as obras serem desenvolvidas.

Ora, o Governo continua com a mesma prática: não quer que a Assembléia Legislativa tenha ciência das licitações que serão feitas com os recursos do FUNTRANS. E aqui está a verdadeira razão do veto: querem impedir que a Assembléia tenha acesso aos documentos da licitação. Por quê? Não são documentos limpos, tratados com a maior austeridade, seriedade? Por que a Comissão de Fiscalização Financeira não pode ter acesso a esses documentos de licitação? Quais são realmente as razões desse veto? Qual é a dificuldade do Governo de enviar à Comissão de Fiscalização Financeira os documentos relacionados na licitação? Esta é a palavra em voga em nossos dias: licitação. E teima este Governo em não atender a um dispositivo votado pela Assembléia Legislativa o qual traz transparência aos processos de licitação.

Então, encaminhamos favoravelmente à aprovação do requerimento do nobre Deputado Hely Tarquínio. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos, na forma regimental, a inversão da pauta desta reunião de maneira que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.314 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de votação. Pedimos essa inversão da pauta exatamente porque se trata de um projeto da maior importância, a votação do FUNTRANS. (- Lê:)

"PROJETO DE LEI Nº 410/99

Cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS.

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS -, com o objetivo de repassar recursos e financiar serviços, obras, ações e atividades relativas aos transportes do Estado.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, a expressão Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes, a sigla FUNTRANS e o vocábulo Fundo equívalem-se.

Art. 2º - Na consecução dos objetivos previstos no "caput" do artigo anterior, o gestor do Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes deverá:

I - selecionar e priorizar, na malha rodoviária do Estado, os corredores de importância estratégica e logística para a execução de obras e prestação de serviços, visando ao incremento competitivo da economia mineira, à geração e manutenção de empregos e à eliminação de desequilíbrios regionais;

II - buscar meios de financiamentos com vistas a exonerar o Estado dos custos de iniciativa, planejamento, execução, operacionalização e manutenção de obras e serviços inerentes aos transportes;

III - proporcionar resgate eficaz da degradação da malha rodoviária do Estado, em termos de custos operacionais, melhoria no padrão e na qualidade das viagens de passageiros e de cargas, modicidade nos fretes, redução dos riscos de acidentes e menor consumo de combustíveis, incentivos à educação para o trânsito, bem como à melhoria das condições ambientais, ecológicas e de segurança nas estradas..."

Como os senhores podem verificar, o FUNTRANS é muito importante e tem uma série de objetivos. O seu financiamento provém de muitas origens, de muitas fontes. Posteriormente, poderemos mencioná-lo. Já é do conhecimento da Casa, foi aprovado aqui. Uma vez que esta Casa colocou algumas emendas, o Governador vetou o projeto e fundamentou as razões do veto. Por isso mesmo, acreditamos que seja da maior importância a apreciação e a votação do projeto, invertendo-se a pauta, para se apreciá-lo logo após o projeto do ilustre Deputado Antônio Júlio.

O FUNTRANS, como os Deputados puderam verificar, facultará ao Executivo a realização de muitas obras. E, como este é um ano eleitoral, ano em que o Governo tem muitos aliados, e o Governador já está pensando em ser Presidente da República, é lógico, por questão até de iniciativa do próprio Governo, destinar aos seus aliados um valor substancial às diferentes regiões, beneficiando os Prefeitos, melhorando a malha rodoviária, facilitando toda essa justificativa fundamentada nesse projeto: diminuir o valor do frete, conservar estradas, cooperar na educação. Então, a finalidade do Governo é buscar o bem-estar de todos os mineiros. A Comissão de Fiscalização Financeira fez alguns aperfeiçoamentos no projeto, porque nós, Deputados, temos que melhorar o projeto que vem do Governo. Este tem uma visão política, e nós temos uma visão política plural. Esta Casa é plural. Isso tem que ficar bem explicado.

Então, nesse projeto, está a somatória das necessidades do povo mineiro. E a Casa se preocupou em fiscalizar esse Fundo, porque vai ter muito dinheiro para a campanha eleitoral. Mas isso é natural do Governo, não estamos questionando. Ele tem que aplicar para os seus aliados e, às vezes, também para a Oposição. Achamos que isso está certo, mas temos que colocar a nossa participação de forma plural, diversificada, atendendo a todas as regiões. Qual o espírito de se fazer uma lei com controle social? Nós, da social-democracia brasileira, e também o PFL, fizemos emendas e propusemos controle social, com melhor fiscalização do Legislativo, e controle social por meio, se possível, do SIAF-Cidadão, um projeto que está tramitando e trará transparência aos gastos. E, quem sabe, com a Lei de Responsabilidade Fiscal também implantada, em breve, isso vai se superpor à prestação de contas do FUNTRANS. Olhem a importância desse projeto!

E esta Casa está cumprindo a sua função, que é reelaborar uma lei que veio do Executivo, dar-lhe os contornos de lisura, transparência e enviá-la, depois de aprovada, ao Governador. Mas o Executivo após veto exatamente à nossa proposta de transparência. Entre elas, há o parágrafo único de um artigo dizendo que, semestralmente, serão enviados a esta Casa demonstrativos dos gastos da origem, que é o FUNTRANS. Como eu disse, esse Fundo é formado por várias fontes de financiamento. Vai financiar uma obra e materializar. E, de seis em seis meses, queremos, aqui, na Assembléia, o demonstrativo. Isso, sim, é uma lei elaborada com controle social. É o que o Poder Legislativo está propondo ao Governador.

Mas estamos aqui para dizer da urgência que temos em definir esse projeto de lei e de votar o veto parcial. Vamos encaminhar pela derrubada do veto e estamos fundamentando a nossa proposta de inversão da pauta, porque, do jeito que a coisa está caminhando, os projetos demorarão a ser votados. E o FUNTRANS é urgente para o próprio Governo, que terá de prestar contas, de seis em seis meses, dos gastos que serão executados durante este ano. Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, gostaríamos, inicialmente, de cumprimentar o Deputado Hely Tarquínio pelas razões que alegou para o seu pedido de inversão da pauta na noite de hoje. O que o Deputado Hely Tarquínio solicita é que votemos inicialmente o projeto do FUNTRANS, que cria o Fundo de Transportes para o Estado de Minas Gerais, um projeto que tem a sua importância, porque visa melhorar as condições das estradas do Estado.

Quero, primeiramente, dizer que essa inversão significa votar mais rapidamente esse projeto, porque as estradas de Minas estão sendo consideradas hoje as piores do País. Todos os cidadãos mineiros conhecem as razões pelas quais as nossas estradas estão ruins, porque têm a experiência de passar, dia a dia, por elas. Sabem da importância de o Governo do Estado dar a devida manutenção não só às estradas estaduais, mas também às estradas federais que cortam Minas Gerais, por meio da sua ação junto ao Governo Federal.

Nós, que estivemos esta semana na cidade de Iturama, já que a CPI do Narcotráfico lá esteve para participar de uma audiência pública, tivemos que passar pela MG-255, que liga Frutal a Iturama. Os membros da CPI felizmente partiram de Uberaba para Iturama de carro, pois já era noite. Fiquei feliz, porque poucas pessoas nesta Casa dizem que as estradas do Triângulo estão em péssimas condições, e, evidentemente, com a presença dos outros três membros da CPI, podemos aumentar a voz nesta Casa para dizer que a presença do Governo do Estado está sendo sentida. Num trecho de 280km, gastamos mais de 4 horas de viagem, correndo, inclusive, risco de vida, porque os buracos que ali se encontram talvez não permitam mais nem o chamado tapa-buraco. Haverá necessidade, certamente, do recapeamento de todo aquele trecho, dado o desleixo, o descaso e dadas as condições em que aquele trecho chegou.

E sabemos que não é só lá que isso acontece. Várias estradas de Minas Gerais carecem de manutenção. Por isso mesmo é que o Deputado Hely Tarquínio demonstra essa preocupação, ao requerer a inversão dessa votação, para que possamos "vetar" os vetos do Governador mais rapidamente e o FUNTRANS possa funcionar com recursos financeiros e cuidar de nossas estradas, até agora, com mais de um ano desse Governo, completamente abandonadas.

Nesta semana, passei também pela MG-190, estrada que liga Uberaba a Nova Ponte. Trata-se de uma estrada de interligação nacional. Grande parte do movimento de cargas que vêm do Sul em direção ao Norte ou Nordeste usa aquele trecho de estrada. Quanto à situação das estradas do Sul de Minas, fui informado de que o Governo contratou empresas para consertar estradas sem licitação. Então, de maneira comparativa, queremos pedir-lhe que tenha o mesmo procedimento com relação à MG-190, porque suas condições são mais precárias do que a maior parte das estradas do Sul de Minas. Não estamos pedindo que se faça o conserto sem licitação. Defendemos que seja realizada, podendo ser dispensada apenas em caso de emergência. É bom entender que emergência é uma ponte caída, um trecho interrompido, ou seja, falta de condições para o tráfego. Portanto, esse requerimento de inversão da pauta, do Deputado Hely Tarquínio, visa exatamente dar essa ferramenta ao Governo para que seja eficiente e eficaz na manutenção das estradas de Minas Gerais.

Também a nossa MG-050, que liga Uberaba a Uberlândia, é um trecho que está sendo duplicado pelo Governo Federal de maneira extremamente lenta. Fica o nosso repúdio a essa situação. Trata-se de uma estrada de integração nacional, por onde passam 18 mil veículos por dia. Nesse trecho, os acidentes são uma constante. Embora essa estrada seja de responsabilidade federal, evidentemente o Governo do Estado tem que agir, precisa brigar pelos interesses do Estado, porque essa estrada é mineira. O relacionamento entre o Governo de Minas e o Governo Federal precisa existir para que o nosso Estado não seja prejudicado. Esperamos que o FUNTRANS venha amenizar esse problema, porque uma estrada ruim causa encarecimento de frete em todas as regiões. Todas as regiões movimentam cargas e passageiros, mas, sobretudo, na área de cargas, nosso produto é encarecido.

Eu, que conheço o Triângulo Mineiro, quanto à soja, ao milho, ao boi, posso dizer que tudo é encarecido pelas estradas ruins. Portanto, a nossa competitividade diminui. Com isso, as nossas regiões são prejudicadas. Se formos a outras regiões, e quero referir-me à Zona da Mata, especialmente Viçosa, vamos verificar que existem trechos extremamente danificados, que precisam da atenção do Governo de Minas Gerais, a fim de que tenham condições de tráfego.

Portanto, Srs. Deputados, quero solicitar que esse requerimento do Deputado Hely Tarquínio seja aprovado, ou seja, que o FUNTRANS possa ser aprovado com os vetos do Governador, que tem algumas alegações não tão consistentes. Ele coloca suas razões, a fim de que alguns incisos, alguns artigos sejam vetados. É de extrema importância que deliberemos rápido sobre essa matéria, para que o Governo, que hoje está sem instrumento para consertar nossas estradas, possa usar o Fundo de Transporte para as licitações necessárias. Não quero alongar-me, mas simplesmente pedir aos Deputados que votem favoravelmente ao requerimento do Deputado Hely Tarquínio.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Hely Tarquínio, Líder do PSDB nesta Casa, para a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.314 seja apreciado em primeiro lugar, entre as matérias em fase de votação.

Começo minha intervenção cumprimentando o Deputado Hely Tarquínio, um Deputado atento, vigilante, cômico de suas responsabilidades e que, dessa forma, mais uma vez, demonstra a todos sua preocupação de que as matérias relevantes recebam um exame mais cuidadoso, detalhado e atento por parte de todos nós. Lamento que o Regimento não me dê mais do que 10 minutos. E tenho apenas 10 minutos para discutir, em primeiro lugar, as razões pelas quais o Deputado Hely Tarquínio propõe a inversão da pauta desta reunião, e, em segundo lugar, entrarmos, se houver tempo, em duas discussões substantivas, duas discussões de fundo, de conteúdo. Uma delas é sobre o Projeto de Lei nº 14.314, que necessita de uma análise cuidadosa sobre as razões do veto do Sr. Governador, que nos causa enorme estranheza. Parece que, por falta de assessoria hábil ou até por assessoria feita por um adversário, no mau sentido da palavra, um adversário da administração pública, as razões do veto impedem a transparência no setor público, que é, entre todas as razões, aquela que mais tem sido solicitada pela opinião pública.

Entre tudo que a população hoje espera e deseja do administrador público, dos responsáveis pela coisa pública, o mais importante, talvez, seja a garantia da transparência no trato da coisa pública. Como poderemos examinar, talvez na terceira parte da minha intervenção neste momento, o Governador, mal assessorado, faz um veto que incide exatamente sobre esse aspecto, o aspecto da transparência, o aspecto da fiscalização. E não há bem maior para o administrador público do que um processo de auditoria permanente, um processo de fiscalização permanente, porque isso, inclusive, o exime de acusações futuras, o exime de suspeita. É uma garantia antecipada que se dá ao responsável pelo trato da coisa pública, sobretudo, responsável pelo uso do dinheiro público, do dinheiro do contribuinte, de que ele poderá ficar tranqüilo, porque está sob um processo permanente de fiscalização. E, nesse caso específico, ainda sem entrar no conteúdo específico da matéria, é uma área particularmente sensível, porque estamos falando de fiscalização, de transparência na área de licitações para obras rodoviárias. E isso é o assunto do dia. É um assunto que tem a força de um furacão, que derruba Secretários, que derruba Diretores-Gerais de autarquias; enfim, é um assunto perigoso. Brincar com fogo no que se refere a essa matéria é extremamente temerário, para dizer o mínimo. No entanto, o Governador Itamar Franco, volto a insistir, num momento de infelicidade, de pouca inspiração, provavelmente mal assessorado, vem com um veto incidindo exatamente sobre esse aspecto. É inacreditável, no momento em que vivemos, que isso esteja acontecendo em nosso Estado. Mas é a realidade dos fatos. É por isso que a democracia pressupõe, exatamente, o estabelecimento do contraditório. É por isso que a democracia pressupõe a presença e a vigilância da Oposição. Cabe a nós, como representantes dos interesses maiores da população de Minas Gerais, chamar a atenção de nossos pares, chamar a atenção da população e dos Deputados desta Casa para que não incorram em erro maior, eventualmente em um erro sem retorno, em um erro que terá consequências deletérias e permanentes para o interesse público de Minas Gerais. Estamos aqui para chamar a atenção de todos, para que todos sejamos cuidadosos ao votar esse veto. O Deputado Hely Tarquínio, ao propor essa inversão de pauta, tem como objetivo maior chamar a atenção para uma matéria extremamente importante - eu diria, até mesmo, se o Presidente me permite, se os Deputados me permitem, uma matéria explosiva. O assunto é de extrema gravidade, e todos devemos estar atentos a esse aspecto. Não adianta, depois, chorar sobre o leite derramado.

Se a Assembléia não se prevenir contra o erro cometido pela assessoria de seu Governador, com este veto equivocado, num momento de pouca inspiração, depois não haverá muito a fazer, ou, talvez, nada a fazer.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, já dizia no começo da minha fala que o Regimento, infelizmente, só me concede 10 minutos para o meu pronunciamento, quando, na verdade, precisava de uma ou duas horas para discutir essa questão, que é fundamental para os interesses do Poder Legislativo, para os interesses da população. Mas, pela falta de tempo hábil para essa discussão, deixo aqui um apelo a todos, para que votemos acompanhando o Deputado Hely Tarquínio na sua solicitação, na sua proposta de inversão de pauta, para que essa matéria que cria o FUNTRANS seja votada primeiro e permita uma discussão antecipada de todas as suas consequências. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposição do Deputado Hely Tarquínio, de inversão da pauta, não se trata apenas de medida que visa à protelação do tempo da discussão e da votação do projeto, mas se prende à importância desse projeto, que é a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento do Transporte - FUNTRANS. O Governo tem como fonte de redenção da malha rodoviária de nosso Estado esse fundo, daí a sua importância.

Tivemos, há poucos dias, no mês passado, essa discussão sobre o problema ocorrido com as estradas do Sul de Minas. Corremos o Estado todo e temos visto o estado deplorável de nossas estradas. A razão apresentada é sempre a mesma: a inexistência de recursos suficientes para um trabalho preventivo, ou mesmo corretivo. Então, vemos o acréscimo de acidentes em nossas estradas, em decorrência da má conservação, da falta de sinalização, enfim, da falta das condições desejáveis de segurança.

Vem o Governo com essa proposta do FUNTRANS. Gostaria de chamar a atenção dos Deputados para que o FUNTRANS não seja um fundo que, como tantos outros, perca a sua agilidade, elasticidade e rapidez de ação, em decorrência de esses recursos serem encaminhados para a conta única do Tesouro.

Tivemos, nesta Casa, uma CPI criada exatamente para a apuração de possíveis desvios dos recursos dos diversos fundos do Estado. Não queremos que o FUNTRANS também caia na vala comum da conta única ou do caixa único do Estado.

Temos, aqui, um projeto que é importante para o FUNTRANS, que redefine o funcionamento da conta única do Tesouro. Esse projeto foi inicialmente apresentado pelo Deputado Márcio Kangussu. Apresentamos um substitutivo definindo que o Governo do Estado, o Executivo, criaria, na conta única do Tesouro, no caixa único como alguns preferem dizer, o fundo de liquidez. Ou seja, teria, obrigatoriamente, determinado percentual dos depósitos, para garantir liquidez das diversas demandas. É algo que funciona, há dezenas de anos, em qualquer agência bancária.

Quando se discute a criação de um fundo da importância do FUNTRANS, é preciso que haja essa proteção, ou seja, a disponibilidade à vista para atender a diversas demandas. Isso é para que não tenhamos falhas que ocorreram no Governo passado e continuam a ocorrer neste Governo. Às vezes, há demanda de liberação imediata de determinado recurso de um fundo, que não está disponível. E não está disponível porque não existe liquidez na conta única do Estado.

Crítica-se a conta única. Entendemos que a conta única é não somente uma exigência legal, como também, em termos gerenciais ou de gestão de recursos, uma necessidade. É claro que o Executivo não pode abrir mão disso, não só para fazer face às suas diversas demandas de recursos financeiros, mas também para ter melhor gestão e controle deles.

O FUNTRANS ou outro fundo é necessário. É preciso que tenha suas especificidades de aplicação. Mas, por outro lado, temos de garantir que não ocorra com o FUNTRANS o que vem ocorrendo, nos dias de hoje, com outros fundos. No momento em que é sinalizada pelo seu gestor a necessidade de recursos para fazerem face aos compromissos assumidos, há que se esperar, às vezes, por vários dias ou até meses, a liberação, porque os recursos se encontram na conta única do Estado.

Temos de avaliar essa mudança, temos de trabalhá-la. Não é uma mudança que vai contra a capacidade de gestão do Governo do Estado, do Executivo. Pode auxiliar o Executivo a encontrar uma forma de melhor gerir todos os recursos que são encaminhados para a conta única, para que possamos ter liquidez em todos os fundos do Estado. Estamos discutindo essa proposta do Deputado Hely Tarquínio, que mostra sensibilidade ao projeto.

É um projeto que, realmente, levará à recuperação das nossas estradas. Não basta apenas o Sul de Minas reclamar das suas estradas. Temos de ver o Estado como um todo. Podemos, aliás, verificar o estado lastimável das estradas do Sul de Minas, mas sabemos do estado lastimável das estradas do Norte de Minas, do Oeste, do Sul, do Centro, enfim, de todo o Estado. Portanto, o FUNTRANS criará condições para que o Governo do Estado tenha a base financeira para atender a essas demandas. Isso é importante para o desenvolvimento do Estado. Com essa infra-estrutura rodoviária de primeira linha, em condições de perfeito uso durante todo o ano, estaremos contribuindo para o desenvolvimento do Estado e, mais ainda, para a diminuição dos acidentes em nossas estradas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes nas galerias, servidores da Assembléia, estou aqui com a preocupação de sempre fazer

justiça às pessoas. Tenho, como princípio básico, que não se deve exceder para não ser injusto. Nesta oportunidade, gostaria de fazer justiça ao Deputado Hely Tarquínio, pelo seu zelo, pela sua presença de espírito e pela sua forma de contribuir, porque a Oposição, às vezes, não é interpretada como devia. Dizem que a Oposição está obstruindo e dificultando o processo de votação, mas, com esse requerimento, fica patenteado e claro aos olhos de quem quiser perceber e ver que o Deputado Hely Tarquínio quer, de fato, dar, como sempre o fez, grande contribuição ao processo de votação nesta Casa. Além de ter um conteúdo, o que está propondo tem importância muito grande. Costumo dizer que toda iniciativa ou proposição deve ser apreciada sob dois aspectos. O primeiro é o senso de oportunidade. O segundo é o conteúdo. O Deputado revela o aspecto do senso de oportunidade ao apresentar esse requerimento. Está evidenciada a mudança nas estações do ano. Todos sabem que estamos em uma fase de transição do verão para o outono. Estamos saindo do período em que as chuvas são intensas e entrando em um período em que se inicia um processo de acomodação, que é o outono, até mesmo com relação às plantas.

O Deputado Hely Tarquínio, com sua visão de homem público, vislumbra que esse veto a que se refere o requerimento deve ter prioridade entre tantos na pauta, sendo apreciado logo após aquele que versa sobre a criação do Corpo de Bombeiros em Pará de Minas, que, hoje à tarde, estivemos encaminhando. O Deputado Hely Tarquínio, com sua inteligência, percebeu o momento especial que estamos vivendo no que se refere às estações do ano e apresentou esse requerimento, para permitir - e quero que os telespectadores nos acompanhem neste raciocínio - que o Governo possa ter liberdade de iniciar, imediatamente, logo após a apreciação do veto pelo Plenário da Assembléia, a recuperação das rodovias estaduais, que estão em estado precário.

Não vim aqui para transformar este encaminhamento em uma crítica a quem quer que seja, apenas estou abordando essa questão para demonstrar o senso de oportunidade com que o requerimento foi apresentado. O conteúdo desse requerimento é bastante representativo. Não vejo nenhum mal na inversão, mesmo porque a ordem dos fatores não altera o produto. Aprecia-lo logo após o veto sobre a unidade do Corpo de Bombeiros em Pará de Minas não traz prejuízo às outras matérias da pauta, já que não têm a mesma necessidade premente dessa no que se refere ao fato de o Governo ter definida a sua situação com relação ao veto que opôs à matéria. Por sinal, acredito que o Governador opôs o veto de maneira equivocada, naturalmente induzido por algum assessor, pois nenhum Chefe de Poder Executivo tem tempo de examinar todas as proposições que lhe são apresentadas a fim de sancioná-las ou vetá-las.

A ordem dos fatores não altera o produto, mas a ação de Governo, após definida a situação do projeto que institui o FUNTRANS, poderá ser imediata, o que me faz reportar ao senso de oportunidade a que já me referi. Talvez, há um ou dois meses, ele não tivesse a importância de agora, quando cessa o período das chuvas. Estamos passando do verão para o outono, e as chuvas tendem, se vierem, a ser menos intensas, consequentemente permitindo o reinício das obras. Acompanhava esta fase do ano quando exercia o mandato de Prefeito. Esse é exatamente o momento em que o poder público precisa de recursos e de estar, de fato, liberado para promover suas ações.

Com a inversão de pauta, esse veto estará dando ao Governo o instrumento legal necessário, para que ele possa, de imediato, se quiser, recuperar todas as rodovias estaduais, que dependem de uma assistência especial por parte do órgão responsável por essa ação governamental.

Por fim, ao encaminharmos o veto propriamente dito, quero ter a oportunidade de falar sobre o porquê de estarmos discordando dele.

Aqui estou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, atendo-me apenas à matéria constante no requerimento. E isso porque quero cumprir, sempre que possível, todas as normas regimentais para resguardar o direito de reagir por todas as formas legais e morais permitidas, quando alguém deixar de cumprir o Regimento Interno que é, para mim, importantíssimo, por disciplinar o comportamento entre dirigentes e dirigidos. Por fim, quero lembrar que estaremos votando favoravelmente, não pelo fato de o Deputado Hely Tarquínio liderar a Bancada do PSDB, a bancada da oposição construtiva, esclarecedora, sensível, sempre disposta a contribuir para com o povo mineiro.

Quero, uma vez mais, lembrar que o Deputado Hely Tarquínio, com a apresentação desse requerimento, demonstra ser um homem público sensível, que sabe o momento certo, a hora e a forma de agir, agir para contribuir, contribuir para edificar um Estado melhor, mais justo, com nossas rodovias devidamente recuperadas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Hely Tarquínio, por entender a importância da criação do FUNTRANS, solicita a votação do projeto em primeiro lugar. O Deputado Hely Tarquínio requer essa prioridade de votação com total e integral apoio da Bancada do PFL.

Cumpra ressaltar que, quando da votação desse projeto, além da proposta da Oposição para seu aprimoramento, votamos na totalidade de nossas bancadas. Apoiamos a proposta que o Governo ali fazia por entendermos que o Estado precisa ter recursos diferenciados para a manutenção das nossas rodovias. Quando havia destinação própria e específica para o DNER e para o DER, as nossas estradas ainda tinham certa conservação. Hoje, o que vemos é um verdadeiro estado de calamidade assolando as rodovias estaduais mineiras e as federais delegadas ao Estado de Minas. Nossas rodovias encontram-se em estado de tamanha calamidade que o Governo Itamar Franco aproveita-se das chuvas, ocorridas no início deste ano, quando vivemos uma calamidade pública, para tentar promover operações tapa-buracos nas estradas mineiras, com repasse de recurso federal, administrado por órgão estadual, sem licitação, apropriando-se de R\$53.000.000,00, essa verdadeira fortuna, burlando o que diz a lei: que o dinheiro público tem que ser tratado com respeito e idoneidade por parte de quem o aplica e o administra.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se há manobras diversionistas para talvez se apropriar de recursos públicos de forma não muito condizente com a moralidade pública, vem o Sr. Governador vetar parcialmente o projeto do FUNTRANS, que teve, na sua votação, a presença maciça dos partidos de Oposição nesta Casa, que exigiram e fizeram aprovar, na época, emendas que obrigavam o poder público a ser transparente na aplicação dos recursos gerados e geridos pelo FUNTRANS.

É lastimável que tudo isso faça parte do conjunto de situações que estamos vivendo em Minas. O Governador veta a transparência da aplicação dos recursos na conservação das estradas. O Governo Itamar Franco promove a idéia, que graças a Deus não conseguiu, de fazer reparo nas estradas, pinçando empresas protegidas e com as quais houve negociação sem licitação, sem concorrência pública.

É escandaloso dirigir um Estado dessa forma. O Governador demite o Secretário de Obras, o Diretor do nosso DER e vai buscar aqueles que, por tradição e por cultura, têm um sentido maior de responsabilidade e espírito de patriotismo para gerir essas ações. Mas não tem pejo de vetar aquilo que a oposição conseguiu incluir no projeto da criação do FUNTRANS como um instrumento de moralidade pública e de fiscalização democrática que compete a este Poder.

Aliás, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Governador do Estado, desde a primeira hora em que assumiu o Governo deste Estado, tem demonstrado um desrespeito total para com o Poder Legislativo. Se a Casa do povo é a voz do povo de Minas, o desrespeito ao Poder Legislativo nada mais é do que o desrespeito ao povo mineiro. E respeito não é qualidade própria da maneira de ser do nosso Governador do Estado, haja vista o que anda fazendo agora com os aliados e o ajudaram a ocupar a cadeira, a grande coroa governamental do nosso Estado. Que o diga o Deputado Armando Costa. Falta respeito. O Governador veta os incisos XI e XII e o parágrafo único do art. 2º.

O inciso XI e o parágrafo único do art. 2º referem-se às competências já abrangidas pelo art. 4º, inciso II, na LDO, e são vetados por desnecessários. Como é preceito estabelecido por esta Casa na LDO, ele se vê no direito de vetar aquilo que foi inserido no projeto do FUNTRANS. Se estava na LDO, ele tinha até a obrigação moral, por respeito a este Poder Legislativo, de sancionar e não de vetar. Se a LDO prevê, ao invés de respeitar aquilo que ela determina, ele veta por desnecessário: já está na LDO.

Infelizmente, é assim que se administra o Estado de Minas hoje. Não se verifica repetição de competências, existência de convênio. Como convênio é hierarquicamente inferior a lei, não impede que a matéria receba regulamentação legislativa.

Afirmo isso porque o Governador veta o inciso XII do art. 2º porque diz que é desnecessário existir convênio entre o DER e a Polícia Militar, pois já existe convênio. O art. 7º prevê a repetição de tarifa. No inciso XI do art. 8º coloca o representante da Polícia Militar, proposta desta Casa, na coordenação do FUNTRANS. O Governador veta porque não está previsto, no estatuto da Polícia Militar, que ela tenha um representante no FUNTRANS. Como poderia o estatuto da Polícia Militar prever representante seu no FUNTRANS? Então, quando votado o estatuto da PM, não existia FUNTRANS? Se o estatuto da Polícia Militar não diz que tem um representante, o que obsta que venha a ter? Por que não existe no estatuto, a PM fica impedida de acompanhar as ações do FUNTRANS?

Sr. Presidente, já concluo. Concluo lastimando tudo isso que tem acontecido em Minas, onde o nosso Governador faz discurso de uma forma e tem prática de política diferente. Diz

que é democrata e desrespeita, nas questões mais comezinhas, o Poder Legislativo. Para ele não existe Poder Legislativo.

Adquiri, durante este Governo de Itamar Franco, uma convicção: é um homem honrado, sim, que não rouba, mas é um administrador incompetente. Governante competente é aquele que escolhe bem os seus auxiliares. Estamos vendo o que está acontecendo em Minas: a cada dia pipoca um novo escândalo, protagonizado por aqueles que o Governador nomeou. O Governador se proclama um democrata. Um democrata que não respeita o povo nem o Poder Legislativo. Veta por vetar, simplesmente para humilhar o Poder Legislativo.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Hely Tarquínio - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação pelo processo eletrônico, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento. No momento da primeira votação, encontravam-se no Plenário os Deputados de Oposição e votaram. Quando V. Exa. pediu a verificação, saíram do Plenário. Gostaria que V. Exa., mesmo computando a abstenção, computasse o voto deles. Se não tivessem votado na primeira vez, concordaria com a ausência deles.

Os Deputados votaram na primeira verificação. Então, na segunda, os votos deles terão que ser contados. Eles fizeram encaminhamento, votaram e agora estão fora do Plenário. Esta Casa tem que mudar esse comportamento, porque, se aqui estavam, aqui têm que permanecer.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. lembrasse ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, que tem andado um pouco ausente do Plenário, que já existe orientação da Mesa sobre essa questão de ordem. Na verdade, os nossos Deputados estavam saindo do Plenário quando ocorreu a votação. O Deputado, inclusive, foi chamado em casa para comparecer. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, "data maxima venia", não estou entendendo a questão de ordem levantada pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior e secundada pelo Deputado Hely Tarquínio. Na verdade, é incompreensível a ausência dos Deputados numa verificação de votação, já que os Deputados aqui estavam votando e foram eles mesmos que requereram a verificação. Então, Sr. Presidente, gostaria de indagar de V. Exa. se é plausível a ausência desses Deputados, até mesmo porque, daqui de onde estou, eu os vejo.

O Sr. Presidente - A Presidência, respondendo à questão de ordem do Deputado Márcio Cunha, até gostaria de poder contar com a presença dos Deputados de Oposição neste Plenário, para que houvesse a complementação do "quorum" necessário para votação. A Presidência vai iniciar o processo de verificação de votação. Em votação.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 33 Deputados. Não há "quorum" para votação. A Presidência torna a votação sem efeito e declara o requerimento prejudicado, em virtude da falta de "quorum" para votação.

Questão de Ordem

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas trazer ao conhecimento deste Plenário que o Governador do Estado, atendendo à solicitação do Prefeito da Capital, determinou à PMMG que mantivesse a ordem pública diante do movimento deflagrado pelos perueiros, atuando no sentido de não permitir a obstrução de vias públicas e a ocupação de prédios públicos.

Nesse sentido, queremos formular ao ilustre Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, convite para que ele acompanhe toda a movimentação da PMMG a ser levada a efeito em razão dessa solicitação do Prefeito da Capital. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica de plano a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, declara encerrada a discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.311, uma vez que este permaneceu em ordem do dia para discussão por seis reuniões consecutivas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 24, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

*** - Sem revisão do orador.**

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 33ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 4/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.212/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.213 e 1.214/2000, do Deputado José Milton; 1.216/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.219 e 1.220/2000, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 35ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 4/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 693/99, do Deputado Marco Régis; 731/99, do Deputado Ronaldo Canabrava.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DAS BARRAGENS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 4/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento n.º 1.185/2000, da Deputada Elbe Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DAS LICITAÇÕES, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 4/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 14h30min do dia 3/4/2000, destinada à abertura do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo.

Palácio da Inconfidência, 31 de março de 2000.

Anderson Aduino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial pra Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 35/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, Dimas Rodrigues e Elmo Braz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2000, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de março de 2000.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elmo Braz, Luiz Tadeu Leite, Doutor Viana e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 31 de março de 2000.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da CPI das Construtoras

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Amílcar Martins, Cristiano Canêdo, Dinis Pinheiro, Doutor Viana, Eduardo Brandão e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e se designar o relator.

Sala das Comissões, 31 de março de 2000.

Rêmolo Aloise, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Agostinho Silveira, Eduardo Daladier, Irani Barbosa e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2000, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em 1º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 695/99, 803, 806, 789, 805, 818, 819, 821, 825, 830 e 844/2000 e o Projeto de Lei Complementar nº 24/2000; e em turno único, os Projetos de Lei nºs 639, 737 e 784/99, 811 a 813, 815 a 817, 823, 824, 826, 827, 829, 833 a 836, 841 e 842/2000.

Sala das Comissões, 31 de março de 2000.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cabo Morais, Antônio Carlos Andrada, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir os seguintes convidados: Sr. Mauro Ribeiro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública; Cel. Severo Augusto da Silva Neto, Comandante do Policiamento da Capital; Cabo PM Adalberto dos Santos Valadares, Presidente do Centro Social de Cabos e Soldados; Major PM Domingos Sávio de Mendonça, Presidente da Associação de Oficiais, Policiais e Bombeiros Militares; Sr. Newton Ribeiro de Carvalho, Superintendente-Geral da Polícia Civil; Sr. Luiz Flávio Sapori, Pesquisador Pleno da Fundação João Pinheiro, que prestarão esclarecimentos sobre o tema objeto da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de março de 2000.

Antônio Júlio, Presidente.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 31/3/2000, a seguinte comunicação:

Do Deputado Ivair Nogueira, dando ciência de que reassume, em 31/3/2000, o exercício do mandato parlamentar nesta Casa. (- Ciente. Publique-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

120ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/3/2000

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de lembrar que estou com a palavra pelo art. 164 por ter sido o meu nome citado na reunião da última quarta-feira, às 20 horas. Gostaria de ler os trechos que falam sobre a minha pessoa. O Deputado Alberto Pinto Coelho, por quem tenho muito respeito e admiração, disse o seguinte: "Gostaria de registrar e lamentar a ausência nesta Casa, nesta noite, do Deputado Alberto Bejani, que foi o parlamentar que entendeu tornar públicos os indícios que chegaram ao seu conhecimento por intermédio da imprensa. Lamento profundamente, espero e quero ter a convicção de que tem razões para não estar aqui nesta noite presenciando esclarecimentos trazidos pela diretoria da FHEMIG". Continua o Deputado: "Encerrando minhas palavras e minhas considerações, gostaria de dizer que é muito importante a acuidade, o zelo e o denodo no trato da coisa pública, mas é importante e substantivo separar essas questões daquilo que há de mais vil, que são pessoas desqualificadas, que têm seus interesses contrariados e, a partir daí, são capazes de denegrir a imagem de uma instituição como a FHEMIG e de pessoas honradas, como é o caso do Diretor-Geral e dos demais diretores daquela casa. Muito obrigado".

Essas palavras foram aplaudidas pela torcida organizada que lotava as galerias desta Casa. Eram muitas pessoas, todas elas defendendo seu emprego, pois eram contratadas pela FHEMIG. Somente no gabinete do Superintendente-Geral estão lotadas 31 delas.

Gostaria de lembrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que eu estava com ausência justificada até o dia 17, por meio de ofício encaminhado à Mesa. Este é o primeiro momento após aquela fala em que tenho oportunidade de comparecer ao Plenário. Indago de V. Exa. se posso continuar com a palavra pelo art. 164, e posso, evidentemente, pois ainda me restam 2 minutos.

No último dia 15, após o término da reunião comemorativa do Dia Internacional da Mulher, por volta das 17 horas, tendo apresentado à Mesa minha justificativa de ausência até o dia 17, viajei para receber, em Juiz de Fora, o Exmo. Sr. Governador do Paraná, Dr. Jaime Lerner.

Pouco antes das 18 horas desse dia, foi anunciado que o pessoal da FHEMIG compareceria, às 20 horas, à Comissão de Fiscalização. Passaram depois para o Plenário, onde a peça teatral foi apresentada. Aqui estiveram cabeças coroadas, atendendo a um requerimento aprovado nesse mesmo dia. O espetáculo foi transmitido ao vivo para todo o Estado, pela TV Minas.

Ainda tenho tempo e gostaria de lembrar que sempre fui contra, mesmo discordando do bloco da Oposição, a vinda a esta Casa do ex-Superintendente da FHEMIG, por entender que suas explicações devem ser apresentadas ao Ministério Público, já que temos provas suficientes de que ele realmente gastou o dinheiro público de forma errada. Temos aqui duas notas fiscais emitidas no nome do ex-Superintendente, no mesmo dia: uma de almoço e outra de jantar, tendo as duas números seguidos. Como ele pode almoçar e jantar com notas de números consecutivos? Atrevo-me, mesmo, a dizer que o Dr. Magro sai dessa superintendência como "Dr. Gordo", por comer, em um único dia, R\$440,00, com a FHEMIG pagando. Esse valor é o suficiente para manter uma família da classe média por um mês, mas, apenas em um dia, o ex-Superintendente Dr. Magro comeu tudo isso!

Não estava presente, pois estava em Juiz de Fora, em um seminário do meu partido, aguardando o Governador Jaime Lerner, do Paraná. Aliás, Sr. Presidente, quero parabenizar o PMDB de Belo Horizonte por ter ido até esse Estado visitar o Governador Jaime Lerner, para aprender a governar. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de falar um pouco sobre tudo isso que aconteceu, isto é, sobre as denúncias de que a empresa Brasil Sul Indústria e Comércio, de Niterói, iria ganhar a licitação para lavar as roupas dos hospitais ligados à FHEMIG. Nós, naquela ocasião - queremos deixar bem claro -, fomos, logo após, a justificativa, através da FHEMIG, de que teríamos de acertar porque eram apenas duas empresas. Não é verdade. O jornal "O Globo" publicou, nos classificados, o nome da empresa, de trás para frente, na quarta-feira de cinzas. E ali constava que iriam disputar a licitação para lavar as roupas dos hospitais, através da FHEMIG. Então, não eram 2, mas 17 empresas. Na quinta-feira abriram os envelopes. Quinze empresas foram desclassificadas, ficando apenas duas. Dessas duas, coincidência ou não, sobrou aquela que estava publicada no jornal "O Globo" e também no "Estado de Minas", na quarta-feira de cinzas.

E alertávamos que ali havia dados para afastar completamente as empresas de Minas Gerais. Primeiro, o capital de R\$500.000,00. Pergunto qual empresa de lavar roupa em Minas Gerais tem um capital de R\$500.000,00? Segundo, caução de R\$50.000,00 para participar. Qual empresa que lava roupas tem R\$50.000,00 nas mãos para participar de uma licitação? Terceiro - e gravíssimo -, empresa com capacidade para lavar 4.000kg de roupas por dia. Se juntarmos todos os hospitais em Minas Gerais, não chegaremos a 3.000kg por dia. Como uma lavanderia, em Minas, vai ter capacidade para lavar 4.000kg por dia? A Brasil Sul, Indústria e Comércio de Niterói apresentou todas essas capacidades.

E tem mais: através do requerimento que temos em mãos, estamos requerendo, na forma regimental, seja requisitado da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, seções de Niterói e São Gonçalo, o contrato social da empresa Brasil Sul, Comércio e Indústria Ltda., e todas as suas alterações.

Essa empresa estava sendo contratada para lavar roupa da FHEMIG durante cinco anos. O valor do contrato seria de aproximadamente R\$14.000.000,00. Precisamos conhecer com quem negocia o Estado. Há notícias de que um dos principais sócios da firma está sendo processado e já teve a prisão preventiva decretada pela Justiça Federal por faltar junto ao Ministério da Saúde. Há notícias de que parente de um cidadão do primeiro escalão desse Governo participa também dessa empresa de Niterói.

Estamos buscando informações. Se isso for verdade, com certeza, o Dr. Itamar Franco - continuo atestando sua honestidade - continuo afirmando, está mal assessorado, precisa de um assessoramento mais honesto, mais adequado e mais de respeito para com o nosso Estado. O Dr. Itamar Franco está sendo colocado na roda de algumas pessoas que não têm a decência de trabalhar com dignidade. O próprio ex-Superintendente da FHEMIG consegue gastar num almoço, num dia, aqui mesmo, num restaurante considerado chique, de Minas Gerais, R\$200,00, e R\$240,00 no jantar, portanto, R\$440,00 num dia, para almoçar e jantar. É o suficiente para sustentar uma família da classe média durante 30 dias. Dinheiro de onde? Da saúde. Consegue contratar - está em documento - um Vectra CD, ano 2000, com estofamento de couro, por R\$6.800,00, como está na planilha da FHEMIG, para ele, exclusivamente, passear no final de semana - passeava, porque lá não está mais -, mas tudo isso será entregue ao Ministério Público. Não é o caso de só demitir. É preciso ir a fundo para devolver aos cofres públicos aquilo que foi usado de maneira incorreta. Aqui está a planilha da FHEMIG, onde se gasta hoje, com aluguel de carros, R\$86.000,00 por mês. É dinheiro que sai da saúde, que está à míngua no Estado de Minas Gerais. Em vários municípios, aliás, na maioria deles, não há agulha para se colocar na seringa. A agulha descartável está faltando em vários municípios. Não há como se aplicar injeção nas pessoas, porque as agulhas não chegam, e não há dinheiro para comprar. Enquanto isso, mordomias são colocadas na FHEMIG para o chefe ou ex-chefe, alguns ainda dentro daquela casa.

E o pior de tudo isso é que esta Casa montou, na quarta-feira passada, um circo para aplaudir o Superintendente, aquele que se dizia honesto, aquele que se dizia um homem puro, concorrendo até com o Edir Macedo. Precipitaram-se. Hoje, onde estão os defensores do Superintendente que foi demitido? Onde estão os defensores do homem que teve coragem de alugar um Vectra no valor de R\$6.800,00 por mês? Isso dá mais de R\$70.000,00 ao ano, valor com que se compram dois Vectras. Onde estão os defensores do homem que teve coragem de colocar como aluguel carros e motoristas particulares no valor preciso de R\$85.433,69? São R\$85.000,00 por mês de aluguel de carro. Com esse valor, quanto não poderia se aplicar na saúde? Quantos municípios precisam de R\$5.000,00 e não têm?

Tudo isso sem contar o fio cirúrgico que foi comprado ano passado pelo mesmo Superintendente. Em situação de emergência, ele comprou fio cirúrgico no valor de R\$640.000,00, para usar o ano inteiro. Que emergência é essa, que dispensa licitação de fio cirúrgico e faz com que se compre quantidade para ser usada o ano inteiro? Isso vai ser investigado. Aliás, já está sendo investigado pelo Ministério Público. E o pior é que esses R\$640.000,00 foram entregues para um distribuidor e não diretamente para o fabricante. Isso tudo nos dá certeza de que, quarta-feira passada, no Plenário, montou-se um circo para aplaudir e defender quem não merecia. A prova está aí. Se merecesse, estaria no cargo e não teria sido demitido pelo Governador Itamar Franco.

Não venho aqui para falar sem provas concretas. Tenho em minhas mãos as notas do almoço e jantar do Dr. Magro. Depois disso, ele virou o Dr. Gordo, já que gastou R\$400,00 com almoço e jantar num dia apenas. Ele deixou de ser Magro quando esteve na Superintendência da FHEMIG.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, estávamos em audiência, para ouvir o Secretário e o Superintendente. Estamos acompanhando todos esses acontecimentos da semana passada, de ontem e hoje, como consequência de tudo isso.

Há um outro desdobramento. Estamos recebendo telefonemas com ameaças a nossa integridade física e nossa família. Sei que V. Exa. também recebeu. Quero dizer que, por esses telefonemas, percebemos que há muitas outras coisas que precisam ser apuradas. E a ameaça vem sempre no sentido de se não mexer na questão das licitações. Não estou entendendo muito bem. Parece que há mais pessoas preocupadas, talvez muito preocupadas, com o fato de esta Assembléia começar a cumprir, continuar - esta Casa sempre fez isso - com esse processo. Penso que a CPI das Licitações deve, com mais afinco, levantar todas as questões que possam ser suspeitas.

Quero dizer que as ameaças vão nos estimulando ainda mais, porque nossa missão é essa. Somos homens públicos, eleitos para cumprir o nosso papel. Não vai ser uma ameaçazinha daqui e dali que vai nos inibir. Pelo contrário, vai nos estimular, para que possamos aprofundar o assunto, porque isso é indicio de que há muita coisa debaixo do tapete do Governo. Sei que V. Exa. também recebeu essas ameaças. Há, agora, preocupação ainda maior de intensificar esse trabalho e de buscar aqueles covardes que fazem essas ameaças, tentando impedir que o nosso trabalho seja bem realizado.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. É verdade. Não havia comentado, mas há ameaças. Estava em frente à Assembléia quando um cidadão me disse ao telefone - evidentemente, o número que anotamos é de orelhão - que era para ter cuidado na estrada, porque poderia me acontecer um acidente. Então, decepcionando-o, na sexta-feira irei de avião. Desculpe-me. Não pegarei a estrada.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Bejani. Também recebemos a mesma ameaça, mas não vamos parar de trazer aquilo que consideramos errado. Estamos vendo, Deputado, que tentam mudar a verdade. Nunca vi tanta injustiça no Estado. Vemos injustiça acontecer com V. Exa. também, porque trouxe, com muita seriedade, todas as denúncias. Então, armaram tudo para tentar um salvamento no Plenário da Assembléia Legislativa, com transmissão pela TV Minas. Há muito tempo não aparecíamos na TV Minas. Tivemos essa oportunidade também. O que vimos foi aparecerem mais denúncias contra este Governo. Agora, podemos ver que, enfim, o Auditor-Geral do Estado trouxe a público o resultado da auditoria na ADEMG. A imprensa cobrou isso. Foram comprovadas todas as irregularidades. V. Exa. se lembra de como vários Deputados nos atacaram pessoalmente. O que estamos vendo é que estão anuladas todas as licitações na ADEMG. Esperamos que haja punições. Estou requerendo a documentação da auditoria realizada. V. Exa. e eu acompanhamos a mesma coisa na CPI da Carteira de Habilitação, ou seja, vimos os Deputados da CPI do Narcotráfico que foram a Governador Valadares receberem ameaças. Os Deputados Marcelo Gonçalves e Rogério Correia receberam ligações do Secretário de Segurança interferindo no trabalho da CPI. Já vimos isso, não é mesmo? Estou elaborando requerimento, assinado por vários Deputados, com o seguinte teor: - Lê requerimento em que solicita que esta Casa manifeste o repúdio dos parlamentares mineiros às ações do Secretário de Segurança Pública, por haver pressionado o Presidente da CPI, Deputado Marcelo Gonçalves, e tecido considerações sobre membros dessa Comissão, acusando-a de estar sendo manipulada pela "área radical do PT" e fazendo com que o Deputado Rogério Correia solicitasse garantia de vida à Polícia Militar.

É um absurdo o que estamos acompanhando. Espero que haja, por parte da Assembléia Legislativa, uma reação. Muito obrigado e parabéns, Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani - Gostaria de aproveitar esse gancho e também ser solidário aos Deputados que estavam investigando o narcotráfico e que deram voz de prisão a uma delegada, quanto a essa interferência do Secretário da Segurança.

Finalizando, digo: "Sr. Secretário, tenho a certeza de que V. Exa. é um ótimo Deputado Federal. Volte a Brasília, pelo amor de Deus". Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente e Srs. Deputados, volto à tribuna esta tarde para fazer alguns comentários relativos aos últimos acontecimentos ventilados pelos jornais no fim de semana e no início desta. Estamos vivendo uma atmosfera de denúncias relativamente ao sistema de saúde, à FHEMIG e à Secretaria de Estado da Saúde. Nós, da Oposição, apenas cumprimos nosso papel, como também os demais Deputados desta Casa. Temos feito isso na condição de fiscal dos interesses do povo no que tange aos gastos da coisa pública.

Lamentavelmente, o alvo foi a Secretaria da Saúde como um todo. Isso veio demonstrar que o Governo de Minas Gerais não tem a devida atenção com a saúde, que é o bem maior que temos. Trata-se do primeiro indicador social. Portanto, foi nessa área que as coisas aconteceram. Não estamos aqui, de forma nenhuma, para atirar pedras contra o Secretário da Saúde, um médico honrado e que cumpriu o seu papel como médico. Como desdobramento de sua atividade médica, já conseguiu reeleger-se por mais de duas ou três vezes como Deputado Estadual e Federal. Serviu ainda ao Governo do Estado em mais de uma oportunidade. Como aliado do Governador Itamar Franco, em boa hora foi indicado Secretário e estava procurando atender e planejar os interesses do povo de Minas Gerais.

Em Minas Gerais, a área da saúde, por diversos governos, não recebeu a devida atenção. Falo isso como médico que ainda milita na saúde. O SUS em Minas Gerais ainda tem muito a construir. Acredito que agora o PT, representado pelo ilustre e competente Deputado Adelmo Carneiro Leão, o fará com criatividade e inteligência. Mas sabendo que os caminhos são muito difíceis, porque, como disse, o SUS não é a única saída para o sistema de saúde. Na minha opinião, ele ainda tem um nome que é indevido: Sistema Único de Saúde. Ele não é único. Deveria ter alternativas. Não podemos implantar um modelo socialista puro num país que tem atividade neoliberal e social-democrata, sintetizando as três correntes doutrinárias e partidárias básicas que orientam os nossos parlamentos.

Não estou aqui para criticar nem atirar pedras no Deputado Armando Costa. Ao contrário, quero agradecer-lhe pelo que construiu durante o tempo que ocupou a Secretaria da Saúde. Mas alguém poderá dizer: "Mas vocês o estavam hipocritamente questionando outro dia no Plenário". Não. O Plenário da Casa, por sugestão do Presidente, solicitou, por requerimento, que fossem ouvidos os convidados da área da saúde na Comissão de Fiscalização Financeira. Então, houve deliberação do Plenário para que a reunião fosse transferida para esse espaço. Isso aconteceu porque o Governador se preocupou muito com os acontecimentos e determinou que o Secretário da Saúde, com seus principais assessores, e o Superintendente-Geral da FHEMIG e seus assessores aqui viessem para prestar esclarecimentos.

Ocorreu, sim, aqui uma reunião de rotina, que este Plenário promove a partir de requerimentos.

Não queremos atirar pedras no Secretário. Apenas quero dizer, mais uma vez, que ele cumpriu seu papel. Quais os fatos que fizeram com que ele caísse, perdesse o cargo e a confiança do então Governador do Estado?

Com muita serenidade, observamos a evolução dos acontecimentos, e a nossa conclusão é que homens honrados estavam ocupando cargo numa Secretaria que é uma verdadeira arapuca. A FHEMIG também tem muitas mazelas, e isso precisa ser repensado.

Tenho certeza de que o Deputado Adelmo Carneiro Leão conhece isso muito bem, tanto é que está pedindo auditoria permanente no sistema de saúde, para que os pacientes mais necessitados possam ser bem atendidos pelo SUS, porque temos que criar alternativas.

Vivo falando isso na Comissão de Saúde, na qual militei há muito tempo. Temos que fazer com que voltem as diferenças, para atender à sociedade como um todo, e não socializá-la dentro do contexto da doutrina do SUS. É por isso que ocorrem problemas. O SUS paga mal, e o empregado mal remunerado acaba completando o ordenado.

Essa é a prática. Estamos querendo alertar, para que possamos estabelecer as diferenças. Já sugeri ao Deputado Adelmo Leão, quando houver a reunião dos Secretários de Saúde dos Estados, que leve essa discussão para o Governo Federal. Os médicos de todo o Brasil estão cansados de solicitar a volta das diferenças da tabela da Associação Médica Brasileira, que é razoável e que tem valores que podem ser pagos por uma parte da população, em torno de 25%. Com isso, vão ser liberados muitos leitos do SUS.

No interior, sabemos que 80% da assistência médica é prestada pelos hospitais conveniados. E sabem o que fazem? Diminuem o número de leitos, porque, senão, a contabilidade deles não fecha. Assim, todos os hospitais seriam fechados automaticamente. Nem entrariam em concordata, quebrariam diretamente.

Portanto, precisamos analisar como um todo esse leque da população brasileira: quem pode pagar, quem não pode pagar de jeito nenhum, que é a maioria - há um número grande de excluídos, e os conveniados. Precisamos de um sistema de saúde que se adapte à sobrevivência do povo.

Desta tribuna já falamos muitas vezes, mas, mais uma vez, peço permissão para discordar da doutrina do SUS. Sei que isso não vai acontecer tão facilmente, porque realizam-se muitas conferências para implantar um sistema doutrinário político em uma sociedade plural, que não é socialista.

Por esse motivo acontecem esses fatos na Secretaria da Saúde. Lá há mazelas de muitos anos, e o sistema crônico de corrupção não vai acabar, embora conheça bem a energia, a competência e a inteligência do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que tem uma proposta de auditoria permanente, o que já é um dos mecanismos de combate ao ralo da saúde. Fala-se que não há dinheiro para a saúde. Dez por cento não é pouco. Mas da forma como é aplicado, com a cultura de corrupção crônica, fica difícil.

Gostaria de falar mais, mas o tempo está curto, e ainda quero conceder aparte ao Deputado Carlos Pimenta. Antes, porém, quero dizer que não fomos convidados para a reunião do Colégio de Líderes com o Governador Itamar Franco e reafirmo o que o Deputado Carlos Pimenta declarou à imprensa, até porque nunca fomos. Também teríamos dificuldade, porque nem pertencemos à Mesa da Assembléia. Na condição de Líder do PSDB, não seria convidado por jornais, mas oficialmente, formalmente. Se fosse o caso, para fazer bem ao povo de Minas Gerais, estaríamos lá.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Agradeço-lhe o aparte. Sempre digo que, quando o Dr. Hely Tarquínio fala sobre o SUS, se empolga, pois tem posição firme e já de todos conhecida. Concorro com tudo o que foi dito por V. Exa., mas só teremos uma certa estabilidade na saúde pública de Minas Gerais se tivermos tranquilidade de governo. No último final de semana, assistimos a um massacre a um homem público que tem prestado os mais relevantes serviços ao nosso Estado. Armando Costa sacrificou sua candidatura a Deputado Federal em favor de um grupo político, culminando com a eleição de S. Exa., o Governador Itamar Franco. Na Secretaria da Saúde, vinha prestando um grande serviço, dando continuidade a programas espetaculares, tais como o Programa de Descentralização de Urgência e Emergência, os consórcios intermunicipais, o de saúde da família e vários

outros. Tinha algo a seu favor, que é importante para o nosso Estado: estava articulando, juntamente com os Deputados Federais, o repasse de uma emenda ao orçamento geral da União, no valor de R\$17.000.000,00, dos quais a metade pleiteava injetar em Belo Horizonte, para o término do Pronto-Socorro de Venda Nova e de outros hospitais da área metropolitana, e a outra metade destinaria para o término das obras inacabadas em todo o interior de Minas.

Quero fazer coro com suas palavras e, neste momento, hipotecar a minha solidariedade a esse homem público, a esse médico, a essa pessoa que pagou o pato na confusão que se instalou no final de semana. Infelizmente, mais uma vez, o nosso sistema de saúde pública sai arranhado, combalido desse tiroteio que se verificou no Palácio da Liberdade. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria de dizer que mais lamentável ainda é a síntese e o desfecho de todos esses acontecimentos. Acho que um Governador de Estado tem que ser honesto, e verificamos essa honestidade na pessoa de Itamar Franco, pelo menos a busca da lisura e da transparência. Por outro lado, a emoção não pode dominar um Governador. Foi intempestivo, talvez pressionado pela imprensa, que tem o seu precípuo valor para a sociedade mineira. Havia a necessidade do esclarecimento dos fatos, mas chegou-se à conclusão final em poucos dias a partir da denúncia. A princípio, havia a proposta de ouvirmos o Superintendente da FHEMIG em comissão, o que foi transferido para o Plenário, por julgarmos oportuno. Mas a denúncia teria que ser apurada com tranqüilidade, com serenidade. A estrutura da FHEMIG é muito grande, são 24 unidades. A Secretaria cuida de tudo isso e, principalmente, da medicina preventiva, que vai razoavelmente bem. Mas a medicina curativa, de urgência e emergência, vai mal, pois 70% do povo que precisa de atendimento mais complexo, que vem do interior, morre por falta de atendimento. Os senhores não conhecem essas mazelas. Estamos tentando encaminhar através das Prefeituras, mas o sistema de referência e contra-referência tem mil obstáculos. Esse sistema significa enviar o paciente de um lugar menos complexo para um mais complexo, para solução de determinados casos, chegando-se à via final comum, que é o pronto-socorro. Isso ocorre na medicina curativa, já que a preventiva trabalha com vacinas, saneamento básico, etc.

Um percentual de 70% da demanda morre, devido às atividades de alto risco. É lógico que não morrem 70%, mas vai-se procrastinando, e nosso povo vai morrendo por falta de assistência médica. Esse Governador tinha um Secretário que conhece o ramo, mas, em 72 horas, apuraram-se os culpados. E, de maneira intempestiva e sem serenidade, puniram-se os culpados. Ai é que está o erro. Acharmos que o Governador tem que ter mais prudência e serenidade para resolver os problemas de Minas Gerais, mas ainda anda preocupado com as seqüelas da moratória, com os problemas pertinentes aos acontecimentos do Estado e com nosso Presidente Fernando Henrique.

Deixo aqui minha homenagem aos trabalhos prestados pelo Deputado Armando Costa. Quero dar as boas-vindas ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, dizendo que a Oposição está de braços abertos para recebê-lo, pois tem competência e inteligência para servir ao povo de Minas Gerais, para o progresso da saúde e felicidade do povo de Minas Gerais.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente o Governador Itamar Franco esteve nos Estados Unidos, à frente de uma dispendiosa comitiva de dez pessoas. Estranha e incabivelmente, foram incluídos nesse séquito imperial um Major, um Capitão, um Soldado e, como sempre, a bela Tenente Kenia Prates, a quem o Governador não se cansa de expor em público. Não se sabe por quais motivos, teima em comprometer a imagem profissional de uma oficial de nossa Polícia Militar.

E o que foi o Governador ali fazer?

Segundo seus próprios dizeres, o objetivo da viagem era para rebater "declarações errôneas e impatrióticas" do Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, que, em novembro do ano passado, teria sugerido a investidores americanos que não aplicassem seus recursos em Minas Gerais. Enfim, procurava S. Exa. buscar novos investimentos para o Estado, mostrar que seu Governo está aberto ao diálogo com os investidores internacionais, arrepender-se publicamente, talvez, dos atos da quixotesca moratória mineira, de tantos e tão graves prejuízos a Minas e ao País.

O moderador da fala americana de nosso Governador - imaginavam os membros de seu alegre "entourage" - não poderia ser melhor: o eminente Prof. Kenneth Maxwell, um notável inglês que há 35 anos decidiu pesquisar o fenômeno da Independência do Brasil, já tendo, aliás, publicado um dos melhores estudos sobre a Inconfidência Mineira, intitulado "A Devassa da Devassa".

O Prof. Maxwell já morou por mais de dois anos no Brasil, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e mesmo em Ouro Preto, fazendo pesquisas. Recentemente esteve com Itamar Franco no Palácio da Liberdade, sob os auspícios do BDMG. Enfim, um nome de expressão acadêmica internacional e, acreditava-se, simpático ao Governador de Minas Gerais.

Mas, após ler a instigante entrevista concedida pelo Prof. Maxwell à jornalista Adriana Renan, fico a imaginar a profunda decepção sofrida pelo áulicos acompanhantes da última incursão internacional de nosso Governador.

Com efeito, Kenneth Maxwell, um crítico refinado, mas extremamente educado, deixou o Governador diante de um complicado dilema: quem estaria com a razão, o "Minas Gerais", órgão oficial dos Poderes do Estado, ora transformado também em pasquim autolouvatório do Chefe do Executivo, ou o professor inglês?

Por um lado, do lado de cá, os apressados escribas oficiais encheram páginas de farta louvação no "Minas Gerais" sobre o êxito de seu chefe em palco americano.

Do lado de lá, do lado externo, o resultado da viagem foi transcrito de forma totalmente diferente por quem, tendo autoridade e competência para analisar os fatos, não era pago pelo Executivo Estadual.

Para tanto se constatar, basta ver a introdução da matéria de "O Tempo": "Estudiosos do Brasil diz que palestra do Governador causou apreensão na platéia". Apreensão por quê? Vejamos o conteúdo da entrevista, em seus principais aspectos. Perguntado sobre como situava o Governador Itamar na história do País, respondeu o mestre Maxwell: "Itamar me lembra um pouco o Governo Ford". (Gerald Ford foi o Presidente que sucedeu Richard Nixon, após a renúncia, na Presidência dos Estados Unidos). "Ele, Ford, que sempre foi uma pessoa dinâmica e atlética, tinha a imagem de uma pessoa que era meio boba e meio atrapalhada, que estava sempre caindo no chão. É imagem, uma vez formada, é muito difícil de mudar".

Indagado sobre como percebia o investidor norte-americano com relação a Minas Gerais e a Itamar, o entrevistado não titubeou na resposta: "Isso interessa muito. Itamar tem uma imagem muito forte aqui, por causa da decisão sobre a dívida mineira. A decretação da moratória teve um impacto fortíssimo aqui, nos Estados Unidos. E há a interpretação, de quase 100% das pessoas, de que ele foi o responsável pela desvalorização do real. Essa foi uma imagem que ficou para vários investidores e para vários peritos que fazem pesquisa sobre negócios no Brasil. É uma coisa quase 'bíblica' na concepção deles a ligação entre a moratória mineira e a desvalorização do real... e eu acho que, agora, é quase totalmente impossível mudar essa percepção".

Em seguida, pergunta a jornalista Adriana Renan: "Itamar foi ao Conselho das Américas falar para investidores norte-americanos e anunciou a abertura de representações comerciais na Europa, quase como se dissesse que os americanos não são os únicos parceiros comerciais que interessam, uma postura quase agressiva. Como o senhor avalia isso?". A resposta é de uma clareza meridiana. A um só tempo, ela revela o dispensável papel que vem exercendo o Sr. Dupeyrat, que, defenestrado da Fazenda, agora vem se posicionando como assessor desastrado de assuntos internacionais, bem como demonstra o arcaísmo do discurso do Governador Itamar Franco.

Vejamos: "Eles deixaram essa impressão forte, sim, e mais forte ainda porque foi reforçada pelo breve pronunciamento, extremamente agressivo, do Prof. Alexandre Dupeyrat, sobre o problema da CEMIG... Essa agressividade perpassa um pouco o discurso do Itamar. Para o ouvinte que estava lá, é um discurso muito arcaico... Os investidores tiveram a oportunidade de ouvir um discurso que, em geral, consideram ultrapassado". Quando indagado se, com isso, o Governador não poderia ter afastado investimentos em Minas, a resposta não deixou dúvida: "O Brasil, Minas, devem ser competitivos para atrair investimentos estrangeiros, que são importantes para esse modelo econômico que o mundo está seguindo... Se têm interesse em comprar uma companhia brasileira e se ouvirem um Governador que tem influência na próxima eleição presidencial brasileira dizendo que 'nós queremos um novo modelo', é claro que ficarão preocupados se estão pensando em investir US\$1.000.000,00 ou US\$2.000.000,00. Mesmo os bons investidores, no sentido de longo prazo, ou os apenas especuladores, ficarão preocupados. E qualquer governo quer atrair os bons e afastar os maus investidores".

Isso tudo foi parte da análise publicada pelo jornal "O Tempo". E a análise da "Folha de S. Paulo"? Sob o título "A Imagem de Minas não Melhora", aqui está: "O evento foi montado para apresentar um novo Itamar, mas tudo deu errado". "Itamar começou sua palestra a 100 investidores estrangeiros dizendo que estava lá para rebater declarações errôneas e impatrióticas do Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, que sugeriu a investidores que não investissem em Minas Gerais".

Itamar disse que seu Governo está aberto ao diálogo com os investidores. Disse que não é contra a privatização, mas que afastou os investidores minoritários da CEMIG porque estava protegendo a Constituição do Estado e as leis do País. Quando a palestra foi aberta ao público, Samantha Sparks, da Corretora Warburg Tillon Read, perguntou se, em tese, Itamar seria favorável à venda de 33% da CEMIG a investidores estrangeiros se essa venda tivesse amparo legal. "Não", ele respondeu. Um outro investidor perguntou sobre a privatização de Furnas programada para este ano. "Também não", disse Itamar. Um terceiro perguntou sobre os Bancos estaduais mineiros que foram privatizados. "Também não os teria privatizado". No final do encontro, os investidores afirmaram que Itamar deixou uma imagem pior do que a exposta por Fraga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas citações, de pasmar qualquer um menos esclarecido, são textuais, estão inseridas num discurso retrógrado e pernicioso aos interesses do Estado. Tais atitudes, que chegam às raias da irresponsabilidade, podem ser classificadas como afrontosas aos legítimos interesses não só de Minas, mas também do Brasil.

Juscelino Kubitschek, tão citado pelo Governador Itamar Franco, e em cujo exemplo, impropriamente, ele se diz inspirar, perseguido por um Governo autoritário, sofrido, humilhado e exilado por tanto tempo, jamais proferiu, no exterior, uma única palavra contra o Brasil, então governado pelos seus algozes.

O Governador do Estado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conspurca a memória histórica de Minas. Além disso, aqui e no exterior, S.Exa. demonstra ter um coração enorme para guardar mágoas. Mágoas de Fernando Henrique. Se S.Exa. se mirasse nos ensinamentos de JK saberia que a magnanimidade é o apanágio de todas as virtudes para o homem público.

Resta-nos, tão-somente, Sr. Presidente, solicitar que o Governador Itamar Franco, na silenciosa, amargurada e solitária hora da tomada de decisões, recorra ao basilar princípio de JK: ser magnânimo é ser grande; ser grande é ser solidário.

Acorde, Governador Itamar Franco. Venha ver os dias radiosos que Minas Gerais sempre ofereceu à vida pública brasileira.

Sr. Presidente, pela importância das matérias aqui citadas, julgo pertinente a publicação, nos anais da Casa, do texto integral de cada uma delas. Para tanto, formalizo requerimento, nos termos regimentais, que passo a V.Exa., lembrando, ainda, que sua justificação é o pronunciamento que acabei de proferir. Agradeço, Sr. Presidente, a complacência de V.Exa.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, estaremos votando favoravelmente a esse requerimento de convocação da Secretária da Justiça. Temos mais um registro de rebelião no Centro de Internamento Provisório - CEIP - do Horto, acontecida no dia 13/3/2000, quando morreram queimados os adolescentes Carlos Alberto de Paula, de 15 anos; Ewerton José Teixeira, de 13 anos; e Francisco Lourenço Filho, de 17 anos.

Nós, da Oposição, já tínhamos feito requerimento para que fosse convocada a Secretária da Justiça, e, novamente, outro requerimento de Deputado da Situação é apresentado na frente do nosso.

Essa é uma situação que se arrasta no Estado de Minas Gerais. Tivemos oportunidade de dizer, quando o Governador substituiu o Secretário da Justiça, à época, o Deputado Luiz Tadeu Leite, que não era uma questão de nomes, mas de política de Governo e prioridades. Infelizmente, as mortes continuam.

Houve mais três mortes no CEIP, praticamente o único do Estado de Minas Gerais, para onde são levados os adolescentes. Temos várias denúncias com relação ao CEIP. A Comissão de Direitos Humanos está aprovando um requerimento para ir ao CEIP, no Horto, a fim de conhecer a situação dos adolescentes que estão vivendo ali.

Estamos vendo as rebeliões no sistema penitenciário do Estado, administrado pela Secretaria da Justiça, continuarem. Praticamente, não tínhamos rebeliões. Agora, a todo momento, estamos acompanhando o acontecimento de rebeliões, infelizmente. Elas colocam em risco os funcionários da Secretaria da Justiça e as populações que vivem próximas a essas unidades penais. Virá aqui a Secretária convocada para prestar esclarecimentos sobre a morte de um adolescente interno ocorrida na Penitenciária José Maria Alkimim, no dia 13 de março deste ano?

Lamentavelmente, estamos vendo, nas áreas da justiça e dos direitos humanos do Governo, a ocorrência dessas mortes. Queremos lamentar que o Governo continue sem uma política para tratar da questão do adolescente autor de ato infracional. Não há política alguma no Governo para tratar dessa grave questão. Tivemos a oportunidade de denunciar que o nosso Estado tem apenas Monsenhor Messias, próximo a Sete Lagoas, para tratar do cumprimento da medida sócio-educativa de todos os adolescentes que cometem infração. Não vemos, até este momento, possibilidade alguma de ter um centro de reintegração do adolescente infrator em Belo Horizonte. É perversa a mistura que a Secretaria de Justiça faz com os adolescentes autores de ato infracional, colocando juntos adolescentes com trajetória de rua na região de Belo Horizonte com adolescentes do interior. Portanto, votaremos favoravelmente à vinda da Secretária de Justiça, para que possa esclarecer a política desse Governo.

Esse Governo se diz, a todo o momento, de centro e de esquerda. Queremos saber qual a sua política na área social, na área da criança e do adolescente. O que vemos é somente aquela política antiga de se beneficiarem companheiros e partidários na Secretaria da Criança e do Adolescente. Que Governo voltado para o social é esse? Que Governo progressista é esse, que não tem proposta alguma para essa área tão importante, a da criança e do adolescente? Não há proposta alguma. Que Governo é esse que continua com o patrulhamento dos tempos da ditadura militar, com o Secretário da Segurança Pública a patrulhar o trabalho dos Deputados, tentando intimidá-los no trabalho desenvolvido pelas comissões?

Foi assim na CPI que tratou da questão das carteiras facilitadas, está sendo do mesmo jeito agora, na CPI do Narcotráfico, quando o Secretário da Segurança Pública ligou para o Presidente da CPI, Deputado Marcelo Gonçalves, dizendo-lhe que não podia tomar atitudes. Ora, precisamos de uma reação da Assembléia Legislativa contra este Governo, que veio com a fachada de governo de esquerda. Estamos vendo a verdade sobre ele. Vimos aqui o que a base do Governo montou, na semana passada, para tentar defender a área da saúde, envolvida em tantas irregularidades. Vimos o que montou essa base do Governo para defender a ADEMG. Agora o Auditor vem dizer que todas as denúncias foram comprovadas, as licitações estão sendo anuladas. Essa é a verdade sobre este Governo. Não há nada de novo, pelo contrário, nele há tudo de velho, de retrógrado, há tudo o que não queremos para o Estado de Minas Gerais.

Por isso, a Oposição estará atenta para denunciar como estão sendo destinados os recursos da área da saúde, os da área social, como os adolescentes estão morrendo sob a custódia do Estado, enfim, para denunciar como aquele detento morreu na José Maria Alkimim. Os Deputados da base governista estão patrocinando os erros deste Governo, fortalecendo os seus erros.

Vimos e estamos acompanhando as injustiças deste Governo com vários servidores. A todo o momento, ele quer pressionar o Poder Legislativo. Mas quero parabenizar os Deputados da Oposição nesta Casa, que resistem firmemente a este Governo. Eles estão dizendo a verdade, denunciando como estão sendo utilizados os recursos na área da saúde. Criticam o Governo Federal, mas gastam R\$8.000,00 por mês com um Vectra, na área da saúde, para servir ao Superintendente. Gastam, num dia, R\$400,00 com o almoço e o jantar do Superintendente. Ainda criticam o Governo Federal. Dizem que falta dinheiro na área da saúde. Esse dinheiro é mal utilizado no nosso Estado. Querem mais recursos para serem utilizados como? Virão aí os R\$53.000.000,00 para as obras do Sul de Minas. Serão utilizados sem licitação. Será que é o melhor preço mesmo? As cadeias estão sendo construídas sem licitação, as irregularidades do DETRAN, até hoje, não foram explicadas. Estamos aguardando as explicações.

Encaminhamos favoravelmente para que a Secretária venha explicar as mortes das crianças e a morte no sistema penitenciário.

121ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 22/3/2000

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, servidores desta Casa, meus caros telespectadores da TV Assembléia, cada vez mais presente nos lares mineiros, neste 22 de março comemora-se um dos dias mais importantes da história, pois se enaltece o que representa a sobrevivência da vida em nosso planeta. Dia 22 de março é o Dia Mundial da Água, data criada pela ONU para chamar atenção para o problema da escassez de recursos hídricos, em futuro mais próximo do que a humanidade imagina.

Hoje, valoriza-se o petróleo como se não se pudesse viver sem transporte, sem a indústria que gira em torno desse produto. Guerreia-se por causa do petróleo, mudam-se as economias dos países. No entanto, esquece-se do valor da água, ela, sim, fonte da vida.

Só nos últimos tempos, com o vigor necessário, começou-se a despertar a consciência sobre a importância da água, bem insubstituível, como o próprio oxigênio. Mais da metade dos grandes rios do mundo encontra-se, atualmente, poluída. Milhares de refugiados, não de guerras, mas de países que não têm água, procuram outros lugares para sobreviver. Vinte por cento da população mundial já vive dificuldades de acesso a água segura de beber, enquanto 50% não têm condições sanitárias seguras, notadamente na África e na Ásia ocidental.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, caso não haja mudança no padrão atual de consumo, duas de cada três pessoas viverão em situação de racionamento de água, já no ano 2025.

Srs. Deputados, do total das águas existentes no planeta, 97% são águas salgadas, sobrando 3% de água doce, estando 2,3% depositados em geleiras; apenas 1% é de águas superficiais e subterrâneas. O Brasil detém 12% das reservas hídricas mundiais, número esse que, à primeira vista, parece enorme. No entanto, se não mudarmos o nosso comportamento, se continuarmos a destruir nossas florestas, se continuarmos a poluir nossas águas, em pouco tempo estaremos caminhando, como em outros lugares, para um processo de desertificação. Nossa Amazônia já foi batizada de "pulmão do mundo", linguagem poética, mas de beleza ímpar. Nossa terra, se mantivermos acesa nossa consciência sobre preservação ambiental, poderá, amanhã, merecer o apelido de "bebedouro do mundo".

Em Minas Gerais, localizam-se as mais importantes nascentes hidrográficas do País, como as do São Francisco, do Grande, do Doce, do Paraíba, do Paraíba do Sul e do Jequitinhonha, por isso mesmo nosso Estado é considerado a "caixa d'água" do País. Não basta ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - planejar e administrar as ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos. Há que se manter um programa permanente de políticas públicas em busca da preservação do manancial do Estado, despertando uma reflexão que envolva toda a população, conscientizando a todos sobre a preservação ambiental.

Ao realizarmos em Minas Gerais a 1ª Conferência das Águas, no período de 22 a 25 deste mês, estamos chamando a atenção de todo o País, e talvez do mundo, sobre o assunto, que vem sendo considerado o maior desafio para o século XXI: usar corretamente e salvar as águas do planeta.

A esta Assembléia Legislativa, notadamente por meio da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, da qual tenho a honra de participar, cabe papel cada vez mais importante: a necessidade de, dia a dia, semana a semana, mês a mês, legislatura a legislatura, manter o debate e a discussão sobre o tema, buscar idéias e soluções para os problemas ambientais e também conchamar a população a participar dessa maravilhosa guerra em prol da preservação da vida e da natureza.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade nesta tarde para registrar nos anais da Casa os nossos votos de congratulações com toda a comunidade de Santa Luzia, cidade que tanta história traz para todos nós mineiros e que no, último sábado, completou 308 anos de existência, de história. Gostaríamos de cumprimentar o Prefeito Municipal, o Calixto, nosso amigo, a todos os Vereadores, a todas as Lideranças. Enfim, a toda a comunidade os nossos votos de felicidades, e que Santa Luzia continue sendo para todos nós mineiros um exemplo de luta e de história. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, membros da imprensa, alguns motivos trazem-me a esta tribuna nesta tarde. Primeiro, quero falar sobre uma comunicação que fiz à Mesa da Casa, dando ciência do falecimento do Pe. Alfonso Pastore, ocorrido no dia 17/3/2000, em Vitória, no Espírito Santo. Trabalhou na região Noroeste de Minas, Paracatu, Unai e, ultimamente, em Arinos. Prestou grandes serviços não só à Igreja, mas à sociedade como um todo, pelo trabalho de conscientização política e social que desenvolvia principalmente em duas áreas específicas - na Pastoral Carcerária e no Movimento de Casais e de Família.

Se não me engano, fundou perto de 150 comunidades em Arinos. Certamente foi o responsável pela evangelização de milhares de pessoas não só no Estado, mas também por todos os lugares por onde passou. O Pe. Alfonso Pastore tinha uma maneira própria e peculiar de evangelizar. Expressamos o nosso sentimento de pesar e estamos solicitando que a Casa comunique-se com seus familiares, para apresentar nossas condolências.

Temos certeza de que o Pe. Alfonso Pastore já colhe na glória os frutos daquilo que semeou. Inclusive, Paulo diz no final de sua carreira - e acho que vale para o Padre Alfonso Pastore: "Combati o bom combate. Terminei a minha carreira. Guardei a fé. Agora me resta receber a palma da vitória que me está reservada desde antes da fundação do mundo. Não somente a mim, mas a todos aqueles que crêem". Certamente, o Pe. Alfonso Pastore já está no céu, usufruindo de todas essas maravilhas. Ficou dois anos com um câncer no cérebro e finalmente veio a falecer. Para aqueles que crêem, não há morte, mas passagem da morte para a vida.

O segundo motivo que me traz a este Plenário é o ato que celebramos, na segunda-feira próxima passada, na sede do Diretório Estadual do Partido do PSDB, uma solenidade que muito me emocionou e honrou, contando com as presenças de S. Exa. o ex-Governador Eduardo Azeredo, do Presidente Regional do partido, Deputado Federal Carlos Mosconi, do Deputado Romeu Queiroz e do Deputado Aécio Neves; enfim, todo o diretório, as zonais, os diretórios municipais, os nossos companheiros e amigos de Assembléia e de partido, o nosso Líder e tantos outros Líderes estavam presentes, o que me honrou muito.

Nesta tarde, gostaria de fazer esse comunicado de que fazemos parte novamente do PSDB, partido que me cedeu a legenda na minha primeira legislatura, quando fomos eleitos no primeiro mandato de Deputado Estadual. Após ser eleito pelo PSDB, por ter uma motivação muito forte pela doutrina social cristã, um dos fatores decisivos para a minha entrada na vida pública, verificando as legendas existentes e percebendo que ainda não havia uma que defendesse integralmente a doutrina social cristã, mobilizamos toda a liderança do Brasil ligados a nós e conseguimos organizar e criar o Partido da Solidariedade Nacional - PSN.

Nesta caminhada conseguimos nos reeleger, pelo PSN. Infelizmente, fomos atropelados por um outro grupo de humanistas, chamado Partido Humanista Democrático, que, não tendo conseguido seu registro, num primeiro momento, disse que iria se unir a nós, somar força, o que até nos teria alegrado.

Mas, num processo que consideramos até antidemocrático e antiético, mudaram o nome da legenda: deixou de ser Partido da Solidariedade Nacional para se tornar Partido Humanista da Solidariedade. Por não concordar com a proposta do humanismo puro, porque acreditamos e defendemos o humanismo cristão, o homem na sua dignidade, imagem e semelhança de Deus, jamais defenderíamos a ideologia do homem como centro, deixando Deus em segundo plano. A nossa proposta é Deus e os homens. Não é o homem sem Deus.

Em razão disso, em razão de ter discordado desse processo, em razão de termos tentado mudar e retomar a legenda anterior e não termos conseguido sucesso, por não concordarmos com essa nova proposta doutrinária ideológica, desfiliamos-nos do PHS, já que não mais existia o PSN.

Senti-me muito honrado e quero, de público, agradecer a todos os partidos que me convidaram para participar deles, todos compostos por pessoas honradas, respeitáveis. Como tinha que escolher um cujo componente ideológico fosse fundamental para minha atuação política, não tinha outro caminho, senão o de retornar para onde tinha iniciado a minha caminhada. Escolhi o PSDB, por todas as razões e por acreditar que estava muito próximo daquilo que a doutrina social cristã defendia.

Então, apesar de ser um partido que está sendo perseguido em Minas Gerais, apesar de ser um partido que, neste Governo, tem todas as portas fechadas, lacradas, cerradas e, mais do que isso, apesar de sofrer perseguição de sua parte, não vi motivos suficientes para um impedimento.

Pelo contrário, acredito que, pelas nossas convicções, conseguiremos abrir caminho. Até a palavra de Deus fala, em Romanos, que aquilo que não procede da convicção é pecado. Minha convicção é a de que devo continuar com esses companheiros, com esta proposta, lutando junto no aprimoramento daquilo que se fizer necessário. Estamos unidos a todos os companheiros para o aprimoramento dessa doutrina social-democrática. Esse era o comunicado que gostaria de fazer, apresentando meus agradecimentos pelas palavras elogiosas de todos e pela acolhida calorosa recebida pelos companheiros.

Concedo aparte ao Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Amigo Deputado Miguel Martini, em nome da Liderança do PSDB, gostaria de saudar V. Exa. neste momento histórico em que retorna às

acomodações dos tucanos, nesta Casa, embora sempre tenha militado junto conosco, com denodo, honestidade, bravura e, sobretudo, com sua inteligência, competência, fazendo-nos orgulhar de sua pessoa. V. Exa. tem lutado para aperfeiçoar a principal peça que o Legislativo tem a oferecer ao povo mineiro, neste momento de globalização, que é a luta pela LDO, pelo orçamento participativo, por um orçamento mais próximo da realidade. Reconhecemos o trabalho de V. Exa., as emendas que tem apresentado nesta Casa no sentido de aperfeiçoar a nossa capacidade de adaptação na busca de convivência digna para todos os mineiros. Portanto, por tudo isso e por esta Assembléia, que hoje tem o orgulho de ter em V. Exa. o comandante máximo das Assembléias Estaduais, que busca maior participação nas atividades da União, mais uma vez gostaríamos de saudá-lo, pedindo a Deus que lhe dê muita saúde para continuarmos trabalhando em prol da construção do bem-estar do povo de Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Agradeço o aparte. Quero, Deputado Miguel Martini, em meu nome e no da Liderança da Minoria, como seu companheiro do PSDB, dar-lhe as boas-vindas. A presença do Deputado Miguel Martini em qualquer partido, independentemente de qual seja, desde que comungue com suas idéias socialistas, avançadas, em favor da população, seria uma honra. Essa honra coube ao PSDB, com o seu retorno, e quero que V. Exa. conte com todos nós, seus companheiros, para que continuemos a missão de fazer uma oposição sadia, responsável, firme, mostrando que Minas Gerais precisa, acima de tudo, de abraçar principalmente as causas sociais. Parabéns! Seja bem-vindo.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Caro Deputado, quero cumprimentá-lo dizendo que nós, do PSDB, sentimo-nos orgulhosos de tê-lo como companheiro de partido e o recebemos de braços abertos, pois sua volta é um orgulho e uma honra para todos nós. Esperamos estar lutando juntos, a favor dos interesses de Minas, em defesa da democracia.

O Deputado Miguel Martini - Muito obrigado, Deputados Amílcar Martins, Hely Tarquínio e Carlos Pimenta. Recebo essas manifestações com muito orgulho e carinho e sei que as palavras de V.Exas. são muito mais um gesto amigo do que propriamente resultado da competência e do nosso merecimento. Consideramo-nos bastante frágeis e limitados, mas, como fazemos em todos os lugares por onde passamos, procuramos, com ética, seriedade, afínco e determinação cumprir e desempenhar bem nossa missão e nosso papel, procurando engrandecer o grupo do qual fazemos parte.

Para encerrar, gostaria de deixar bem claro que este Deputado, o Deputado Alberto Bejani e o Deputado João Leite receberam ameaças de pessoas dizendo que não querem que investiguemos os processos licitatórios do Governo Estadual. Essa foi a ameaça feita pelo telefone. Queremos dizer que estamos tomando todas as providências cabíveis em relação ao caso, mas que isso não nos desanima, pelo contrário, nos estimula ainda mais, principalmente porque, a partir das denúncias, temos segurança e certeza de que outras coisas ilegais estão sendo praticadas neste Estado e queremos tudo colocar em pratos limpos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

122ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 23/3/2000

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui surpreendido, aliás, surpreendido não, porque nada é surpresa. Lendo uma notinha no café da cantina, vemos aqui uma apologia de um jornal da nossa cidade dizendo que "Sérgio Bruno Zech Coelho (sem partido), Presidente do Minas Tênis Clube, só irá assumir em abril a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, em substituição ao Deputado Estadual Ivair Nogueira (ex-PDT, PMDB)". A passagem de Sérgio Bruno pela vida pública aconteceu entre 1972 e 1974, no Governo Rondon Pacheco, quando foi assessor de Planejamento e Presidente da Loteria Mineira. Há 26 anos na Diretoria do Minas Tênis Clube, Sérgio Bruno, que em sua juventude foi bicampeão brasileiro de volei, exerce o seu segundo mandato na Presidência.

A cada peso que o Governador Itamar Franco coloca para a esquerda, obviamente está colocando um peso para a direita, para contrabalançar. Salvo melhor juízo, eu era um daqueles pobres coitados filiados ao MDB, à época motorista do Deputado Jorge Ferraz, de quem lembrávamos agora com o Deputado João Pinto Ribeiro, e esse cidadão, Sérgio Bruno, não me lembro de tê-lo visto. Não freqüentava nem freqüente muito a zona sul. Esse pessoal da ditadura, que servia ao governo da direita, é o mesmo que batia nos correligionários de V. Exa. Hoje, no mesmo balaio, batedor e apanhador. Que maravilha!

Esse Sérgio Bruno, salvo engano, foi cabo eleitoral da campanha do nosso candidato Eduardo Azeredo. Parece-me que também fornecia comida aos comitês eleitorais da campanha do Governador Eduardo Azeredo, salvo engano, a título de doação, tal era sua afetividade com o Governo que também apoiávamos. Quero dizer ao Governador Itamar Franco que não sei qual foi o critério de escolha, mas continuo prestando atenção, desta tribuna, para ver se entendo no que vai dar esse negócio. Está parecendo "samba do crioulo doido". Não entendo como a área da saúde foi entregue à esquerda.

Mas, Sr. Presidente, é do conhecimento de V. Exa. que, ontem, saímos daqui de madrugada, e minha vizinha de Venda Nova, de mais de 30 anos, sofreu um infarto. Foi atendida no Pronto-Socorro de Venda Nova, que tem uma equipe que faz das tripas coração para salvar pessoas. Não há nenhum CTI funcionando naquela unidade. O atendimento é precário, mas, graças ao Governador Eduardo Azeredo, conseguimos, mediante compromisso político, colocar o Pronto-Socorro de Venda Nova para funcionar. Luta minha - somente minha - e da população de Venda Nova.

Em 1986, quando participava da campanha para Deputado Estadual, estivemos com o Dr. Newton Cardoso, e um dos compromissos que firmamos para apoiá-lo na eleição foi a promessa da construção do Pronto-Socorro de Venda Nova. Na época, o Secretário da Saúde, do qual não me lembro o nome, era parente do Senador Alfredo Campos. Foi um desses quaisquer da vida que passam pela Secretaria e fazem dela um degrau para utilizar na política. Mas tudo bem, serviu para iniciar uma obra, e, a muito custo, o hospital começa, precariamente, a funcionar. Não temos CTI. Até agora, estamos procurando um CTI do SUS para colocar essa senhora que sofreu infarto. Não há.

Quando falo da "máfia branca", uma turma pula para cima, (...) ocupando todos os campos da fotografia para falar que o Deputado Irani Barbosa não tem linha, porque acusa a "máfia branca" de ser "máfia branca". Não estou acusando a "máfia branca" de ser "máfia branca". Estou acusando uma (...) que ocupa a política da medicina, principalmente em Minas Gerais, mas que ocorre em todo o País. E faz isso com o povo. Roubam o dinheiro do povo. Falsificam a guia do SUS. Internam o cidadão com guias da UNIMED e do SUS. Cobram de todo o mundo e cobram do particular. Extorquem o cidadão. E não atendem.

E, aí, o inconseqüente e o desalinhado que não está dentro dos padrões da sociedade é o Deputado Irani Barbosa. Posso dizer, como muito orgulho, que já fui caminhoneiro. Não tenho rabo preso com essa (...) toda que está espalhada por aí, massacrando o povo cada dia mais. Viemos aqui, mas, prestem atenção, a denúncia não sairá no jornal.

Não queria ter chamado o Prefeito de Belo Horizonte de (...). Vinha tratando-o como Dr. BH, em nível de gozação até então. Mas, a partir de agora, o (...) BH, que faz parte dessa (...) que fazem a política da medicina no nosso Estado, como, por exemplo, o Conselho de Medicina, a Sociedade Médica e diabo a quatro; que entregam os hospitais para essa máfia toda. Há pouco, o (...) BH isentou a UNIMED do pagamento de R\$86.000.000,00. Esse é o preço da (...) do (...) BH com a nossa população.

Não tem CTI para pobre, mas teve R\$86.000.000,00 para dar para essa (...) da medicina, que faz a política da medicina.

E quando falo da (...) da medicina, não me refiro ao médico que trabalha embaixo, como assistimos ontem em Venda Nova, como assistimos também nos postos de saúde. É quem faz a política da medicina. É a "máfia branca" que está enterrada neste Estado, da qual faz parte o (...) Célio de Castro, que deu R\$86.000.000,00, numa "ziguizira" que fez junto a alguns Vereadores em Belo Horizonte, para aprovar a isenção dos impostos devidos por essa cooperativa ao Município de Belo Horizonte.

Não temos CTI, mas tem (...) de branco que chega nesse diabo dessa terra! Deus não deve estar colocando a mão em cima de Belo Horizonte, porque vai ter (...) assim no diabo-que-o-carregue, incluindo o (...) Célio de Castro!

O Deputado Amílcar Martins - Solicito aparte.

O Deputado Irani Barbosa - Se for rápido, sim, porque ainda quero descer o (...) mais um pouco nesse (...) que é o Célio de Castro.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Quero ser rápido. Agradeço o aparte que V. Exa. me concede e vou fazer dois comentários.

Na primeira parte do seu pronunciamento, V. Exa. se referiu ao Dr. Sérgio Bruno, que acaba de ser indicado Secretário de Estado de Esportes. Não sei sobre seu passado político, mas quero dar o meu testemunho pessoal. Conheço-o...

O Deputado Irani Barbosa - Está aqui: serviu ao Governo Rondon Pacheco, da ditadura. V. Exa. era do outro lado, também. Deve ter levado algumas bordoadas da turma dele.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Com certeza, fui preso várias vezes nessa época.

Quero dizer que o conheço pessoalmente e a sua família. E mesmo sendo oposição ao atual Governo, quero dar o meu testemunho de que é uma pessoa correta, um desportista, um homem honrado, que foi Presidente do Minas Tênis Clube por mais de uma vez e cuja trajetória acompanho, não apenas no Minas, mas também na vida de Belo Horizonte. É uma pessoa por quem tenho o maior respeito.

Para terminar, rapidamente, porque não quero tomar o tempo de V. Exa., essas denúncias que faz a respeito do Governo Célio de Castro são muito graves, e - parece-me - com toda a razão. Por isso devem ser apuradas integralmente. A população de Belo Horizonte merece uma explicação sobre o que está acontecendo na área de saúde.

O Deputado Irani Barbosa - Mas, infelizmente, o Ministério Público, em Minas Gerais, só serve para apurar crime eleitoral em época de campanha, como retratinho em poste, adesivo em carros. Agora, para apurar essa (...) quero saber onde estão os Promotores de Minas Gerais. Onde está o Ministério Público, que não apura essa (...) que o Dr. Célio de Castro fez com a população de Minas Gerais?

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Termino o meu aparte, Deputado, lembrando a todos que, agora, a cidade está invadida de "outdoors", falando sobre médico de porta em porta. V. Exa., que esteve comigo na campanha, se lembra de que eu falava no programa de médico de família, e o Dr. Célio de Castro foi à televisão dizer que isso era inviável, que não deveria ser implantado. No entanto, agora, pelo menos vem fingindo que implanta o programa médico da família.

É isso que queria dizer. Agradeço o aparte de V. Exa.

O Deputado Irani Barbosa - O Célio de Castro é um (...) vestido de branco; (...). Um cidadão que dá R\$86.000.000,00 para a UNIMED, que cobra de todo cidadão, que não faz nada de graça, é (...). É médico como V. Exa., mas é (...).

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Caro colega Irani Barbosa, você já presenciou várias vezes minhas denúncias, dessa tribuna, contra a classe médica, companheiros médicos com relação à cobrança do SUS e da cobrança particular, que fazem por fora. Você é testemunha disso.

O Deputado Irani Barbosa - Isso é padrão, isso é normal.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Acho que toda classe tem esse tipo de indivíduos, que precisam ser denunciados. Mas não podemos pegar a entidade como um todo e julgar todos de calças brancas como perversos.

O Deputado Irani Barbosa - Não são todos. Não coloque palavras na minha boca. É a (...) que faz a política da medicina em Minas Gerais. É o Conselho Regional de Medicina, é o Conselho Federal de Medicina, é a Associação Médica. São esses (...) que fazem a política e que protegem, porque estão por trás dessas (...) que acontecem. Isso é malandragem, isso é (...), isso é roubo.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Acho que V. Exa. está repleto de razão em relação a essas denúncias, mas quero defender aqui a classe médica, a classe honesta, a classe que dá o seu sangue, da qual sou testemunha principalmente no Hospital João XXIII.

O Deputado Irani Barbosa - Esse é o trabalhador.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Você está repleto de razão, porque muitos que são conveniados na UNIMED são atendidos ali de graça. É preciso rever essa situação.

Acho que V. Exa. tem razão, mas quero deixar o meu testemunho de que essa é uma classe...

O Deputado Irani Barbosa - ...laboriosa e honrosa.

O médico trabalhador, que pratica com honradez a medicina, merece todo o meu respeito. Mas a (...) que faz a política, em Minas Gerais, nos convênios, nas associações, nos sindicatos, são (...) sim, compactuam com tudo isso que está acontecendo, com essa (...) praticada pelo (...) Célio de Castro. E participam do mesmo grupo de bandidos que deveriam ser linchados em praça pública.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Quero parabenizá-lo por seu discurso e defender essa classe honrada, distinta, que você mencionou. Mas temos o dever e a obrigação, como legisladores, de denunciar as irregularidades. Quero parabenizá-lo pela ressalva que você fez aos médicos trabalhadores, honestos, que lutam pela comunidade. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Gostaria de complementar dizendo que, agora, o Governador do Estado entrega a política de saúde do Estado ao PT. Não sei de nada que desabone a conduta do meu companheiro e amigo Adelman Carneiro Leão. Mas essa política da saúde, integrada, agora, com a Prefeitura de Belo Horizonte, vai acabar de matar o cidadão. Fiquei até as 3 horas da manhã na porta do Pronto-Socorro de Venda Nova. Tive, inclusive, a ajuda do Deputado Durval Ângelo, da Deputada Maria Tereza Lara, tentando encontrar um CTI, em Betim, e nada disso tem a ver com a ojeriza que tenho pela política de esquerda do PT, a política de saúde que o PT vem praticando, porque, em todo lugar onde esse povo põe a mão, parece toque de (...), onde encosta vira (...) e não se salva mais nada.

O Célio de Castro poderia enviar mais notinhas, junto com o Conselho Regional de Medicina, com o Conselho Federal de Medicina, podem me intimar para prestar esclarecimentos, mandem me chamar na justiça, façam o que quiser. É (...) mesmo. E essa (...) que cerca esses Conselhos Regionais de Medicina está protegendo essa (...), porque todos eles participam dessas cooperativas, dessas máfias da política da saúde deste Estado.

Há dois tipos de médicos: o cidadão honrado, que vira a noite trabalhando em três ou quatro empregos; e tem o de branquinho, (...), que se encontra, normalmente, enfiado nesses Conselhos com casca de honesto e casca de honrado. Foi o Deputado Irani Barbosa que os chamou de (...). E, se não tiver justiça, que venham pra cima de mim no tapa porque enfrente qualquer um desses (...) da forma que tiver. São (...) junto com esse (...), essa (...) desse Célio de Castro. E não concederei mais nenhum aparte. Muito obrigado.

- Sem revisão do orador.

(...) - Palavras expungidas por Decisão da Presidência proferida em 23/3/2000.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, não concederei apartes a mim solicitados, porque tenho muitos assuntos para abordar e sinto-me no dever de responder às questões levantadas pelo Deputado Irani Barbosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, infelizmente, apesar de concordar com o que afirmou Voltaire, dizendo que "posso discordar de tudo que diz, mas defenderei, até a morte, seu direito de falar essas coisas", acho lamentável que nossos ouvidos e os dos telespectadores sejam abrihantados, no início de uma tarde, após o horário de almoço, com afirmações desse tipo. Deputado Irani Barbosa, essas questões todas poderiam ser ditas em níveis mais corretos, dentro do debate parlamentar. Acho que essas expressões não são corretas. Toda categoria profissional tem bons e maus profissionais, todos os setores da vida humana também os têm. Aqui mesmo, se fôssemos considerar a questão de postura de parlamentares, nesta e em outras Casas, encontraríamos exemplos diferenciados. V. Exa., ao generalizar, comete uma injustiça.

Gostaria, também, de ressaltar o grande trabalho do Prefeito Célio de Castro, principalmente na saúde, fazendo jus ao título de Doutor BH. Quero registrar a triplicação do número de CTIs em Belo Horizonte. O grande problema é que Belo Horizonte hoje, por intermédio de sua rede municipal, acaba atendendo à demanda do interior, inclusive a demanda de responsabilidade de alguns Prefeitos da própria Região Metropolitana, em que se inclui minha cidade. Mas V. Exa. generaliza ao afirmar sobre a posição do PT. Quero dizer que, há três anos, na Conferência de Istambul, das 17 experiências de gestões bem sucedidas em áreas da administração pública no Brasil que foram apresentadas, 9 eram do PT. No momento, tínhamos cerca de 40 a 50 Prefeituras. Dessas experiências, a metade era na área de saúde, com grande destaque para Betim, onde um enorme trabalho vem sendo desenvolvido nesse setor. Quero prestar minha solidariedade às entidades que foram atacadas e falo como Deputado e 2º-Vice-Presidente da Assembléia. Quero, também, pedir desculpas aos que nos assistem neste momento, por essas palavras que acho que não são próprias de um debate democrático e civilizado.

Com isso, entro no assunto que me traz à tribuna hoje e quero antes citar Rui Barbosa, que dizia que a imprensa livre é o pulmão da democracia. Já presenciamos em todas as histórias de autoritarismo deste País, no Estado Novo e na ditadura militar que se instalou em 1964, que uma das primeiras medidas daqueles que ocuparam o poder foi calar a imprensa, impor uma censura selvagem, não permitir que a contradição existisse, que o debate das idéias realmente se tornasse público, que os Governos fossem avaliados pela opinião dos leitores dos órgãos de imprensa. E a censura foi, de alguma forma, um instrumento de coação, um instrumento para inibir o surgimento de novas idéias e de ações sociais. Rui Barbosa, ao afirmar tal questão, acerta no sentido de mostrar fatos recentes em Minas Gerais. A imprensa, de forma livre e soberana, cumpriu seu dever de documentar fatos relacionados ao Governo do Estado com total liberdade, sem nenhum tipo de cerceamento, como nos casos da CASEMG, da ADEMG, do DER, do DEOP, da Secretaria de Obras, da FHEMIG e da Secretaria da Saúde. E esse trabalho da imprensa, algumas vezes fazendo ressoar posições de parlamentares da Oposição e da Situação nesta Casa, permitiu que o Governo fizesse as mudanças necessárias na sua estrutura administrativa. Foram essas medidas que mostraram, antes de tudo, a fragilidade do controle do Estado e de suas próprias ações, que mostraram que a contradição estava no próprio seio da organização do Estado.

Aí merece destaque a posição que o Governador Itamar Franco teve nesse episódio todo; uma posição ética, transparente, uma posição corajosa, mostrando claramente que seu Governo não vai fazer nenhuma concessão a irregularidades e a denúncias de corrupção de nenhum tipo. É importante destacar que o próprio editorial do "Estado de Minas", no dia de ontem, registra um elogio a essa posição do Governador Itamar Franco. O editorial da página 8 diz claramente, com o título "Compromisso com a Moralidade". (- Lê:)

"O Governador Itamar Franco, tanto no episódio das obras sem licitação em rodovias no Sul de Minas como nas irregularidades denunciadas na FHEMIG, agiu com a presteza que a opinião pública sempre espera dos homens de bem, afastou do cargo o Secretário de Obras Públicas, o Diretor-Geral do DER, o Secretário da Saúde e toda a diretoria do órgão, acusada de superfaturar até pãozinho de sal.

Ao invés de se arvorar como dono da verdade ou fazer ouvidos de mercador às notícias publicadas, o Governador do Estado não titubeou em buscar a preservação da imagem moral da administração mineira." E conclui, em sua última frase, esse mesmo editorial: "Agiu com determinação e firmeza. Honrou as melhores tradições morais de Minas. Cumpriu, com dignidade, o seu dever". Pois bem, esse é o nosso orgulho, ou seja, sermos da base do Governo nesta Assembléia e apoiarmos o Governador Itamar Franco em sua postura firme diante de qualquer denúncia de irregularidade, responsabilizando tanto os responsáveis diretos, como os indiretos, em cada caso. Em vista desse registro, muito imparcial e justo do jornal, ontem, através de um requerimento, solicitamos que esse editorial conste nos anais desta Casa, para que fique aqui expressa a posição de um Governo. Infelizmente, nem todos os Governos do Estado agiram assim. No passado, isso era diferente.

Gostaria de fazer uma reflexão sobre as denúncias que fizemos no Governo Eduardo Azeredo. Eu, o Deputado João Leite, o Deputado Ivair Nogueira e outros Deputados da CPI do Sistema Carcerário do Estado, durante 160 dias, apuramos centenas de denúncias de irregularidades nesse sistema. Pois bem, houve um relatório consensual de denúncias graves com relação ao DEOP, que é o mesmo de agora, e com relação ao Secretário da Segurança Pública de então, de que havia construções de cadeias em que a cela custou R\$223,00. E o que ocorreu com esse senhor, ou com os senhores que estavam envolvidos nisso? Nenhum foi punido pelo Governador. Denunciamos, também, irregularidades e superfaturamento na questão da licitação da alimentação dos presos. Houve alguma punição? Não. Não houve nenhuma punição. Denunciamos, também, torturas. E o que houve com os Delegados que foram denunciados como torturadores? Vários foram promovidos no Governo passado. Que bom que o Governador, hoje, é Itamar Franco! Que bom que, alto e bom som, podemos dizer que não agiu como o Governador anterior! Não teve o mesmo comportamento do Governo passado. E mais ainda, denunciemos aqui, também, obras sem licitação pública, como a da terraplenagem do terreno da Mercedes Benz, que, segundo a nossa denúncia, foi feita sem licitação, envolvendo o Vice-Governador do Estado. Houve punição? Nenhuma. Lá, essa obra envolveu a bagatela de R\$22.000.000,00. Se alguém entende que esse valor não seria suficiente para fazer corar o ex-Governador ou indigná-lo, poderíamos dizer que, sendo qualquer outro valor, o processo seria irregular.

Denunciamos o Enduro da Independência, em que, sem licitação, R\$1.500.000,00 saíram da COMIG e R\$1.500.000,00 saíram da COPASA. Qual a providência tomada? Nenhuma! Denunciamos também que a obra do Palácio das Artes, que pegou fogo, foi feita sem licitação.

Não concederei aparte a ninguém, porque o meu tempo é exíguo e precisei me desviar para responder às questões levantadas pelo Deputado Irani Barbosa.

E sobre essas denúncias do Palácio das Artes, alguém foi punido? O Secretário da Cultura de então foi punido? Não, ele foi promovido nas eleições do mesmo ano. E denunciemos o gasto de R\$53.000.000,00 para construção de barragens no semi-árido mineiro. Todas elas sem licitação. E as barragens não têm água; são barragens de vento.

Gostaria de deixar bem claro que são dois pesos e duas medidas. O Governo atual tem uma atitude muito diferente. E acho que a Oposição tem razão ao reclamar, porque, à exceção de um ou outro, e já citei a CPI do Sistema Carcerário, ninguém reclamou no passado. A grande maioria silenciava. Este Deputado não conseguiu 26 assinaturas para implantar a CPI do sistema financeiro. Aliás, consegui 33, mas o Governo depois determinou que os Deputados retirassem suas assinaturas. E tem mais, o Governo anterior desviou do IPSEMG R\$1.248.292.975,88 nos quatro anos que sonegou repasse ao IPSEMG. Alguém caiu? Ou R\$1.000.000.000,00 não é levado em conta?

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, somos a base de apoio do Governo e temos orgulho disso. Podemos estar vivendo uma crise, sim, mas uma crise institucional na defesa da ética; estamos vivendo, sim, dificuldades de governo, mas de um Governador que não tem a mesma medida que o Governo anterior, que não age com o mesmo peso que o Governo anterior. E a Oposição tem de estar chateada, sim; tem de estar chateada porque, hoje, mais do que nunca, estão expostas as contradições de uma Oposição que só dizia "sim, senhor" a todas as irregularidades. E vocês, colegas Deputados, sabem que não sou governista deixando de lado a minha consciência. Quando é preciso criticar, venho aqui e critico. Todos viram o meu depoimento e as minhas perguntas no caso da FHEMIG. E interpelava, naquele momento, a diretoria da FHEMIG como um todo. E perguntei, num determinado momento, quem era o responsável pelas licitações. Não tenho a atitude de dizer "sim, senhor" a tudo. Sou Governo, sim, mas exercendo a minha capacidade de crítica. Não sou Governo como se era no passado.

E quero dizer, com alegria, que está certo o editorial. Temos um Governo que resgatou a memória ética dos mineiros e a moralidade na política nacional. Parabéns, Governador Itamar Franco!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa - Fui citado pelo Deputado Durval Ângelo e gostaria de dizer que não tive a formação educacional do Deputado, até porque não tinha tempo de ficar xeretando (...) para aprender alguma coisa na vida. Mas aprendi que defender o povo é defender com dignidade, com as palavras que lhe cabem na boca da forma como foi educado, é defender da forma como se viveu. É muito importante ver hoje essa união da direita e da esquerda: torturadores de um lado e torturados do outro, apaziguados pelo mesmo caminho, ou seja, os penduricalhos dos cargos do Governo se esquecem até das porretadas que tomaram na orelha no passado (...) que chegam numa mediocridade dessas no final da vida.

* - Sem revisão do orador.

(...) - Palavras expungidas por Decisão da Presidência proferida em 23/3/2000.

O Deputado Durval Ângelo* - Não gostaria que V. Exa. fizesse nada de excepcional. Ele me citou em seu depoimento, alegando que eu tivesse citado o art. 164. Entretanto, fiz apenas referência a seu depoimento. Não estou falando com excepcionalidade e peço que a Presidência reconsidere e dê-me os 5 minutos, pois não consigo coordenar minhas idéias com 2 minutos apenas.

Além disso, solicitaria, primeiramente, que V. Exa. determinasse a retirada da expressão depreciativa com que o Deputado se referiu à Igreja Católica e a seus agentes. Lembramos que a discriminação religiosa é crime previsto na Constituição. Em segundo lugar, gostaria que V. Exa. mandasse retirar a apologia à tortura e à violência por ele feita. Caminhamos muito para atingirmos a democracia, até para ouvir aqui V. Exa. dizer tantos absurdos. Talvez tenhamos mesmo apanhado e sido torturados, para que V. Exa. dissesse tantos absurdos neste microfone, não perdendo nem os ouvidos dos presentes. O Brasil viveu 20 anos difíceis e de ditadura. Talvez V. Exa., que não sei de que lado estava, não tenha tido um ente querido torturado ou agredido durante a ditadura de 1964. Talvez V. Exa. não tenha sensibilidade, pois esse é o sofrimento de cidadãos e cidadãs comuns, que penam nas delegacias e nos estabelecimentos penais em um pau-de-arara. Talvez V. Exa., que diz ser povo, seja-o apenas no discurso, pois, na cabeça, é elite. E a pior elite! A elite sanguessuga deste País, a qual sempre mamou nas tetas do poder e tem apenas os pés aqui, já que a cabeça está nos Estados Unidos e na Europa, lugares que V. Exa. visita com tanta frequência. Apenas as suas palavras são rudes, pois a sua cabeça é da elite.

Gostaria de dizer, ainda, Sr. Deputado, que os seus rompantes não irão amedrontar ninguém. Vamos disputar o debate dentro dos princípios da verdade e da justiça, não nos preocupando com essas baboseiras que V. Exa. diz.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, desta tribuna, pedir que tenhamos, realmente, equilíbrio, pois este momento de turbulência o exige. Isso faz parte do jogo democrático, mas é importante termos tranquilidade para discutir os problemas que nos afligem.

O PDT, como todos sabem, apoiou o Governo Eduardo Azeredo e dele participou, cumprindo o que lhe tínhamos prometido. Não tivemos nenhum problema e, quando vejo o ex-Governador ser criticado aqui, de forma dura e, às vezes, até impiedosa, lamento, pois ele não merece ataques, construiu seu nome e teve a herança de uma pessoa muito querida em Minas e que deixou saudosa memória, Deputado Renato Azeredo. Durante seu governo, enfrentamos turbulências, mas foram rompidas todas as barreiras. Por isso, é respeitado por todos nós.

Estamos apoiando também o Governo de Itamar Franco. Sempre o fizemos com muita tranquilidade. Ao assumirmos esse compromisso, por uma deferência especial, dissemos ao Governador Eduardo Azeredo que também acreditávamos em Itamar Franco.

Conheço o Governador Itamar Franco desde 1969, quando iniciei a minha vida pública, como Secretário Municipal de Leopoldina. Sempre tivemos um trato excelente. Fiquei a seu lado em 1986, quando disputei uma eleição para Deputado Estadual pela primeira vez, ficando como suplente. Anteriormente, havia apoiado a sua candidatura para o Senado, quando disputou a vaga com José Augusto. Apoiei a sua candidatura para Vice-Presidente da República. Por ser da Zona da Mata e seu amigo, acreditei nele e o apoiei. Em todas as três oportunidades, saiu-se muitíssimo bem, com dignidade, com postura elevada, enfim, reconhecido por todos os mineiros. Era o único candidato capaz de vencer as eleições, derrotando Eduardo Azeredo, por ter sido Prefeito, Senador, Vice-Presidente e, após a cassação de Fernando Collor, Presidente da República. Portanto, tem um currículo invejável.

Em Minas, ocupando pela primeira vez o Palácio da Liberdade, veio para cumprir a sua missão. No entanto, vejo que muita coisa mudou para ele. É preciso que o Governador tome as medidas que está tomando. É triste ver um Secretário como Armando Costa ser triturado. Creio que a composição de forças que estava a seu lado fez com que fosse aberto um buraco enorme, onde foi jogado. Outras pessoas que estão na linha de frente também estão sendo sacrificadas justamente pelas pessoas que estão em volta e não entendem que os tempos mudaram neste País.

Em razão disso, o PDT, que é aliado do atual Governo, entende que essas mudanças, embora dolorosas, são necessárias. É preciso que esta Casa entenda isso e dê respaldo, pelo bem de Minas, porque Minas precisa caminhar. Não podemos ficar olhando para trás, brigando com o atual Governo, sacrificando Eduardo Azeredo, enquanto o Estado está parado. É importante a mudança de atitude daqueles que estão assumindo. Gostaria de citar o exemplo de um companheiro nosso que está indo para a área da saúde, o Deputado Adelman Carneiro Leão, figura extraordinária, um homem que, durante três legislaturas, mostrou-nos a sua capacidade de trabalho, a sua ética e a sua postura correta. Tenho a certeza de que, ao contrário do ex-Secretário Armando Costa, que enfrentou dificuldades no exercício do cargo, Adelman Carneiro Leão implantará outro ritmo, porque já viu tudo que está acontecendo.

Gostaria de citar um fato ocorrido ano passado, na minha região. Em Leopoldina, temos a mais nova regional de saúde instalada pelo Estado. Lutamos bravamente por ela não pelo fato de mostrar que era uma iniciativa nossa, mas para descentralizar o atendimento, que era feito exclusivamente na terra do meu querido colega Cristiano Canêdo, que é a cidade de Muriaé, que nunca colocou obstáculos à criação da regional em Leopoldina, muito pelo contrário. O nosso Deputado Cristiano Canêdo sabe que, mesmo tendo sido criada a regional em nossa cidade, nunca enfrentamos dificuldades. Mas foi para lá alguém que se diz afilhado do nosso amigo Secretário Armando Costa. É um médico que tem hospital em Cataguases e, numa artimanha, tirou o hospital do seu nome, colocou no nome de outra pessoa e se instalou na regional de Leopoldina, já se colocando como candidato a Deputado Estadual, usando aquela regional como um bem particular, desrespeitando a nós, Deputados, principalmente os da Zona da Mata. Quero, portanto, pedir ao Secretário Adelman Carneiro Leão que ajude o Governador. Não quero nenhum benefício para mim, particularmente, quero para a nossa região.

Esse médico da regional de saúde de Leopoldina, Dr. Jaime Afonso, no último domingo, na presença do Deputado Cristiano Canêdo, na cidade de Santo Antônio do Aventureiro, num discurso eminentemente político, ofereceu uma ambulância, que vai entregar nos próximos dias. Concedo aparte ao Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Deputado Bené Guedes, é uma prática comum entre aqueles que ocupam Secretarias neste Estado acharem que a Pasta é deles, especialmente a regional próxima de Ubá. Gostaria de me solidarizar com V. Exa.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço as palavras do Deputado Irani Barbosa e concedo aparte ao Deputado Cristiano Canêdo.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)* - Caro Deputado Bené Guedes, quero solidarizar-me com as suas palavras e considerar que realmente Leopoldina e Muriaé são cidades irmãs, com respeito mútuo à política da região. Muriaé pertence hoje à regional de Ubá, não à mesma de Leopoldina, mas temos um trabalho importante.

Esperamos do Secretário da Saúde, Dr. Adelman Carneiro Leão, cujas posições e convicções na política de saúde conheço, que não admita que dono de hospital particular seja gestor do SUS na nossa região, porque o gestor do SUS libera recursos, fiscaliza hospitais particulares e, ao mesmo tempo, é dono do próprio hospital. Isso, tenho certeza, o novo Secretário não admitirá. Precisamos de pessoas ligadas à política de saúde, que defendam o SUS, defendam aqueles que precisam da assistência médica gratuita, e, não, aqueles que defendem o serviço particular de saúde. Meus parabéns pelas suas palavras. Estou solidário com sua reivindicação. Pode contar com a nossa ajuda.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço as palavras do ilustre Deputado Cristiano Canêdo.

Voltando à questão da regional de saúde de Leopoldina, quando faço essa crítica, entendo que tem de ser construtiva, evidentemente, mas não podemos nos calar.

Há outro fato que afronta o parlamento mineiro: esse mesmo Diretor da regional de saúde de Leopoldina, junto com a Prefeita de Estrela Dalva, retirou do Posto Municipal de Saúde daquela cidade o nome do Deputado Luís Maranhã, um dos parlamentares mais atuantes da Zona da Mata, o homem que conseguiu emancipar aquela cidade. Da noite para o dia, foi retirado o seu nome e colocado o de um cidadão honrado, o pai do atual Diretor regional de saúde de Leopoldina, Dr. Jaime Afonso. Mas disse e repito, existem outras formas de se

homenagear esse cidadão, que merece o nosso respeito, mas em outros lugares, na própria Estrela Dalva, não dessa forma, porque assim é um acinte. É uma vergonha que pessoas esclarecidas cometam um ato dessa natureza. E repilo isso de forma veemente, porque me revoltou profundamente.

Quero, nesta oportunidade, comentar o trabalho do Deputado Ivair Nogueira, nosso ex-colega do PDT, que pediu demissão da Secretaria de Esportes. Foi um Secretário atuante, segundo os limites e as dificuldades explícitas do Governo no ano passado, como o problema da moratória e da retenção dos recursos. Foi um Governo que lutou conosco para que viabilizássemos a votação do projeto de anistia fiscal, justamente para pagar os funcionários mineiros.

Entendemos que o Deputado Ivair Nogueira, segundo aquilo que conseguiu fazer, ele o fez com muita propriedade. Quero fazer esse registro, e agora, na sua saída, queremos comentar que o PDT aguarda o reconhecimento do atual Governo.

O Presidente Anderson Adauto e o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, sabem que temos sido solidários, justamente porque acreditamos neles como nossos aliados junto ao Governo Itamar Franco, para que o PDT possa receber realmente aquilo que merece.

O nosso Líder estará falando desta tribuna e hoje terá uma audiência com o Governador. Tenho a certeza de que, independente da Secretaria que for, o PDT será reconhecido, porque é pretensão nossa continuar apoiando o Governo, mas, ao mesmo tempo, tendo também contrapartida política. O nosso partido está em constante crescimento e desenvolvimento. Temos aqui o Deputado Eduardo Daladier, da nossa Caratinga, que veio para a Assembléia Legislativa na condição de suplente, mas não deve e não pode ser sacrificado. Ele tem a solidariedade de todos os colegas, que aprenderam a admirá-lo pela humildade, serenidade e trabalho em bom estilo.

Enfim, estamos certos de que o Governador Itamar Franco entenderá as nossas posições, e volto a repetir: tenho o maior respeito tanto pelo Governador Itamar Franco como pelo Governo Eduardo Azeredo, e esperamos que a Assembléia Legislativa possa refletir sobre isso, na busca do entendimento.

Agradeço aos Deputados que me apartearam. Deputado Cristiano Canêdo, conto com V. Exa., e V. Exa. pode contar comigo. Nós, representantes da Zona da Mata, somos poucos para tomar atitudes que visam, sobretudo, ao interesse das nossas comunidades, e não de uma ou duas pessoas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados do Espírito Santo, Srs. Deputados mineiros, pessoas nas galerias, pessoas que me escutam pelos corredores, gabinetes e TV Assembléia, é com alegria que estou nesta tribuna para falar daquilo que foi assunto em todos os jornais e televisões do Estado e, até mesmo, de outros Estados. Falar da atitude corajosa e enérgica que tem tido o Governador Itamar Franco em todo esse imbróglio que envolveu a Secretaria da Saúde e os seus funcionários.

Louvamos o Governador por sua coragem e rapidez em tomar atitudes, que com certeza deixam magoados até os seus amigos, atitudes que deixam magoadas pessoas que, com certeza, não têm nada que temer de uma denúncia, uma sindicância. Mas o Governador deixou bem claro: ele prefere magoar amigos do que deixar que recursos públicos sejam desperdiçados e consumidos de maneira ilegal.

Sabemos que, até hoje, pelas denúncias que já foram feitas, nada de concreto foi apurado com relação àqueles que trabalham na Secretaria da Saúde. Na reunião que o Governador Itamar Franco teve conosco, na segunda-feira passada, deixou bem clara a amizade entre ele e o Secretário Armando Costa, pessoa que, segundo ele, é digna de todo o respeito, o que nós também confirmamos. Mas ele foi rápido nas decisões para que não permanecesse um constrangimento cada vez maior em cima das acusações, e ainda mais, para que ninguém duvidasse da vontade que tem de cuidar da moralidade, da transparência e da honestidade no trato público. Vivenciou, nesse episódio, a máxima da antiguidade: "Não basta ser honesto, é preciso, também, parecer honesto". E foi justamente pensando nisso que, a partir desse episódio da Secretaria da Saúde, o Governador criou o sistema de auditoria permanente que, em dois ou três dias no máximo, pode prestar contas ao Governador de tudo que está havendo em um órgão público, em uma secretaria ou em qualquer espaço que seja do poder público que tenha obrigação de prestar esclarecimentos. Vivemos em uma república, e a "res publica" é coisa que tem de ser bem tratada e bem cuidada. O sistema de auditoria permanente fortalece o Governo Itamar Franco, evita desgastes futuros e busca evitar que novos problemas surjam e que haja irregularidades, com um controle permanente dos gastos públicos.

Queremos deixar bem claro que não somos contra as apurações, não somos contra a fiscalização nem contra a denúncia. Louvamos a atitude da Oposição nesta Casa que, de uns tempos para cá, tornou-se tão firme, tão corajosa e tão atuante para fiscalizar e denunciar. Ficamos felizes sabendo que esta Casa Legislativa está encontrando o seu rumo, porque o papel de uma Assembléia Legislativa, antes de tudo, é legislar, fiscalizar e denunciar, se for preciso. Só lamentamos que a Oposição, que hoje transforma a denúncia em "denuncismo", tenha sido tão vagarosa para descobrir o seu papel.

O nosso companheiro Durval Ângelo e outros que falaram em outras oportunidades já se referiram aqui a tantas irregularidades do Governo que antecedeu o Governo Itamar Franco. O Governo do Dr. Azeredo pode ser considerado um Governo sem licitações. Quantas obras, neste Estado, sem licitações! Tudo considerado emergencial. Não vou repetir o que já foi dito aqui.

O Durval Ângelo já citou, "en passant", as barragens do Jequitinhonha, e eu queria me ater um pouco a isso. Foram duas etapas na construção das barragens. Na primeira etapa, nos anos de 1995 e 1996, estava prevista a construção de 132 barragens, e foram construídas apenas 70, sem licitação. A desculpa era a emergência, porque a seca ia chegar ao vale do Jequitinhonha. É ironia dizer que há uma emergência por causa da seca do Jequitinhonha, quando todos sabemos que a seca do Jequitinhonha é crônica e que se agrava a cada ano.

Houve a emergência; obras começadas, e nada acabado. Denunciamos a falta de licitação, mas a denúncia entrou por um ouvido e saiu pelo outro do Governador e de todos os responsáveis por fazer coro com a Oposição daquela época e as denúncias que fazia.

A segunda etapa também foi sem licitação. Hoje ainda estamos pelejando com essa CPI das Barragens. E o povo do Jequitinhonha, do Norte de Minas e do Mucuri está amargando a falta de água. A água não desaparece de um dia para o outro na região. Mas na época da eleição, no ano que precedeu as eleições estaduais, a propaganda do Governador Eduardo Azeredo era uma das mais bonitas. Entre elas, uma cachoeira, com água jorrando em quantidade. Ao fundo, música, poesia, beleza e saúde.

Impressionei-me ao ouvir o comentário de uma criança do vale do Jequitinhonha que, ao ser indagada pela professora sobre o que tinha achado mais bonito em tudo que havia visto na televisão, respondeu: "O mais bonito que já vi foi a fartura de água que agora existe no Jequitinhonha". Coitada, essa criança inocente não soube distinguir a realidade daquela fartura da propaganda. Com certeza, buscaram a cachoeira fora dos limites do Jequitinhonha, do Norte ou do Mucuri. Mas, para ela, que vivia carregando um litro de água ou buscando água no rio ou no correço, era uma beleza, e esperava que aquilo chegasse à sua casa. A propaganda era tão enganosa que as crianças e até os adultos acreditavam.

Não houve licitação para essas obras. Não houve a gritaria que estamos ouvindo agora. Nada se apurou até hoje. Os Prefeitos estão convidados a vir aqui na semana que vem. Prefeitos que hoje amargam os problemas das obras sem licitação do Governo Eduardo Azeredo. Vejam bem que não estou acusando o Sr. Eduardo Azeredo de ser desonesto. Mas se aceitarmos a máxima de que ser honesto não é apenas não roubar, mas também não deixar que roubem e que haja desperdício de dinheiro público, a carapuça de desonestidade tem que caber na cabeça do ex-Governador. O que houve foi desperdício. Obras começadas num lugar e transferidas para outro, material levado para construção que está apodrecendo na beira dos córregos. Nada se apurou de concreto até hoje sobre essas questões.

Por duas vezes, fomos em comissão ao Jequitinhonha ver as famosas barragens. Conosco estavam Deputados que presenciaram o absurdo e que hoje gritam aqui, fazendo parecer que falta de licitação é uma coisa que nunca aconteceu no Estado.

Não poderia encerrar a minha fala sem dizer do orgulho que nós, do PT, tivemos e sentimos com a indicação do nosso colega Adelmo Carneiro Leão para Secretário da Saúde. Para nós foi um choque, e segundo o Adelmo me garantiu, para ele, também. Mas foi uma surpresa agradável, sinal de que o Governador confia no PT e é capaz de entregar a um Deputado de nosso partido uma Secretaria que está com problemas e precisa ser muito bem cuidada e bem tratada, porque dela, sobretudo, depende a vida de tantos mineiros e tantas pessoas.

Todos conhecemos Adelmo. Conheci-o antes mesmo que chegasse a este Plenário, nas lutas e nas reuniões que o PT fazia quando já saía de Uberaba para fortalecer o nosso partido e para junto conosco encontrar um caminho melhor para dirigir, para governar e para legislar.

E Adelmo chegou a esta Assembléia. Lembro-me que aqui ficou como suplente por dois anos. Não foi uma nem foram duas pessoas que choraram a ausência de Adelmo no Plenário desta Casa. Todos sentimos a sua falta naqueles dois anos.

Essa falta será sentida agora também, só que em outra circunstância. Já estamos sentindo a falta de Adelmo na Liderança, mas será compensada, porque, agora, não vai lutar apenas aqui, no Plenário; não vai estar apenas dirigindo a Bancada do PT; estará dirigindo um órgão que, sem dúvida alguma, é dos mais importantes do Estado.

Adelmo, com certeza, vai mostrar para todos que é capaz de administrar a Secretaria de Estado da Saúde. Não que tenha todas as idéias na cabeça, mas já vem acumulando sabedoria pela sua vida de médico, de professor de universidade, pelo tempo em que está militando no PT, e também pela experiência que acolheu, que conheceu em outras Prefeituras, em outros Estados onde o PT faz o governo, onde tem o seu trabalho.

Repito: tenho certeza de que os militantes do PT se orgulham do seu partido. Por isso as nossas são as campanhas mais emocionantes. Não fazemos campanha personalista, de indivíduos que escondem a sigla de seu partido. A nossa é a campanha da bandeira vermelha, da estrela, da sigla do PT no boné, na camisa, na roupa. Dificilmente vemos alguém do PT fazendo campanha apenas com seu nome e com seu número. O candidato sempre leva para sua campanha a emoção, a sabedoria e a coragem do PT.

Já disse outro dia que nos orgulhamos quando alguém vê uma falha no PT e fala: "Até o PT". Isso significa que uma falha do PT é exceção. Não que não haja pessoas falhas no PT. Não que os petistas sejam santos. Mas os desonestos, os personalistas, os contadores de vantagem não proliferam no PT, porque esse partido tem comando, dá assessoria a seus militantes, e isso é o nosso orgulho.

Mas é também o orgulho de Belo Horizonte. Numa pesquisa realizada nesta cidade, quando foi perguntado qual o partido da sua preferência, 21% dos participantes responderam PT.

Então, quero aqui parabenizar o Governador Itamar Franco, pela rapidez com que tem tomado decisões, e parabenizar também o meu partido, o PT, que tem, na Secretaria da Saúde e na Secretaria do Meio Ambiente, pessoas que nos orgulham e que, com certeza, vão trabalhar muito para o bem-estar deste Estado.

O Deputado Edson Rezende* - Infelizmente, Deputado, meu tempo vai ser muito curto para discutir um assunto muito importante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores que estão nos ouvindo e telespectadores, venho a esta tribuna para esclarecer alguns assuntos que aqui foram abordados e que, por uma questão de justiça para com os envolvidos, merecem ser esclarecidos. Um deles refere-se à unidade da FHEMIG em Barbacena. Nesse sentido, julgo importante falar um pouco para os senhores sobre a história daquela instituição.

Fundado em 1903, hoje quase centenário, o antigo Hospital Colônia surgiu como um modelo de assistência aos então chamados alienados mentais. Ele propunha a recuperação dos pacientes, através de atividades próprias de uma fazenda, pois naquela época a maioria absoluta dos doentes originava-se da zona rural. Esse modelo foi, inclusive, premiado com o reconhecimento de todos.

Na década de 30, com o advento do Estado Novo, aquele modelo começou a ser destruído com o inchaço do hospital. Uma política de segregação do doente mental, aliada à busca de uma instituição tida com ideal na época, onerou-a a tal ponto que chegou a ter milhares de pacientes.

Hoje, com a ajuda de toda a equipe, a instituição possui um museu, denominado Museu da Loucura, único no País, para não deixar que o esquecimento possa permitir o retorno àquela realidade.

Somente em 1979, quando os manicômios passaram a ser abertos à imprensa, a dimensão da tragédia ficou conhecida. Naquela época, uma série de reportagens do jornalista Hiram Firmino, denominada "Nos Porões da Loucura", publicada no jornal "Estado de Minas", denunciou as atrocidades vividas pelos pacientes.

De lá pra cá, a comunidade hospitalar mobilizou-se, lutou bravamente contra a dura realidade, e a história começou a ser mudada. Foram reformados pavilhões; módulos residenciais foram construídos, o corpo clínico foi acrescido de psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais. Um novo modelo assistencial estava a caminho... A chamada reforma psiquiátrica, que mudou tantas instituições, ajudou a transformar definitivamente a história do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena.

No entanto, senhores, não temos dúvida de que tudo isso só foi possível graças à capacidade de luta dos funcionários, num trabalho de equipe, premiando esforços individuais e coletivos.

Mais recentemente, ouvindo um clamor da comunidade barbacenense e de toda a região, aquela casa elaborou um projeto de alto alcance social: a transformação de uma de suas unidades em Hospital Geral Regional. Para concretização dessa proposta, as obras foram iniciadas no apagar das luzes do Governo passado, mais concretamente em setembro de 1998. Inaugurado em 31/12/98, o bloco cirúrgico, que foi feito às pressas, teve de passar por consertos antes mesmo de poder ser usado.

Devido às dificuldades de caixa do atual Governo, no seu primeiro ano de mandato, decorrente do colapso financeiro herdado de Eduardo Azeredo, as obras foram interrompidas. Mas este ano, já temos alocados recursos suficientes para dar prosseguimento ao projeto. Apesar de todas as dificuldades, temos uma boa notícia quanto à continuidade do Projeto do Centro Hospitalar, pois está sendo inaugurada, ainda esta semana, a chamada Casa Amarela, que nada mais é do que uma residência terapêutica, passo final para a busca da reintegração social dos pacientes.

Portanto senhores, não compreendemos como uma instituição como essa possa ser maculada com tanta perversidade, e seus usuários serem usados de maneira tão desrespeitosa e desumana. Acreditamos em uma política que preserve a ética, que preserve pacientes, funcionários e a direção daquela casa, que, aliás, orgulha-nos muito, mas que tem uma luta incessante pela frente.

Temos que considerar também a situação do Hospital Judiciário Jorge Vaz, onde também foram iniciadas obras no final do Governo passado, que ficaram interrompidas pelos motivos já mencionados. Hoje temos como possível a continuação das obras, já que ali também novos recursos foram alocados.

A Comissão de Saúde estará em Barbacena para visitar, na terça-feira de manhã, o manicômio, resultado de políticas de anos a fio, de abandono daqueles pacientes. Temos aqui um termo de cessão de uso, celebrado entre a Fundação Hospitalar, FHEMIG, e a Secretaria de Justiça, do antigo IPM, para que a FHEMIG possa construir ali um espaço para seus pacientes e, assim, que aqueles pacientes do manicômio possam ser transferidos para esse espaço. Desde 1998, no Governo Eduardo Azeredo, existe esse termo de cessão de uso, que até hoje não foi consubstanciado.

Sr. Presidente, gostaria de informar aos senhores que tenho propostas alternativas para que seja elaborado um grande projeto nesta Casa que resgate a dignidade daqueles apenados, e que seja feito em parceria com a FHEMIG, ainda mais pelo fato de estarem as duas instituições fisicamente muito próximas.

Apresentamos um requerimento a esta Casa, para que se faça um convênio entre as duas instituições e um trabalho conjunto do corpo médico da FHEMIG com o Manicômio Judiciário Jorge Vaz. Quero lembrá-los que encaminhei essa proposta à Secretária de Justiça, Dra. Ângela Pace, há mais de 20 dias, por intermédio de requerimento protocolado nesta Casa, e gostaria que os senhores pares tomassem conhecimento.

Enfim, gostaria de falar-lhes também sobre minha região: Barbacena - e não só daquela cidade, mas de toda a região das vertentes, incluindo também a Zona da Mata, que, ao longo dos anos, foi duramente penalizada e abandonada pelos políticos -, os investimentos ali praticamente inexisteram. A região carece de tudo, desde obras de infra-estrutura, como asfaltamento de estradas, até iniciativas que possibilitem a geração de emprego e renda. Mas temos certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que a redenção econômica daquela região virá e que o Governador Itamar Franco, com a grande sensibilidade que tem demonstrado na defesa do povo mineiro, saberá fazer justiça àquela região, canalizando recursos e esforços, aproveitando sua reconhecida vocação, sua beleza natural, seu povo amigo e, sobretudo, fazendo com que aquele povo, tão bom e hospitaleiro, volte a ter esperanças.

Para finalizar, Sr. Presidente, encaminhamos um pedido ao Prefeito Célio de Castro, para que nos envie documentos sobre o que foi dito aqui pelo Deputado Irani Barbosa.

Quero dizer também, para um tempo à frente, que os problemas de saúde estão na questão política, nas decisões políticas. Na ponta da linha, estão os médicos, as enfermeiras e os serviços, que são vítimas de todo um processo. Não é possível que um país que destine R\$160,00 "per capita" por ano para a saúde, enquanto os países da Europa destinam de R\$2.000,00 a R\$3.000,00 "per capita" por ano, possa ter uma saúde digna. É preciso colocar as coisas nos devidos lugares. O Conselho Regional de Medicina, a Associação Médica e o Sindicato Médico são órgãos de defesa do médico, e não são perfeitos, mas estão aí para propor soluções para o problema de saúde no País, que precisa de um programa e de financiamento. E o Sr. Antônio Carlos Magalhães, Senador do PFL, sentou em cima do projeto da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, que destina recursos para a União, para o Estado e para os municípios. Então, alguém tem culpa nisso, mas não são aqueles que estão na ponta da linha, não são os médicos, com certeza.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse requerimento está vazado nos seguintes termos: "O Deputado que este subscreve, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Proceder à Apuração de Malversação de Recursos na Construção de Pequenos Barramentos no Norte de Minas - Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, Regiões Afetadas pelas Secas no Estado de Minas Gerais, atendendo à deliberação de seus membros, solicita, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo de funcionamento da supracitada Comissão por mais 60 dias. Deputado Marcelo Gonçalves, Presidente da CPI das Barragens". Gostaríamos apenas de fazer alguns comentários neste encaminhamento de votação. Realmente, foram construídos, no Governo passado, muitas barragens, atendendo a solicitações das diversas regiões, principalmente no Norte de Minas. Esta CPI instalou-se com a assinatura dos nossos pares para apurar, no período de 120 dias, todas as irregularidades que poderiam ser encontradas. Mais ou menos já temos conhecimento de que quase nada, ou nada, foi encontrado de irregular. Mas acharam por bem, não podemos discordar de que os fatos precisam ser mais bem apurados, uma prorrogação de mais 60 dias. Não temos nada contra. Desde que os componentes dessa Comissão achem que devem e que o trabalho será mais correto e mais esclarecedor, estamos de acordo. Mas percebemos claramente que já existe uma nuvem em torno disso. Por que não se levantou isso antes ou durante o período? Precisamos ter uma cultura nesta Casa de apurar, "pari passu", de acordo com o Governo. A nossa fiscalização tem de ser feita no tempo do Governo. Existe o lado político, existe a acomodação, existe a cultura da submissão ao Governo do Estado, existem os interesses pessoais. Precisamos acabar com essa cultura. Cento e vinte dias é pouco, talvez 60 dias a mais seja pouco. Estou fazendo uma crítica ao próprio parlamento. Quando digo isso, sempre prego que o Poder Legislativo tem de ser mais independente, precisa fiscalizar as obras e as ações do Governo a tempo, para evitarmos requerimentos desse tipo, sem fundamentação maior. Aqui não há fundamentação. Não estou vendo fundamentação. Toda formalidade deve ser cumprida, e deveria haver uma justificativa para a prorrogação. Está muito insuficiente, mas, em todo o caso, vamos acreditar que a Comissão está cumprindo o seu papel. Vamos encaminhar favoravelmente e queremos também dizer que o Governo passado não tem medo de fiscalização. Se houve alguma irregularidade - fraude ou superfaturamento -, que esta seja apontada e encaminhada para o Ministério Público para tomarem-se as medidas cabíveis.

Estamos percebendo que há uma guerra política - e realmente deve existir -, mas porque está sendo até certo ponto inócua, neste parlamento? Porque estamos muito preocupados apenas com a política, e não com o conteúdo, a necessidade do povo de saúde, de educação, de saneamento básico e recuperação das estradas, etc.. Os indicadores sociais estão cada vez piores. Muito coisa há ainda para se fazer. Há falta de cumprimento das regras, e, ao mesmo tempo, devemos aperfeiçoá-las, no âmbito do parlamento, para que a sociedade seja mais feliz.

Trata-se de uma crítica sobre nós mesmos. Não sou perfeito. Estou apenas fazendo um alerta, uma convocação para que tenhamos, cada vez mais, consciência de nosso trabalho, para que isso não ocorra novamente. Mas há uma nuvem levantada de pura disputa política. Estão tentando levantar o passado para encobrir o presente. O passado passou. Podemos fazer uma fiscalização "a posteriori", sendo que deveríamos ter feito essa fiscalização durante o Governo passado.

Investigação "a priori" não é possível. "A priori", são as leis, que, por si sós, já devem trazer os mecanismos de controle social, para que a própria população possa ajudar o parlamento a fiscalizar os atos do Governo. Esse tipo de fiscalização está no próprio conteúdo da lei, uma lei exequível, transparente e realmente necessária. Agora, toda a hora, vão prolongar as CPIs, e foram feitas nove, buscando irregularidades do Governo Eduardo Azeredo. Por que? Porque já se levantaram muitas irregularidades nesse Governo, que está caminhando para seu segundo ano. Mas não, querem se preocupar com o Governo passado, porque agora está havendo muitas denúncias à procura de comprovação.

Não estou dizendo que ninguém não seja culpado, que ninguém esteja absolvido ou isento de haver cometido alguma irregularidade, mas estou achando que a fiscalização está chegando tardia. E temos que fiscalizar o Governo de hoje. Este parlamento deve estar mais consciente da sua responsabilidade, acompanhando "pari passu" a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO -, que disciplina o orçamento. O orçamento deve ser real. Sem muito blá-blá-blá de Orçamento Participativo, em que o povo está junto, etc.

O Orçamento Participativo vem todo para a Capital. Somos do interior, mas o povo vem todo para cá porque aqui há fábrica de automóvel. Aqui vai ter muita favela porque o povo vem do interior na esperança de uma vida melhor. Isso ocorre porque o orçamento fica aqui e não é descentralizado de forma nenhuma. Assim, este parlamento deve cuidar da confecção de um orçamento real, embora seja difícil em face da falta de regras. Estamos precisando da Lei de Responsabilidade Fiscal, que deve ser implantada. Trata-se de um parâmetro correto para evitar o caixa único cheio de irregularidades.

A partir da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, poderemos fazer um orçamento real e com mais visibilidade. Poderemos acompanhar os demonstrativos semestrais, trimestrais ou mensais que o Governador está negando, por meio de seus vetos. S. Exa. está negando a transparência.

Então, quem é responsável por isso? Nós, do parlamento, unidos, não vou dizer de forma suprapartidária, mas com a responsabilidade única, com o objetivo, com a vocação do parlamentar para servir ao povo de Minas Gerais.

É dessa forma que faço esse comentário global, para dizer que isso não chega em boa hora, tem dedo político do Governo, tentando buscar irregularidades do Governo passado. Muitas barragens foram realizadas; algumas podem não ter sido. A CPI ainda está apurando, considerando que vamos admitir o nosso atraso.

Não devemos estar nos ufanando dos 500 anos da maneira que estão querendo. São 500 anos de atraso, de escravidão do negro e do índio. Até a Igreja Católica já o reconheceu, mas vai reconhecer muitos outros erros. E não só a Igreja Católica, como também os dirigentes, a burguesia rural, a burguesia urbana, sempre atrelada ao poder.

É isso que tem acontecido nesta Casa. Por isso, chega, neste momento, um requerimento fora de hora. Mas vamos encaminhar favoravelmente a ele.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia; pelo menos, resta-nos esse espaço para manifestação no Plenário da Assembléia, já que a nós está imposta a lei da mordaza nesta Casa.

Estamos acompanhando não só esse requerimento, como também as comunicações, todos frutos de uma determinação do Governador do Estado: auditoria em atos do Governo anterior e devassa neste Governo.

Votarei favoravelmente ao requerimento. Deve ser dado mais tempo a todas as Comissões Parlamentares de Inquérito, para que possam trabalhar. Aliás, fico pensando sobre essa CPI das Licitações, que cuidará de cinco anos de governo. Será que, em 120 dias, os Deputados conseguirão levantar os dados? É claro que não.

Mas sentimos também essa relação da Assembléia por meio desse requerimento em que a comissão não traz nenhuma justificativa. Não há nenhum aceno para dizer por que deve ser concedida a prorrogação. É essa a relação existente, hoje, neste parlamento: um Deputado solicita uma questão de ordem, e o Presidente, que já não se encontra, não a concede. Vota rapidamente ou comunica rapidamente aquilo que interessa, mas a palavra ao Deputado não é concedida.

Está de volta o Presidente que não nos concedeu a palavra, mas estamos aqui para dizer que não concordamos com esse tratamento que temos recebido na Assembléia Legislativa. Agora, vamos acompanhar mais um "road show". São 19 aparições da Assembléia Legislativa em cidades do interior, levando essa mensagem, e tudo segundo essa determinação do Palácio da Liberdade de devassa no Governo anterior.

Ela deve ser feita, porque tudo tem que ser apurado, como o que está sendo publicado nos jornais todos os dias: hoje, a Loteria do Estado; ontem, os pãezinhos das pessoas que utilizam os hospitais da FHEMIG. São muitas coisas, como a questão do hortifrutigranjeiro, também para os enfermos que estão nos hospitais.

E, agora, temos essa determinação de estender, por mais 60 dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos. Lamentamos o isolamento que estão impondo à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o que em nada atende o cidadão. Daqui a pouco tempo, sairei da Comissão, e a quem, caso ela já não exista, o cidadão de Minas Gerais vai recorrer? A quem interessa retirar a Comissão da discussão das penas alternativas? Tudo isso por que a Comissão é presidida por um Deputado opositorista? Tem que falar "amém" para o Palácio da Liberdade? Não aceitamos essa situação, contra a qual lutaremos. Irei ao Palácio da Inconfidência lutar pela Comissão de Direitos Humanos, reunindo-me àqueles que farão uma trincheira em defesa de nossa Comissão. Não aceitaremos esse isolamento. Retiram, agora, um membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho de Defesa Social do Estado. Não defendo a mim, defendo a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Não me calarei e mostrarei à população mineira quanto mesquinho é esse Governo, quanto mesquinha está sendo a Mesa da Assembléia Legislativa.

Na quarta-feira, Sr. Presidente, estava aqui um senhor, José Afonso, mutilado desde 1971, aguardando a Justiça. Tratava-se de uma vítima do desabamento da Gameleira, ocorrido em 1971; ele vinha pedir ajuda à Comissão de Direitos Humanos. Somos nós que, numa CPI carcerária, propusemos fossem colocadas em prática as penas alternativas. Não quero fazer parte da discussão das penas alternativas, mas a Comissão de Direitos Humanos não pode ficar fora dela. Caso não gostem do Presidente da Comissão, falarei com meu Líder, a fim de me retirar, para que outro fique em meu lugar, dando prosseguimento aos trabalhos. Grassa no Legislativo mineiro uma perseguição que em nada ajuda.

Votaremos favoravelmente ao requerimento do Presidente da CPI que investiga a malversação de recursos na construção de pequenos barramentos no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Queremos que haja a apuração dos fatos e, se os recursos públicos foram gastos de maneira incorreta, que sejam punidos os responsáveis. Espero que esta Casa tenha a altivez de conviver com as diferenças, não atingindo algo que é caro à sociedade de Minas Gerais, por questões menores, pequenas, particulares, que não atendem a maioria do povo de Minas Gerais.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, conversarei com o Líder do PSDB: se o problema sou eu, quanto a essa perseguição que está acontecendo, eu me retiro. Mas, se não, vou para a frente deste parlamento defender a Comissão de Direitos Humanos. Não quero participar, mas a Comissão de Direitos Humanos exige que um de seus membros esteja presente numa discussão tão importante, levantada em todos os momentos, na Comissão. Se não estivermos presente, em nome da Comissão, estarei fazendo um protesto, junto com aqueles que sabem da importância não de qualquer Deputado da Comissão, não citarei nome, nem o meu, mas da importância dos direitos humanos para nossa população, que, junto com a sociedade, já retirou 600 propostas, o Programa Estadual de Direitos Humanos, que tem que ser implementado pela Secretaria Adjunta de Direitos Humanos. Mas, infelizmente, nada foi feito. É a política definitiva dos direitos humanos em Minas Gerais, mas nada foi feito ainda para termos o Programa Estadual de Direitos Humanos. Sentimo-nos aliçados, isolados, mas resistiremos.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou aqui para encaminhar favoravelmente ao requerimento que pede prazo para apuração das irregularidades na construção das barragens do Norte de Minas, do Mucuri e do Jequitinhonha. Foi dito aqui que nada se apurou naquela época, porque não havia clima nesta Casa para apurar as irregularidades do Governo Eduardo Azeredo. Naquela época, fizemos oposição quando as primeiras barragens foram construídas e não conseguimos que aqui fosse formada uma CPI, porque as assinaturas não foram conseguidas. O máximo que conseguimos foi uma comissão, que foi formada para visitar algumas barragens, da qual faziam parte Deputados que hoje ficam estremecidos com as investigações do Governo Azeredo. O relatório que foi feito era vergonhoso, recusei-me a assiná-lo da maneira como estava, e, finalmente, assinei fazendo uma ressalva, porque o relatório que foi feito na época dizia que nada de irregular havia sido apurado, que faltavam apenas algumas complementações para as barragens funcionarem. Esse relatório deve estar arquivado nesta Casa, é vergonhoso e leva a assinatura de pessoas que hoje estão aqui, defendendo o Governo Eduardo Azeredo.

E, mais ainda, se alguém duvida e acha que tem dedo do Governador nesta CPI, subestima a Comissão que está apurando as irregularidades, subestima a inteligência do povo do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas. Quem tiver alguma dúvida que se apresente, na próxima semana, na Comissão, com a presença de Prefeitos de várias cidades do Mucuri e do Jequitinhonha, que vêm expor a situação das barragens.

Mais ainda, queremos deixar bem claro que, se a justificação não foi tão clara, é porque a praxe é apenas pedir a prorrogação de prazo, e, para quem sabe ler, pinga é letra: os que estão hoje dizendo que não houve justificação não querem entender. Sabemos muito bem o que é o sistema de obstrução, que estão aqui falando, falando, para não votar, mas é preciso um argumento melhor para vir aqui fazer algum ataque.

Quero deixar bem claro, ainda, que é muito importante que se faça a comemoração dos 500 anos. Conhecemos a história oficial dos oprimidos, mas só o tempo purifica a história. Agora, nessa comemoração, o Brasil está tendo condições de explicar muitos fatos de nossa história ao longo destes 500 anos. É bom que esta Assembléia Legislativa participe dessas comemorações e leve a história verdadeira para todos os rincões do Estado. Parabéns a esta Casa e ao Governo Itamar por essa iniciativa e por esse trabalho! Muito obrigada.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público presente, na discussão que fizemos com o Plenário da Assembléia Legislativa, já tivemos a oportunidade de expor a nossa posição em relação a mais um veto do Governador Itamar Franco. A nossa posição é totalmente contrária a esse veto ao Projeto de Lei Complementar nº 58, porque o Deputado Antônio Júlio pretendeu demonstrar, ao Poder Executivo, a necessidade da criação de uma unidade de execução do Corpo de Bombeiros no Município de Pará de Minas. Nas razões de veto, o Governador alega que vetou por ordem legal e por interesse administrativo. O Governador considera que deverá fazer isso por decreto e que a Assembléia Legislativa não tem o direito legal de indicar os locais onde devem ser criadas as unidades de execução do Corpo de Bombeiros. Estamos totalmente contrários ao veto do Governador, porque consideramos que os Deputados, que percorrem as diversas regiões, têm o conhecimento real das suas necessidades.

No acerto do Governador com o Deputado Antônio Júlio, ao invés de sancionar todo o projeto, ele veta, mas compromete-se, por decreto, a criar a unidade de execução na cidade de Pará de Minas. Por que tem que ser por decreto? Por que apenas o Governador do Estado pode ter essa iniciativa? O Deputado já conhece a região, sabe de suas dificuldades, sabe da importância da existência dessa unidade do Corpo de Bombeiros no local. Mas diz o Governador que o Deputado não pode iniciar esse processo, tem que ser por decreto. Sabemos que o decreto tem um prazo de validade, enquanto a lei é definitiva. Apenas com a manifestação, novamente, da Assembléia Legislativa aquela unidade poderia sair para Pará de Minas ou qualquer outra cidade.

Vemos várias regiões de Minas Gerais com uma ausência lamentável de unidades do Corpo de Bombeiros. Lamentavelmente, ficaremos esperando a iniciativa do Governador. Esse Governador está totalmente ausente do Estado de Minas Gerais. Ele vai muito ao Rio de Janeiro, foi aos Estados Unidos e criará uma agência ou embaixada em Lisboa, mas o Estado de Minas Gerais, ele pouco freqüentou, por isso mesmo, pouco conhece as dificuldades das nossas regiões. O nosso Estado detém um rico patrimônio histórico, e o fogo é o seu maior inimigo.

Sabemos que vários Deputados poderiam demonstrar ao Poder Executivo a importância da criação dessas unidades do Corpo de Bombeiros próximas às nossas cidades históricas e aos nossos parques. Nesta semana, vimos o descarrilamento de um dos trens da Ferrovia Atlântica, vimos como foi danificado o meio ambiente de Belo Horizonte e como foi grande a importância dos bombeiros para minimizar esses estragos. Não vemos, por parte do Executivo de Minas Gerais, nenhuma demonstração de que vai aceitar uma indicação dos Deputados da Assembléia Legislativa. Sabemos que Pará de Minas está próxima à BR-262, uma rodovia federal onde ocorrem, lamentavelmente, muitos acidentes, e a presença de uma unidade seria muito importante. Mas o Governador não entende que deve ser assim. Deve ser ele o responsável por indicar, devido às questões legais. O Governador imagina que somente ele e seus assessores conhecem todo o Estado. Sabemos que isso não é verdade. Os Deputados, que representam suas regiões, conhecem-nas muito bem e podem trazer uma grande contribuição ao Poder Executivo na escolha dos locais estratégicos para essas unidades e, também, para outros serviços do Poder Executivo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, jornalistas, senhoras e senhores, vimos a esta tribuna para encaminhar pela derrubada desse veto, por três razões

simples: a primeira, como todos sabem, basta fazer uma retrospectiva, é que o Corpo de Bombeiros foi criado por uma emenda constitucional promulgada aqui, na Assembléia Legislativa.

Naquela oportunidade, por sua conveniência, o Governo aproveitou para fazer a reinclusão de cerca de 180 militares, que teriam sido excluídos da Polícia Militar em outra ocasião. Sendo assim, a Assembléia Legislativa prestou um serviço ao Governo de Minas Gerais, promulgando aquela proposta de emenda. A partir daí, qualquer raciocínio mediano chega à conclusão de que quem pode mais pode menos. Quem pôde promulgar uma proposta de emenda à Constituição, criando a instituição Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, desmembrando-a da Polícia Militar, pensou poder, em outro momento, exercer ainda a sua atividade. Assim, o Deputado Antônio Júlio entendeu que deveria, depois de acompanhar, como todos nós, sob vaias e aplausos, a promulgação da proposta de emenda à Constituição, do Deputado Durval Ângelo, dar uma maior contribuição.

Com a vinda do Projeto de Lei Complementar nº 58/99 a esta Casa, o Deputado Antônio Júlio, zeloso, defendendo os interesses de sua terra natal, onde atua permanentemente, e partindo do princípio de quem pode mais pode menos, propôs uma emenda no sentido de que fosse criada uma unidade do Corpo de Bombeiros em Pará de Minas, cidade importante do contexto das cidades médias e da história do Estado. Ele apresentou a emenda, que transitou livremente nas comissões, foi aprovada por este Plenário e vetada pelo Governador.

Quero abordar um terceiro aspecto desse veto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não se trata aqui de vitória da Oposição ou de derrota da Situação, ou um fracasso dessa ou daquela base parlamentar, mas sim da valorização que o Poder deve se dar. Várias pessoas defendem a autonomia do Poder Legislativo, e, neste momento, não temos o confronto entre duas bancadas, mas a discussão da valorização deste Poder. Se o Poder pôde, meses atrás, criar o Corpo de Bombeiros do Estado, desmembrando-o da Polícia Militar e reincluindo cerca de 180 praças, poderá agora contribuir mais.

Perguntaríamos, hoje, à população de Minas Gerais: o que foi feito pelos outros mais de 3 mil, que também foram punidos na oportunidade do movimento de 1997; e os que foram transferidos, os suspensos e os que sofreram alguma advertência? Ninguém mais falou nesse assunto e deixamos aqui essa pergunta aos mineiros e, sobretudo, aos militares envolvidos no episódio.

Hoje, estamos defendendo a derrubada do veto, pois quem pôde criar o Corpo de Bombeiros como um todo poderá, também, criar uma unidade em Pará de Minas. Esse é o princípio básico. Não estamos aqui para despertar os brios da bancada da Situação, nem, tampouco, para tecer louvores a nós da Oposição.

Estamos aqui para dizer que a derrubada desse veto consiste na auto-afirmação do Poder Legislativo, que, como pôde criar e reincluir militares, pode perfeitamente criar mais uma unidade do Corpo de Bombeiros numa das cidades mais importantes de Minas Gerais.

A Mesa não precisa preocupar-se porque, com esse encaminhamento, não temos o objetivo de fazer obstrução. A Oposição tem tido um comportamento muito elegante, às vezes falando até sem som no microfone, porque é mal interpretada pela Mesa. Mas o objetivo da Oposição é contribuir para a valorização do Poder, para o respeito às instituições, para o respeito às leis e, sobretudo, para lutar, para preservar o que há de mais sagrado entre os Poderes, ou seja, a própria autonomia.

Temos a certeza de que a bancada da Situação, a exemplo de nós, da Oposição, estará votando pela derrubada desse veto, partindo do pressuposto simples e conhecido de todos: quem pode mais pode menos. Quem pôde desmembrar o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar pode perfeitamente criar uma unidade em Pará de Minas ou em qualquer outra cidade de porte médio do nosso Estado.

Com essas considerações, sentimo-nos no dever de enaltecer a atitude dos parlamentares que estão bravamente empenhados na derrubada desse veto, pois, repetindo o que já dissemos, Minas Gerais espera que seus Poderes se afirmem, não com xingatórios, não com ofensas, não com maus-tratos a outro Poder, mas com atitudes claras, definidas, sabendo a sua própria história, valorizando seus próprios feitos. Para valorizar os próprios feitos deste Poder é preciso que se faça uma retrospectiva, lembrando-nos de que, com a galeria cheia, com aplausos, com vaias, o Poder Legislativo de Minas Gerais teve a coragem cívica de promulgar aquela emenda à constituição que desmembrava o Corpo de Bombeiros. Quem pôde fazer tudo isso se vê agora cerceado de um direito simples. Por meio de um projeto de lei complementar, um Deputado da base de apoio do Governo procura, partindo do princípio a que nos referimos, contemplar uma das cidades da sua base eleitoral. Todos somos testemunhas da importância daquela cidade. Todavia, esse não foi o pensamento do Governo, que, quando pensou no retorno dos policiais, utilizou-se de proposta de emenda à Constituição sem se preocupar com o vício da iniciativa ou da autonomia do Poder. Agora, entende de forma diferente, não quer que o Deputado faça, mas propõe fazer por decreto.

Apelo para a consciência de cada Deputado, aquela consciência cívica que todos temos. A derrubada desse veto não significa uma vitória da Oposição ou uma derrota da Situação. Significa, sobretudo, a afirmação do Poder Legislativo como instituição, como Poder e como órgão soberano. Terminando, Sr. Presidente, queremos repetir: esperamos, sob a liderança de V. Exa., que este Poder se imponha de forma definitiva, derrubando esse veto, porque, a meu ver, afronta aquilo que o Governo nos autorizou a fazer no passado com a promulgação daquela proposta de emenda à Constituição. Tenho a certeza de que esse veto será derrubado nesta Casa.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na análise desse veto, conforme vimos no encaminhamento do Deputado Sebastião Costa, estamos vendo que, com a ação de vetar essa proposição, o Governador quis, na verdade, cercear o legítimo direito da Assembléia Legislativa.

Para atender à reivindicação do Deputado Antônio Júlio, autor da emenda ao projeto, o Governador entende que um decreto seria suficiente, mas quando se compara um decreto com uma lei, verificamos a sua fragilidade. Decreto é uma ação unilateral do Chefe do Executivo. Hoje é o Sr. Itamar Franco, amanhã será o seu sucessor, que poderá ter entendimento diferente, fazendo com que uma reivindicação de uma comunidade importante como Pará de Minas torne essa decisão sem efeito. Por outro lado, não basta um decreto, criando essa unidade, é preciso, para que realmente seja cumprido, que haja, junto do decreto, recurso financeiro. Vamos ver nesse caso, um decreto que cria, mas não instala, por falta de recursos financeiros. Por isso é importante a lei, principalmente nas circunstâncias em que foi elaborado o projeto.

Pudemos ver, no decorrer de alguns anos, essa ação que começou na Assembléia Legislativa, depois assumida pelo Executivo e pelo Judiciário, que eram as audiências públicas e que neste Governo mudou de nome: orçamento participativo. Mas audiência pública e orçamento participativo só fazem sentido se houver, obviamente, recurso financeiro. Caso não haja, há apenas o envolvimento da população na discussão de algo que não será cumprido por falta de recursos. E voltamos a esse decreto, decreto junto do qual inexistiu recurso financeiro; assim nunca será cumprido. Já voltamos à afirmação da fragilidade dessa ação de governo. Enfim, da forma como foi encaminhado, não sabemos quando nem como será atendida essa justa reivindicação do povo de Pará de Minas.

Pudemos também, desta tribuna, questionar critérios e a necessidade de o Governo definir a política de interiorização de suas ações, a sua política de descentralização. Qual o critério para instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros? Isso é fundamental que seja definido, para que conste do orçamento a fonte de recurso, a fim de que, então, os municípios ou as microrregiões que serão atendidas possam ter a tranquilidade de esperar esse trabalho que todos já enalteceamos e entendemos necessário para todas as regiões do nosso Estado. Mas não temos uma política de regionalização, então esbarramos no início, na origem do problema. Se não sabemos que rumo dar às ações do Governo, em nível de interiorização e descentralização, será uma reivindicação ao lêu de uma unidade do Corpo de Bombeiros.

Se tivéssemos a definição de um programa regional, poderíamos saber, por antecipação, onde, como e por que o Governo daria o atendimento a essa reivindicação.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/3/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.595, 1.645, 1.663, 1.681, 1.705, 1.724, 1.765, 1.766, 1.768, 1.793, 1.802, 1.817, de 1999, 1.836, 1.837, 1.838, 1.839, 1.841, 1.842, 1.854, 1.855, 1.856, 1.857, 1.858, 1.859, 1.860, 1.861, 1.862, 1.863, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando, a partir de 1/4/2000, Lourdes Eduardo Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando José Lopes Lino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Nilcênia Aparecida Isidoro Paula para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Anderson Aduino

exonerando Aymar Jorge Ribeiro Hyal do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando, a partir de 30/3/2000, Darci Calabré de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/3/2000, Vilma de Deus Vieira Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Esdras Lopes de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria Lenir Viana de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Libiane Gonçalves Campos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando, a partir de 3/4/2000, Eclair Maria Pedra da Silva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 1/4/2000, Francisco de Paula Vitor Santos Pereira do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, José Francisco de Medeiros do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Nelson Pizzatto Zortea do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Paulo Henrique Gomes Leal do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Rodolfo Alexandre Cascão Inácio do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Tânia Mara Santos Rodrigues do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Adriana Cristina do Carmo para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Eclair Maria Pedra da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

nomeando José Francisco de Medeiros para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Nelson Pizzatto Zortea para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Paulo Henrique Gomes Leal para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Rodolfo Alexandre Cascão Inácio para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Tânia Mara Santos Rodrigues para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Edson Rezende

exonerando, a partir de 3/4/2000, Eliana Teixeira Dias do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Márcia Morais de Azevedo do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Eliana Teixeira Dias para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Márcia Morais de Azevedo para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Daladier

exonerando, a partir de 31/3/2000, Alexandre Magno Braga da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Carlos Magno do Prado Fernandes do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Daniela Mafia Guimarães do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Devanil Maria Dias Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Dulce de Mello Rosa do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Elias Heringer do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Isabel Cristina Dutra Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, José Vilaça Guimarães Filho do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Leonardo Franklin Álvares Pereira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Marco Aurélio Braz do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Maria Crepaldi de Mello Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Maurício Marques de Faria do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Maurilo de Oliveira Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Rogério Eduardo de Souza do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Sebastião Carlos de Lima do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Vera Lúcia Rodrigues de Araújo e Pereira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Wilma Ferreira da Luz do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete do Deputado Glycon Terra Pinto

exonerando, a partir de 3/4/2000, Denise Torres Rangel Pinto do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Inaia Borja Pinto do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Neuza de Assis Brito do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

exonerando, a partir de 1/4/2000, Walter Flores de Melo do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Denise Torres Rangel Pinto para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Inaia Borja Pinto para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Neuza de Assis Brito para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando, a partir de 31/3/2000, Bruna Piantino do Pinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Eduardo Pinho de Brito do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Igor Lazzarotti Rezende Franco do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Oscar Diniz Rezende do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Paulo Gonçalves Mundim do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Wanda do Pinho Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Wilson Santos Resende do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Alexandre Magno Braga da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Bruna Piantino do Pinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Carlos Magno do Prado Fernandes para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Daniela Mafia Guimarães para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 4 horas;

nomeando Devanil Maria Dias Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Dulce de Mello Rosa para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Eduardo Pinho de Brito para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Elias Heringer para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando José Vilaça Guimarães Filho para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Paulo Gonçalves Mundim para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando Marco Aurélio Braz para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

nomeando Oscar Diniz Rezende para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Rogério Eduardo de Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Wanda do Pinho Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 4 horas;

nomeando Wilson Pingo de Oliveira Antunes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas;

nomeando Wilson Santos Resende para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Henrique

exonerando, a partir de 3/4/2000, Adriana Aparecida Vargas da Fonseca Guimarães do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Alvaro Teixeira de Carvalho do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Edgar de Souza Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Eleonor de Souza Moraes do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Fernanda Oliveira Nacif do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Gislene dos Santos Souza Magnoni do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Ronaldo Moura de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Adriana Aparecida Vargas da Fonseca Guimarães para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Alvaro Teixeira de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Edgar de Souza Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Eleonor de Souza Moraes para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Fernanda Oliveira Nacif para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Gislene dos Santos Souza Magnoni para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Ronaldo Moura de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Milton

exonerando, a partir de 1/4/2000, Eurico Carneiro Júnior do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando, a partir de 1/4/2000, José Aparecido da Costa do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Luciana Aparecida Soares Paiva do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Luiz Fernando Rezende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 1/4/2000, Moisés Rodrigues de Paula do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Andréia Rocha de Araújo para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Luciana Aparecida Soares Paiva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Luiz Fernando Rezende para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Mirian Aparecida Paula Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Sebastião Rodrigues da Costa Filho para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Cunha

exonerando, a partir de 3/4/2000, André Pires de Oliveira do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Lúcia Helena Pires Aiala de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando André Pires de Oliveira para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Ivo Braga Guimarães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Lúcia Helena Pires Aiala de Oliveira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria José Haueisen

exonerando, a partir de 1/4/2000, Heloísa Crelier Pereira de Faria do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Cristina Araújo Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Olívia

exonerando, a partir de 1º/4/2000, Márcio Almeida Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Jair Diniz França para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando, a partir de 3/4/2000, Joaquim Rodrigues da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Maria Cristina Santana Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Odair José da Cunha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Oderige Rodrigues Borba do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Carlos Augusto Franke de Almeida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Elizabeth Kallas para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

nomeando Herbert Fernandes dos Reis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Joaquim Rodrigues da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Maria Cristina Santana Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Odair José da Cunha para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Oderige Rodrigues Borba para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Vânia Aparecida Araújo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Mauro Lobo

nomeando Renata Dani Matta Machado para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pastor George

exonerando, a partir de 3/4/2000, Alcindo Machado Póvoa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Ana Cláudia de Freitas Rezende do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Analice Alcântara Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 1/4/2000, Carlos Henrique Alves da Silva do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 1/4/2000, Edivaldo Machado Póvoa do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Geralda Gonçalves Barbosa do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Ivan Alves Soares do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando, a partir de 1/4/2000, João Batista Macêdo da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando, a partir de 1/4/2000, João Oliveira Lemos do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Kellen Batista Torres Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Marilene de Castro Mendonça Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Marinalva Botelho Vieira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Ruth Ribeiro Mendonça do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2000, Sandro Pereira Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Adriana Dias da Silva Monteiro para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Alcindo Machado Póvoa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Ana Cláudia de Freitas Rezende para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Analice Alcântara Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Geralda Gonçalves Barbosa para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Ivan Alves Soares para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Kellen Batista Torres Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Marilene de Castro Mendonça Silva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Marinalva Botelho Vieira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Ruth Ribeiro Mendonça para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas;

nomeando Sandro Pereira Lima para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Sylvania Paiva Póvoa para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

exonerando, a partir de 30/3/2000, Antonino José de Amorim do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Tatiana Cristina Raiz Bento para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Aymar Jorge Ribeiro Hyal para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.821, de 2/12/99, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 3/4/2000, Cristina Araújo Silva do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Deputada Maria José Hauelsen, Vice-Líder do Governo;

exonerando, a partir de 31/3/2000, Dyrant Ferraz de Souza do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado João Paulo, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor;

exonerando, a partir de 27/3/2000, Mozart de Oliveira Júnior do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Edson Rezende, Presidente da Comissão de Saúde;

nomeando Carlos Augusto Gontijo para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Lobo, Vice-Líder do PSDB;

nomeando Dyrant Bahmed Ferraz para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado João Paulo, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor;

nomeando Ofélia de Lourdes Hilário de Oliveira para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Deputada Maria José Hauelsen, Vice-Líder do Governo.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.102, de 3/7/91, 5.105, de 26 de setembro de 1991, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.836 e 1.861, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

dispensando, a partir de 3/4/2000, Mônica Fátima Oliveira do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Pastor George;

provendo Mônica Fátima Oliveira no cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Pastor George.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, Resoluções nºs 5.105, de 26/9/91, 5.134, de 10/9/93, e à vista do Parecer da Mesa exarado em reunião de 22/4/2000, assinou o seguinte ato:

concedendo ao servidor Shelmer José Queiroga Filho, detentor de Função Pública correspondente a Agente de Execução, padrão EL-12, do Grupo de Execução de Apoio à Administração da mesma Secretaria, na forma do disposto na Deliberação da Mesa nº 1.025, de 23/2/94, licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, pelo período de 3 (três) meses, a partir de 13/4/2000.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 16/2000 – Objeto: serviços de copiagem e fornecimento de 650 fitas de vídeo - Licitante vencedora: Ephata Produções Ltda.

ERRATAS

ATA DA 120ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 21/3/2000

Despacho de Requerimentos

Na publicação de despacho a requerimento do Deputado Eduardo Brandão, verificada na edição de 23/3/2000, na pág. 21, col. 2, onde se lê:

"em que solicita seja o Projeto de Lei nº 787/2000 encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Política Agropecuária perdeu o prazo para emitir seu parecer;", leia-se:

"em que solicita seja o Projeto de Lei nº 787/2000 incluído em ordem do dia, uma vez que as Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir seu parecer;".

ATA DA 122ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 23/3/2000

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 25/3/2000, na pág. 22, col. 4, sob o título "Leitura de Comunicações", na 23ª linha, onde se lê:

"Requerimentos nºs 1.164 e 1.168/2000", leia-se:

"Requerimentos nºs 1.164 a 1.168/2000".